



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

140ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Realizada em
Brasília/DF.
18 de Novembro de 2023.

(Transcrição ipso verbis)
Empresa RDK Degrações e Eventos

1 **Manhã:**

2 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
3 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Bom dia a
4 todas, bom dia a todos. Vamos dar início à 139ª Reunião Ordinária do CONAMA. Não,
5 não, a 140ª. 40ª reunião do plenário do CONAMA. Agradecemos, Ministério do Ambiente
6 e Mudança do Clima, em nome da Ministra Marina Silva, agradecemos a presença de
7 todos e de todas nessa reunião e vamos de imediato, passar a palavra à nossa
8 Presidente titular, Ministra Marina Silva, para a abertura oficial da reunião.

9 **A SRª. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
10 **Mudança do Clima) –** Bem, eu vou quebrar rapidamente o protocolo, pedir só para o
11 Presidente do Ibama fazer uma breve saudação como nosso anfitrião.

12 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
13 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
14 **IBAMA) –** Bem, Ministra, eu agradeço, agradeço muito essa diligência, mas apenas para
15 cumprimentar todos que estão aqui. É muito gostoso ver o SISNAMA reunido, os
16 diferentes setores da sociedade participando. Estamos retomando, aos poucos, as
17 atividades do CONAMA. O Ibama está assumindo uma das Câmaras Técnicas, então,
18 nós tivemos agora uma primeira reunião já da Câmara Técnica de Controle Ambiental.
19 Houve a separação entre Controle e Qualidade Ambiental. Ficou um pouco estranho,
20 porque ficou o Controle Ambiental e Gestão Territorial. Eu acho que gestão territorial
21 poderia ter ficado junto com biodiversidade e florestas, mas, enfim, é o regimento que
22 nós aprovamos agora nas últimas reuniões. Mas eu coloco o Ibama também à disposição
23 de todos, porque, obviamente, a gente tem muita resolução sobre licenciamento que a
24 gente precisa aperfeiçoar. Então, é muito importante que, notadamente, Órgãos
25 Estaduais, Municipais e Setor Empresarial e Sociedade Civil possam opinar sobre os
26 textos, sobre as revisões, independente de estar ou não presente na Câmara Técnica.
27 Então, só para..., a título de informe. No mais, cumprimentar, obviamente, a querida
28 Ministra Marina Silva, o seu Secretário-Executivo, João Paulo Ribeiro Capobianco, e a
29 nossa Secretária-Executiva do CONAMA, Marcela Moraes. Todos aqui apoiados pelo
30 nosso Procurador, Daniel. Então, para nós é uma satisfação, mais uma vez, a gente

31 participar desse processo de abertura de mais uma reunião do CONAMA. Muito obrigado,
32 gente, que o dia de hoje seja muito produtivo. Eu sei que alguns representantes que
33 vieram de longe querem ter uma conversa comigo. Vou estar à disposição o dia todo para
34 que a gente possa fazer as reuniões e conseguir resolver eventuais problemas regionais,
35 estaduais, enfim, situações que a gente tem aí por conta da nossa rotina de trabalho.
36 Obrigado, gente. Bom dia.

37 **A SR^a. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
38 **Mudança do Clima - MMA)** – Bom dia a todos, a todas. Primeiro, eu quero agradecer a
39 Deus por estarmos aqui, cumprimentando aqui os meus parceiros e parceira de mesa, o
40 querido Secretário-Executivo, João Paulo Capobianco, Rodrigo Agostinho, nosso
41 Presidente do Ibama, que nos recebe sempre nessa casa, doutor Daniel, da nossa
42 Conjur, muito obrigada pela sua presença, querida Marcela, que dá todo o suporte para
43 as reuniões do CONAMA e também da tripartite nacional. É uma satisfação estar aqui
44 com todos os Conselheiros e Conselheiras, sobretudo porque estamos aqui
45 praticamente, querida Muriel, encerrando um ciclo de trabalho. Nós retomamos as
46 atividades do CONAMA nas bases em que o CONAMA foi criado, com suas atribuições
47 precípuas reestabelecidas, ainda que precisem ser revisitadas para ampliar e melhorar
48 cada vez mais a nossa efetividade, depois de quatro anos em que esse Conselho
49 funcionou precariamente, subtraindo suas atribuições, sua capacidade de normatizar as
50 políticas ambientais, como ele muito bem tem essa capacidade. Essa retomada, ela se
51 deu a partir do governo do Presidente Lula, no início de 2023, onde ele reestabeleceu
52 vários Conselhos, e, obviamente, o nosso Conselho mãe, pai, tio e avô, que é o
53 CONAMA, também foi reestabelecido nas mesmas bases em que ele funcionava antes
54 de ser mutilado, mas tem sido feito todo um trabalho pelos senhores e senhoras para que
55 possamos fazer aquelas mudanças que são necessárias e que já estão aqui devidamente
56 pactuadas e que os senhores estão trabalhando. Ontem nós tivemos a reunião da
57 Tripartite Nacional, que também é um importante instrumento do Sistema Nacional de
58 Meio Ambiente, agradecendo aqui a Mauren, da ABEMA, e também o Marçal, da
59 ANAMMA, por todo o trabalho que tem sido feito junto com a Secretaria Executiva, com
60 o nosso Secretário Capobianco, com a Marcela. Eu digo que a Tripartite tem um papel
61 suplementar, como eu gosto de dizer, às ações do CONAMA, com uma diferença. O

62 CONAMA tem esse papel de normatização, e a ABEMA tem um papel de..., a Tripartite
63 tem um papel de colaboração e obviamente que é uma colaboração autônoma, porque
64 os Entes Federados têm a sua autonomia mas também de mobilização, porque é através
65 dos Estados e dos Municípios que as políticas e as normas que aqui são elaboradas e
66 aprovadas, que, como diz o nosso querido Herman Benjamin, é nesse espaço que essas
67 normas têm a sua aterrissagem, no território concreto. Então, obrigada, Mauren,
68 obrigada, Marçal, por toda a contribuição que vocês têm dado. A Tripartite tem avançado
69 muito nessa implementação, mesmo nesse ano em que estamos retomando as políticas
70 e obviamente, tem governos que foram reeleitos, tem governos que estão sendo eleitos
71 pela primeira vez, mas sempre tem uma mudança na dinâmica dos processos, mas
72 consideramos que temos tido muitos avanços. Uma coisa muito importante é a questão
73 do pacto federativo. O pacto federativo, como discutimos, para vários assuntos, vários
74 encaminhamentos referentes à República, ele tem um papel decisivo em várias políticas
75 do Sistema Nacional de Meio Ambiente, e uma delas que nós precisamos nos debruçar
76 e aprofundar, inclusive do ponto de vista da governança, é a questão da governança
77 climática, como a gente fazer o pacto federativo na agenda de mudança climática, que
78 eu vou aqui apelidar de pacto federativo climático, onde os Estados e os Municípios, a
79 exemplo daquilo que nós gostaríamos de que acontecesse para o ano que vem, já que
80 estamos às vésperas da COP 28, vamos ter a COP 29, queremos chegar na COP 30
81 com uma ação conjunta do Governo Federal, dos Estados, dos Municípios, nas diferentes
82 agendas ligadas à mudança do clima, na agenda de mitigação, na agenda de adaptação
83 e eu diria, na agenda de transformação. O Governo Federal tem trabalhado muito através
84 do plano de transformação ecológica, que é coordenado pelo Ministro Fernando Haddad,
85 e eu fico muito, digamos assim, na expectativa de que muito em breve a gente possa ter
86 os planos de transformação ecológica se traduzindo nos Estados, na realidade dos
87 Municípios, para que a gente, de fato, faça a complementariedade necessária da agenda
88 de mitigação e adaptação, que é a agenda de transformação, porque, sem ela, nós vamos
89 ficar enxugando gelo. Nós já estamos percebendo a magnitude dos problemas que estão
90 sendo trazidos pela mudança do clima, com eventos climáticos extremos, com a
91 potencialização de eventos naturais, como é o caso do El Niño, em que os negacionistas,
92 quando falamos do problema da seca na região Norte, das cheias no Rio Grande do Sul

93 e em outros Estados da região Sul, eles dizem: “não, mas isso é um fenômeno natural,
94 isso é o El Niño, isso sempre aconteceu”, como se quisesse naturalizar algo que não é
95 mais assim tão natural, porque esses fenômenos estão sendo potencializados, como
96 muito bem cada um sabe, em relação à mudança do clima, sobretudo, ao aquecimento
97 do Atlântico Norte. Nós temos uma agenda que vai ser aprovada entre os vários assuntos
98 que serão debatidos aqui. Nós vamos debater a Agenda Nacional de Meio Ambiente. É
99 uma agenda que, com certeza, irá orientar as políticas públicas do Ministério do Meio
100 Ambiente, junto com as contribuições que haverá de vir da Conferência Nacional de
101 Meio Ambiente do ano que vem. Mas essa agenda, para 2024 e 2025, ela é elaborada,
102 formulada, aprovada aqui no CONAMA e apresentada como uma sugestão para o
103 conjunto das unidades da federação. São insumos para as nossas políticas públicas.
104 Uma outra coisa que eu gostaria de colocar aqui é que, além dessa agenda nacional, nós
105 temos outros pontos que aqui serão igualmente debatidos, proteção e recuperação da
106 biodiversidade, combate ao desmatamento e incêndios, uma agenda que devemos
107 trabalhar cada vez mais conjuntamente, sobretudo pensando os planos de prevenção e
108 controle do desmatamento de todos os biomas. Já estamos implementando o PPCDAm,
109 o atualizado PPCDAm, já estamos concluindo o PPCerrado, e provavelmente
110 gostaríamos de fazer o seu lançamento antes da nossa ida para a COP, pelo menos é o
111 que nós assim o desejamos. O tema do enfrentamento da mudança climática, qualidade
112 ambiental nas cidades e no campo, e bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade,
113 que talvez essa seja uma das agendas mais estratégicas que temos. Todos nós sabemos
114 muito bem as nossas atribuições no que concerne aos aspectos de comando e controle,
115 e boa parte dos resultados que alcançamos até agora em relação à redução do
116 desmatamento da Amazônia, nós o fizemos, e aí quero cumprimentar o ICMBio, o IBAMA,
117 o pessoal da PRF, o pessoal da Força de Segurança Nacional, Força de Segurança
118 Nacional, nunca sei dizer, Força Nacional de Segurança, e juntamente com a Polícia
119 Federal, e também a parceria com os Estados, mas nós sabemos que esses resultados
120 de redução de desmatamento de 49,5 % é em função de ação, comando e controle.
121 Então, pensar em um novo ciclo de prosperidade na diretriz de desenvolvimento
122 sustentável, dos instrumentos econômicos, de normas que favoreçam uma mudança no
123 modelo de desenvolvimento que tem a ver com aquilo que eu falei da transformação, é

124 fundamental. Nós sabemos que iremos, cada vez mais, ter dificuldade para fazer esses
125 enfrentamentos, porque, à medida em que o desmatamento, aquele mais escrachado,
126 escancarado, vai sendo cortado, você vai entrando em uma seara que é de disputar o
127 modelo de desenvolvimento, porque, no Brasil, existe, na Amazônia, 80% tem que ser
128 preservado, mas 20% pode ser usado. A mesma, quase que de forma invertida
129 totalmente, nós temos esse processo para o Cerrado. Mas o que nós queremos é
130 desmatamento zero. Então, em uma parte, nós vamos combater, que é o ilegal, que é
131 tolerância zero com o ilegal e na outra parte, nós vamos trabalhar para que possamos ter
132 aumento de produção por ganho de produtividade e não por expansão sobre o Cerrado,
133 não mais por expansão sobre a floresta amazônica e assim por diante. E, nesse caso,
134 debater a bioeconomia com todos os meios que ela aporta para esse novo ciclo de
135 prosperidade é fundamental. Estamos, como eu disse, às vésperas de irmos para a COP
136 28, e queremos que seja o resultado de uma ação do Brasil como um todo. Nós estamos
137 trabalhando muito a questão da emergência climática, é um tema que nos é muito caro,
138 e isso em função dos graves problemas com os quais já estamos nos deparando. Nós
139 estamos trabalhando essa questão da emergência climática em dois eixos, o eixo da
140 emergência propriamente dita, quando ela já está instalada ou pré-instalada, não apenas
141 para as ações como estamos fazendo agora, o Governo Federal já liberou para o estado
142 do Amazonas mais de R\$600 milhões, no caso do Rio Grande do Sul é mais de R\$1
143 bilhão de reais, e em todas as frentes a mesma coisa em relação à Santa Catarina. Essa
144 é a emergência já em curso. Nós queremos trabalhar o trilho emergencial também daquilo
145 que é ampliar cada vez mais a capacidade de trabalho da Defesa Civil, criar os sistemas
146 de alerta rápido em combinação com a população, criar as rotas de fuga, fazer a remoção
147 de populações nos lugares que nós sabemos que serão terrivelmente afetados, isso é
148 um eixo emergencial. O outro eixo que já fizemos, dois seminários técnico-científicos
149 envolvendo nove Ministérios, com a participação de mais de 48 especialistas dos mais
150 diferentes, enfim, campos do conhecimento e do conhecimento associado ao problema,
151 porque também é um conhecimento importante, para um combate estrutural, para um
152 programa estruturante de adaptação, que seria a gente, a partir daquela lista do
153 CEMADEN, dos 1.038 Municípios, ter uma ação continuada. Já está bem avançado esse
154 processo no Governo Federal para que se avalie a possibilidade de decretar emergência

155 climática nesses 1.038 Municípios, para dar efetividade a ações continuadas de
156 enfrentamento desses problemas, e aí, sim, é uma política de médio e longo prazo, e que
157 será inovadora, porque, segundo a própria responsável pela agenda de adaptação das
158 Ações Unidas, não existe essa experiência. Mas também não existia essa experiência
159 com o combate ao desmatamento, e a gente aí, Capobianco, graças ao esforço da nossa
160 equipe, a partir de 2023, criamos o PPCDAM, que virou uma tecnologia de combate ao
161 desmatamento. Quem sabe a gente consiga. Mas, até lá, nós vamos trabalhar o eixo
162 emergencial, e isso tem que ser feito em parceria com Estados, com Municípios, o nosso
163 Ministro do Desenvolvimento Regional, Ministro Waldez, Ministro do Transporte, Ministro
164 das Cidades de Energia, todos os setores que estão implicados, dos Povos Indígenas,
165 do combate às desigualdades raciais, todos estão devidamente envolvidos, porque nós
166 trabalhamos também com o conceito de justiça climática e de combate ao racismo
167 ambiental, em que as populações mais vulnerabilizadas, é que são as mais afetadas.
168 Hoje, eu queria dar uma notícia que é muito importante, que celebramos uma operação
169 da Polícia Federal, juntamente com o IBAMA, graças às informações que fomos
170 levantando nas operações que fizemos, em inúmeras contas, já dentro de terras
171 indígenas, Rodrigo? Das 109 terras indígenas que fiscalizamos, com várias operações,
172 todas as informações que fomos repassando para a Polícia Federal, e obviamente, a
173 partir do próprio trabalho deles, tivemos uma operação com base em inteligência, que é
174 isso que dá, digamos assim, uma grande força para os resultados que precisamos
175 alcançar, como fizemos da outra vez, quando fomos da equipe do governo do Presidente
176 Lula, em que fizemos 25 grandes operações da Polícia Federal com base em trabalho de
177 inteligência. O IBAMA e a Polícia Federal fizeram uma operação, estão fazendo em
178 quatro Estados hoje, bloqueando cerca de 2,9 bilhões contra o mercúrio ilegal, e ouro,
179 toda essa atrocidade que acontece, sobretudo no caso da Amazônia. Concluo dizendo
180 que estamos trabalhando muito fortemente a agenda da governança climática, estamos
181 debatendo dentro do Governo algo que surgiu, inclusive, assim que assumimos o
182 Ministério do Meio Ambiente, que é a criação de um Conselho Nacional de Segurança
183 Climática, do mesmo jeito que nós temos o CONSEA, que nós possamos ter um
184 Conselho Nacional de Segurança Climática, e é inspirado, sim, no CONSEA. Qual é a
185 diferença dos outros conselhos e do CONSEA? É que o CONSEA, além de..., é claro que

186 é um conselho consultivo, mas as formulações que são feitas ali, os diagnósticos que são
187 feitos, eles são encaminhados diretamente para o Presidente. Como o PResidente Lula
188 assumiu ele próprio, a liderança da agenda de mudança do clima, de enfrentamento ao
189 desmatamento, de como vamos ter uma iniciativa global para proteger não só as florestas
190 brasileiras, mas as florestas dos países do mundo inteiro, juntamente com a Indonésia,
191 com a República Federativa, República Democrática do Congo, Congo Brazzaville e
192 outros países mega florestais. Então, esse conselho terá esse papel de fazer a
193 formulação mais ampla. Tudo isso que eu falei aqui são medidas que serão debatidas.
194 Obviamente que os Entes Federados estarão presentes nesse conselho, os
195 representantes da Sociedade Civil, das empresas, da Comunidade Científica, porque é
196 um conselho que irá trabalhar sobre a governança climática para que possamos ter
197 efetividade naquilo que estamos dizendo. Concluo agradecendo a todos os senhores e
198 senhoras que fazem parte desse Conselho, que nos é muito caro para o Ministério do
199 Meio Ambiente, onde se realiza aqui a Diretriz de Controle e Participação Social, onde se
200 realiza também a Diretriz de Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente e
201 onde se realiza também a Diretriz de uma Política Ambiental Transversal e de
202 Desenvolvimento Sustentável, porque o desenvolvimento sustentável será apenas uma
203 abstração, se não for traduzido, na realidade de cada Estado e de cada Município. Esses
204 dias têm sido muito difíceis para todos nós, e eu digo isso aqui também falando com os
205 colegas que são Secretários Estaduais e Municipais de meio ambiente e todos os que
206 participam dessa reunião. Nós temos os problemas que se agravam em relação às secas
207 e em relação às cheias, com prejuízo de vidas econômicos e sociais. Temos o problema
208 das queimadas, que é muito grave, e nós, da agenda ambiental, que, como diz a história,
209 apanhamos, porque trabalhamos para evitar desmatamento e queimada, quando elas
210 acontecem, a cobrança vem exatamente também para nós. Mas esse é o nosso trabalho,
211 é a nossa função. Eu sempre... O IBAMA tem feito um esforço junto com o ICMBio. Nossa
212 responsabilidade é de atuar dentro das áreas federais, das terras públicas, da União, mas
213 nós temos uma ação suplementar e temos deslocado equipes para todos os Estados. No
214 Estado do Amazonas, onde tivemos uma redução do desmatamento de 64%, graças ao
215 intenso trabalho do IBAMA, do ICMBio, obviamente que também do governo do Estado,
216 se não fosse essa redução de 64%, eu não sei o que teria acontecido naquele Estado.

217 Tivemos uma redução de cerca de 21% no foco de queimada, mas, quando a gente vê o
218 que está acontecendo ali, sabemos que ainda tem muito a ser feito. Graças a Deus, o
219 trabalho do IBAMA, do ICMBio, do Corpo de Bombeiros, de todos que trabalham junto,
220 inclusive no Pará também, tivemos uma ajuda de uma brigada que nunca falha, que é a
221 brigada chamada chuva que caiu, e ajuda, pela informação que tenho agora do Rodrigo,
222 o nosso esforço na linha de fogo, essa brigada dos serviços ecossistêmicos ajudou muito.
223 Estamos com um problema no Pantanal, já estamos deslocando equipes para poder
224 ajudar. Tínhamos ali uma questão de alguma fricção entre o governo e o IBAMA, mas
225 acho que já nos entendemos de que, na hora do fogo, temos que estar todos juntos. Não
226 existe um fogo municipal, o fogo estadual, o fogo federal. Temos que nos juntar para
227 apagar o fogo, porque, mesmo todo mundo junto, às vezes ainda é insuficiente, e aí a
228 gente apela para São Pedro e a coisa se resolve um pouco mais rápido. Muito obrigada,
229 agradeço a todos. Parabéns, Secretário Capobianco, Marcela, todos os parceiros de
230 todos os entes do Governo Federal, nossos parceiros dos Estados, dos Municípios, da
231 Sociedade Civil, de todos os segmentos. Eu sei que estamos vivendo aí uma profusão
232 de desafios, mas eu participo dessa última reunião do CONAMA com muita esperança
233 de que, quando a gente tem compromisso ético, quando temos capacidade técnica e
234 decisão política, as coisas podem mudar e podem acontecer. Nós estamos trabalhando
235 um conceito, que é uma contribuição do Brasil agora para a COP 28, que é criar uma
236 espécie de linha azul da mudança do clima. Ou seja, aqueles países que podem fazer
237 mais, países em desenvolvimento que digam, nós vamos fazer mais e precisamos de
238 ajuda. Os países desenvolvidos ajudam quem quer ir na linha azul para ir com mais
239 velocidade. Nós podemos criar o mesmo conceito aqui no Brasil, uma linha azul para
240 quem pode e deve fazer mais. E isso é válido não só para o Governo Federal, para os
241 Governos Municipais e Estaduais, até criamos a lista dos 70 Municípios que mais
242 desmatam, para não ser apenas ação de comando e controle, mas também incentivos
243 econômicos para que a mudança seja estrutural, mas é também para o setor privado,
244 dos que podem fazer mais, que venhamos a fazer mais. Eu digo que a sociedade já está
245 fazendo a sua parte muito bem. A academia tem feito a sua parte no tema da mudança
246 do clima e muito bem, quem está devendo são os governos e as empresas. E não há
247 mais tempo a perder, agora não é apenas os ricos cobrando dos pobres, os pobres

248 cobrando dos ricos, no caso dos países, e nem apenas a sociedade cobrando de
249 governos e de empresários. É a ciência que está nos cobrando, a cobrança da ciência.
250 E, por mais que a gente consiga avanço, nós evitamos lançar na atmosfera com esse
251 primeiro esforço aqui, cerca de 133 milhões de toneladas de CO2. Enfim, a nossa
252 projeção é que... Aliás, a partir dos dados do DT, é algo em torno de 200 milhões de
253 toneladas de CO2. E isso é muito significativo, mas nós não queremos, Capobianco e
254 Agostinho, ficar com a inércia dos resultados alcançados. Nós queremos quebrar a
255 inércia dos resultados alcançados, porque a ciência nos cobra, e nos cobra muito, e a
256 partir do dado de realidade. Muito obrigada, façam todos uma boa reunião, e que a gente
257 possa voltar o ano que vem com o mesmo espírito de responsabilidade e colaboração
258 que sempre perpassa o trabalho do CONAMA, das nossas plenárias, das Câmaras
259 Técnicas. Muito obrigada, e um bom dia para todos.

260 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
261 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigada,
262 Ministra. Eu sei que a senhora tem uma série de compromissos hoje, incluindo a reunião.

263 **A SR^a. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
264 **Mudança do Clima - MMA)** – Pela quantidade de subsídios. Todo dia eu leio um livro de
265 pelo menos 150 páginas.

266 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
267 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Pois é.
268 Então, a Ministra vai ter que se retirar. Antes de a senhora se retirar, Ministra, eu só queria
269 fazer uma saudação que eu queria fazer na sua presença em relação ao empenho dos
270 Conselheiros e Conselheiras aqui presentes, mas também ao empenho da nossa equipe.
271 Você vê, o CONAMA estava paralisado, nós tínhamos que retomar o CONAMA, fazer as
272 eleições, foi um sistema bastante complexo, o nosso cadastro das organizações não
273 governamentais estava muito desestruturado, foi feito um esforço enorme. E a senhora
274 sabe que o CONAMA, por regimento, deve fazer quatro reuniões por ano. Nós
275 começamos muito atrasados esse ano, mas, apesar disso, o empenho da equipe, nós
276 conseguimos fazer três reuniões plenárias, já este ano. Realizamos duas reuniões da
277 Comissão Nacional de Partidos, já implantando o sistema de rodízio. A reunião de ontem

278 foi presidida pela Presidente da ABEMA, Mauren, a próxima vai ser pelo Presidente da
279 ANAMMA, Marçal. Tivemos quatro reuniões do Comitê de Integração de Políticas
280 Ambientais, sete reuniões de Câmara Técnica, nove reuniões de grupos assessores,
281 além de todo o trabalho de mobilização. Então, eu queria, Ministra, na sua presença, e
282 na presença de todos os Conselheiros e Conselheiras, parabenizar a nossa equipe, em
283 nome da Marcela, da Júlia, que é Coordenadora-Geral do CONAMA, a Mônica, que é
284 Coordenadora-Geral do SISNAMA, e toda a sua equipe por esse trabalho, que foi muito
285 importante e muito produtivo. Eu peço uma salva de palmas na nossa equipe. Muito bem.
286 Muito bom, então, já temos quórum, conforme acabo de ser informado aqui pela nossa
287 Coordenadora-Diretora do CONAMA, Marcela. Podemos dar início, portanto, à reunião.
288 Eu queria pedir, inicialmente, que nós aproveamos a pauta com duas inclusões na pauta.
289 Nós temos hoje, uma necessidade, conforme previsto na Resolução 491, Artigo 9º da
290 Resolução 491, de apresentar ao CONAMA o relatório de avaliação da qualidade do ar.
291 Está aqui o nosso Secretário nacional de qualidade ambiental, Adalberto Maluf. Então,
292 peço autorização dos senhores para incluir esse ponto na pauta de hoje, além dos que
293 já receberam. E um segundo ponto de pauta extremamente oportuno é a apresentação,
294 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, dos dados do DETER Pantanal. Isso é
295 uma coisa extremamente importante. O INPE fez um grande esforço. Nós estamos com
296 o Cláudio Almeida aqui. Onde está o Cláudio? Está ali. O nosso diretor lá do INPE. E o
297 Cláudio traz aqui, em primeira mão, para os senhores, o sistema ainda vai ser lançado
298 em breve, publicamente. Não é, Cláudio? Eu já promovi o Cláudio a diretor. Espero que
299 a Ministra Luciana tenha ouvido. E nada contra o diretor atual, ao contrário, o Clezio é
300 excelente, mas acho que o nosso Cláudio aí merece uma promoção em breve, quem
301 sabe. Mas, de qualquer forma, voltando aqui, Cláudio, ele traz aqui, em primeira mão, os
302 dados do DETER Pantanal. Vocês sabem que nós já temos o DETER Amazônia, o
303 DETER Cerrado, e agora, o DETER Pantanal. E, em breve, teremos o DETER de
304 Caatinga, Pampa, Mata Atlântica, vamos ter todos os nossos biomas com monitoramento
305 permanente, em tempo quase real, para que permita a todos nós atuarmos de forma mais
306 intensa na proteção da nossa biodiversidade. Então, peço a minha autorização dos
307 senhores para incluir essa apresentação do DETER Pantanal pelo Cláudio. Há alguma
308 oposição à inclusão desses dois itens? Alguém que for contrário se manifeste, por favor.

309 E, não havendo nenhuma manifestação contrária, nós, então, incluiremos esses dois
310 itens e passamos, portanto, a pauta já enviada pelos senhores com essas duas inclusões.
311 E, de imediato, vamos passar para o primeiro item de pauta nossa, que é a apresentação
312 dos novos Conselheiros envolvendo a alteração dos membros do Ministério da
313 Agricultura e Pecuária, Ministério de Ciências e Tecnologia, Ministério de... O que é? A
314 MPI e Exército. Então, por favor. Quem é que vai conduzir? Você, Marcela? Por favor.

315 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
316 **do Meio Ambiente - CONAMA)** - Bom, então, vou passar a leitura dos novos
317 Conselheiros do Ministério da Agricultura e Pecuária. Temos como titular o Pedro Alves
318 Corrêa Neto e como suplente, a Lizane Soares Ferreira. Do Ministério da Ciência,
319 Tecnologia e Inovação, temos como titular a Cláudia Morosi Czarneski e, suplente, Bruno
320 César Prosdocimi Nunes. Do Ministério do Esporte, a Ana Elanara da Silva Pintos e,
321 como suplente, o Daniel de Oliveira Pisa. Do Ministério dos Povos Indígenas, a titular é
322 a Suliete Gervasio Monteiro e, suplente, o Bruno Rodrigues da Silva. Do Comando do
323 Exército, o titular, André Luiz Cardoso Marinho e, suplente, Thaísa Friaça Leite.

324 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
325 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado,
326 Marcela. Bem-vindo aos novos e novas Conselheiros e Conselheiras. Ponho para
327 aprovação do plenário a transcrição *ipsis verbis* da 139ª Reunião Ordinária, que ocorreu
328 no dia 16 de agosto de 2023, foi enviada a todos, está disponível. Se houver alguma
329 proposta de alteração, modificação, por favor. Pois não, Conselheiro? Eu vou pedir,
330 dessa vez, senhores Conselheiros e Conselheiras, que falem aqui no púlpito, porque nós
331 temos tradução para libras, então não será possível circular o microfone no plenário.
332 Então, por favor, você pode vir aqui no púlpito, por favor. Se tiver mais alguém com
333 observações que iria querer ir se dirigindo para o púlpito, eu agradeço.

334 **O SR. PEDRO ALVES CORRÊA NETO – TITULAR (Ministério da Agricultura e**
335 **Pecuária – MAPA)** – Bom dia, bom dia a todos. Na linha 1.000, tem uma palavrinha que
336 a tradução entendeu errado. Ela fala, educação ambiental e bem-estar animal
337 excetuados animais de produção, foi o que eu falei. E saiu, acentuados animais de
338 produção. Tipo assim, trocou. Está bom?

339 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
340 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Nós temos
341 que, não só dar razão, mas nós vamos criar o prêmio Conselheiro atento. Realmente,
342 excelente. Muito obrigado, Conselheiro. Então, já está acatado. Mais alguma questão
343 envolvendo a Ata? Mais algum Conselheiro com olhar de gavião em relação à Ata? Está
344 tudo certo? Então, podemos considerar aprovada. Aqueles que forem contrários à
345 aprovação da transcrição *ipsis verbis* da Ata da 139ª Reunião Ordinária do CONAMA,
346 que se manifeste, por favor, alguma abstenção? Então, está aprovada a Ata da Reunião,
347 139ª Reunião Ordinária. Entramos agora na tribuna livre, com duração máxima total de
348 15 minutos, entre os inscritos no começo da reunião, garantindo-se a oportunidade de
349 manifestação de todos os segmentos. Marcela, por favor.

350 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
351 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Os primeiros inscritos foram a Luciana Barbosa e o
352 César Vitor, pela Sociedade Civil. Henrique, eu acho que tem uma projeção. Correto?

353 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
354 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Bom dia a todas e todos. Em nome da
355 Sociedade Civil, gostaríamos de chamar a atenção de algumas pautas que deveriam
356 mobilizar a todos e todas que se preocupam com a questão ambiental. Iniciamos com o
357 chamado de apoio à publicação do Comitê dos Direitos das Crianças sobre o Meio
358 Ambiente e a Mudança do Clima, o comentário 26, lançado ontem no Congresso
359 Nacional, pelo Instituto Alana e a Coalizão Clima, Crianças e Adolescentes,
360 representantes neste Conselho, em parceria com o Unicef. O documento contempla o
361 tratado mais ratificado do mundo e alerta para a maior vulnerabilidade das crianças frente
362 às crises socioambientais. Com isso, o CONAMA e os demais espaços deliberativos da
363 Política Ambiental brasileira deveriam dar uma resposta ao que diz nossa Constituição,
364 no Artigo 227, e dar prioridade absoluta às crianças e adolescentes ao mesmo tempo em
365 que garantimos um meio ambiente ecologicamente equilibrado para que elas tenham um
366 futuro no presente. Bom, se tiver aquela fotografia das energias aí... Vou falar um
367 pouquinho agora sobre as energias renováveis. A representação da Sociedade Civil
368 neste Conselho vem alertar e ressaltar a importância de uma estratégia de transição

369 energética que seja realmente sustentável e que não sacrifique a biodiversidade em
370 nome de melhorar as condições climáticas. Temos verificado um descompasso nas
371 ações visando a atingir as metas estabelecidas nas convenções de biodiversidade e de
372 mudanças climáticas que precisam caminhar juntas e com ações positivas para ambas.
373 Em especial no Cerrado, no Noroeste de Minas, lá na região do Mosaico, Sertão Veredas,
374 Peruaçu, mas não só no Cerrado, em outros biomas também, estão sendo implantados
375 grandes empreendimentos de energias renováveis. Nós até defendemos as energias
376 renováveis, lógico, só que esses empreendimentos são extremamente importantes para
377 podermos eliminar o uso de combustíveis fósseis. No entanto, por serem, em teoria, de
378 impacto local, eles estão sendo aprovados sem consultas públicas durante os processos
379 de licenciamento. São feitas licenças ambientais simplificadas para o empreendimento
380 de..., para a implementação de projetos como esse aí no painel, viu, Capobianco, é uma
381 coisa impressionante o que está acontecendo no Norte de Minas, que é considerado um
382 local muito bom para essa energia, energia solar. Na verdade, eles são altamente
383 impactantes na dimensão agregada, em especial sobre a biodiversidade. Seus impactos
384 socioambientais vão desde a destruição dos biomas, a perda de biodiversidade, a
385 eliminação de corredores ecológicos, o comprometimento do abastecimento de água e o
386 deslocamento de extrativistas, agricultores e pecuários tradicionais e locais. O mesmo se
387 dá no caso dos parques de energia eólica, cujos impactos socioambientais impactam
388 fortemente a vida das comunidades locais e a natureza. Esses projetos não deveriam ser
389 objetos de licenças ambientais simplificadas. É urgente que o CONAMA estabeleça
390 resoluções que prevejam a realização de estudos de impactos ambientais e sociais que
391 minimizem aqueles gerados por essas novas fontes, formas de geração de energia tão
392 importantes de serem fomentadas. Então, realmente, a gente está defendendo que esses
393 projetos, eles possam ter consultas às sociedades, estão implantando, lá na região Norte
394 de Minas, cerca de 80 mil hectares, na região do Mosaico, desmatando mais da metade
395 dessa área, desmatando Cerrado, e está causando sérios impactos. Eu vou passar agora
396 para a nossa Luciana, que vai falar sobre outros aspectos aqui. Muito obrigado.

397 **A SR^a. LUCIANA GOMES BARBOSA – TITULAR (Comunidade Científica – SBPC) –**
398 Rapidamente, continuando os pontos da Sociedade Civil, queremos saudar a iniciativa
399 de retomar as Conferências Nacionais de Meio Ambiente e à mesa, queremos registrar

400 o interesse da Sociedade Civil em participar da construção desse importante espaço
401 democrático. Também queremos salientar que os Conselheiros eleitos do CONAMA e de
402 outros conselhos ligados ao Ministério do Meio Ambiente, que eles sejam convidados a
403 participar da construção do método, mobilização e conteúdo de alimentação deste
404 processo. Em relação à COP 28, já citada anteriormente, sabemos que em três semanas,
405 nossa Ministra e toda a sua equipe irão participar. Temos acompanhado os debates, a
406 construção dos documentos oficiais, e nos preocupa a dissociação entre esses
407 documentos e a gravidade dos impactos das mudanças climáticas e a urgente
408 necessidade de medidas rápidas e eficientes para mitigação, adaptação, financiamento
409 e apoio aos mais vulneráveis. Está claro que, se aumentarmos o consumo de petróleo e
410 carvão, não haverá futuro para o qual transicionar. Não podemos permitir que o lobby
411 das energias fósseis dê as cartas nem na COP, nem no nosso país. Nosso governo pode
412 e deve pedir mais ambição, e pode e deve liderar pelo exemplo, e pedimos à nossa
413 Ministra e à mesa que seja a voz desta ambição e ao resto do Governo Federal que apoie
414 também a nossa Ministra, assim como nós, da Sociedade Civil, o faremos. Terminamos
415 nossa fala reiterando dois pontos de impacto mais geral e que dizem respeito às relações
416 com o Congresso Nacional. Estamos preocupados com o avanço de projetos de lei que
417 constituem graves ameaças à legislação socioambiental criada às duras penas desde a
418 democratização deste país. Entre eles, salientamos os quais visam afrouxar o
419 licenciamento ambiental, aprovar a PL do veneno e fragilizar a lei da Mata Atlântica.
420 Sabedores de que terras indígenas são as mais preservadas no território nacional e
421 extremamente importantes para a biodiversidade, não existe futuro possível sem
422 demarcação dessas terras e outras áreas protegidas. Queremos, então, manifestar o
423 nosso apoio ao movimento indígena que, nesta semana, está mobilizado para que o
424 Congresso não derrube os vetos da PL 2903. Esses vetos são fundamentais, pois evitam
425 a instituição inconstitucional da tese do marco temporal e uma série de outros retrocessos
426 socioambientais, tais como revogar as terras já demarcadas ou tomar posse ou tornar
427 quase impossível a demarcação de novas terras indígenas. O último ponto seria a
428 recomendação ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática para que apoie de
429 forma mais enfática a PEC dos Biomas, ajudando para que ela seja, finalmente, pautada

430 e votada para que tenhamos os biomas da Caatinga, Cerrado e Pampa entre os territórios
431 nacionais. Muito obrigada.

432 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
433 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Passar a palavra ao Marçal Cavalcante. Gabriel, pela
434 ANAMMA.

435 **O SR. GABRIEL OLIVEIRA COUTINHO SANTOS SOARES – SUPLENTE (Governos**
436 **Municipais - ANAMMA Região Sudeste)** – Bom dia a todos e todas presentes. Meu
437 nome é Gabriel Coutinho. Estou como Secretário Municipal de Meio Ambiente da cidade
438 de Nova Lima, representante da ANAMMA nesse conselho, e vou aproveitar alguns
439 segundos da nossa fala para dar um informe. Primeiramente, agradecer ao Marçal pela
440 liderança da nossa Associação de Secretários Municipais de Meio Ambiente, de forma
441 brilhante, dando voz para os Municípios, principalmente os Municípios de Minas Gerais.
442 E nós realizamos esse mês, em Belo Horizonte, o encontro de reconstrução da ANAMMA
443 Minas. O estado de Minas Gerais é o estado com o maior número de Municípios, nós
444 temos 853 Municípios, tem uma característica ambiental diversa, são os Municípios com
445 a maior indústria minerária do país e com uma série de características ambientais
446 particulares e peculiares. E é importante essa reconstrução, essa reconstrução para a
447 gente poder avançar nas políticas públicas municipais ambientais, fortalecer os
448 Secretários Municipais locais e dar poder e condições para fazer uma boa gestão
449 ambiental. Então, agradecer aos membros do Conselho, agradecer ao Rodrigo e a todo
450 plenário, pelo momento nós estamos aqui de debate, de conversa, de diálogo e
451 fortalecendo a gestão municipal ambiental. E um agradecimento especial, Marçal, muito
452 obrigado, o apoio que a ANAMMA dá para nós, Gestores Municipais. Sem a sua energia,
453 a sua garra, a sua vontade, a gente muitas vezes ficamos isolados no nosso Município.
454 E avançar, avançar no financiamento público das políticas públicas ambientais para a
455 gente, da gestão municipal e avançar na construção e na formação de novos gestores
456 para poder fazer as decisões políticas de forma consensuais, preservacionistas e bem
457 claras. Muito obrigado Rodrigo, muito obrigado aos membros do CONAMA, muito
458 obrigado plateia, Marçal, muito obrigado e bom dia a todos.

459 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
460 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Bom dia a todos, Capô, Rodrigo,
461 Marcela e todos meus senhores e minhas senhoras. Hoje aqui, nós estamos nos
462 encerrando...

463 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
464 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Lembrando de se apresentar rapidinho
465 para fins de gravação.

466 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
467 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Marçal Fortes Cavalcanti, Presidente da
468 ANAMMA, Secretário Municipal do Pilar, Conselheiro de vários Conselhos e estamos à
469 disposição de todos. Dizer aqui a todos nós, Capobianco, que é muito importante essa
470 retomada, foi minha fala todas e todas as vezes, agradecer à Ministra Marina, nós
471 sabemos que tudo, tudo ocorre nos Municípios. Ontem, tivemos um avanço excepcional
472 na reunião da tripartite, onde a ABEMA, com a Mauren, conosco, com vários outros
473 Conselheiros, começamos a dar o encaminhamento da divisão e das ações que os
474 Municípios e os Estados com a nação podem tomar. Então, vai sair a tripartite dos
475 Estados e dos Municípios, em um avanço do Ministério, Capô, e é o nosso agradecimento
476 dos Municípios e dizer que divergência vai ter, mas esse aqui é o fórum, discussões
477 abertas. O CONAMA voltou e é aqui o local das discussões para que a Sociedade Civil,
478 para que os Municípios, os Estados e as Políticas Públicas nacionais possam interagir
479 conjunto. Venho do Município pequenininho, de Alagoas, o Pilar, que tem, agora, vai ter
480 o maior Cristo redentor do mundo. Isso está lá em Alagoas, vai estar sendo feito. E fazer
481 para encerrar, um convite, Capô, precisando da confirmação do Rodrigo, da Marina, sua,
482 para o FBGA, que é o Fórum Brasil de Gestão Ambiental em Serra Negra, 22 a 24, é o
483 convite do Rogério Menezes, que ele está fazendo. Estamos precisando da confirmação
484 do Rodrigo para poder fechar a agenda e esse é o pedido nosso. Eu sei que o Rodrigo
485 está muito atarefado. E um convite a todos, a todos os Estados que possam ir a São
486 Paulo participar do Fórum Brasil de Gestão Ambiental. O Rogério não pôde estar aqui
487 por conta dos afazeres lá em Campinas e pediu para que a gente fizesse esse convite.
488 A ausência da ANAMMA da região Norte se deu porque hoje deu chuva em Manaus e os

489 voos não puderam vir. O Stroski não pôde estar aqui e pediu para justificar, eu já
490 justifiquei com a ausência da ANAMMA Norte. Então, a todos vocês, um bom dia e vamos
491 à luta e vamos ao trabalho e vamos ao bom debate. Fiquem todos com Deus.

492 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
493 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Obrigada, Marçal. Nós temos inscrito o Conselheiro
494 Pedro Ivo Batista. Ah, está bom. Sim.

495 **A SRª. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)** – Bom
496 dia a todas e a todos. Meu nome é Cláudia Lins. Eu sou Conselheira representando a
497 Confederação Nacional de Municípios e é bem rápido, usando a tribuna livre para fazer
498 uma sugestão que eu tinha feito numa reunião há uns meses dentro do grupo assessor
499 de revisão da composição do CONAMA, que teve uma fala de uma Promotora,
500 Capobianco, que eu achei interessante e eu sou super favorável que tenha paridade,
501 acho que tem que ter mesmo, poder público comparado à Sociedade Civil e setor
502 empresarial, enfim, está realmente com um número maior de votações e a gente sabe o
503 perigo que isso significa, principalmente a nível de gestão passada, mas eu gostaria de
504 sugerir uma maior transparência e controle social no que diz respeito à forma como a
505 gente vota enquanto Conselheiro. Hoje a gente não sabe porque, assim como eu sei que
506 tem muitas matérias no congresso que são assim, levanta a mão quem é contra, mas eu
507 acho que a sociedade deveria saber como cada Conselheiro vota, então acho que está
508 na hora, nem vou dizer inovar porque isso não seria uma inovação tecnológica, ter uma
509 digital ali dizendo Conselheiro representante de tal confederação votou assim como uma
510 matéria, votou a favor, votou contra, porque aí a gente pode ter um debate mais
511 qualificado, inclusive para trabalhar essa paridade, porque hoje o STF ou promotoras de
512 outras instâncias, eles entendem o seguinte, poder público, e foi uma fala que a gente
513 escutou, que me incomodou muito: “o poder público vai votar conforme os seus interesses
514 e não necessariamente conforme a importância da matéria ambiental”. Então, assim, e a
515 gente vê, por exemplo, a ANAMMA, CNM, FNP, são setores que pelo menos do que eu
516 acompanho há muitos anos, estou desde 2014 aqui no CONAMA, a gente entende a
517 questão ambiental, a importância dela e a gente vota de acordo com o interesse
518 ambiental realmente, no sentido de saber que o custo ambiental ele é muito maior quando

519 a gente não trabalha pela proteção, pela conservação, enfim, nesse contexto e não no
520 sentido de isso aí vai trazer um problema, isso aí vai fazer alguma coisa onerar ou
521 qualquer coisa nesse sentido para os Municípios. Então, fica a sugestão, não sei se é
522 digital, não sei se é alguma outra forma, mas eu acho que passou da hora, pelo menos
523 da plenária, não das Câmaras Técnicas, mas da gente ter um sistema que garanta uma
524 transparência e controle social de como os Conselheiros votam. Obrigada.

525 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
526 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Temos
527 mais alguém inscrito?

528 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
529 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Não.

530 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
531 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, não
532 tendo mais alguém inscrito, eu queria aproveitar essa oportunidade dessa questão levada
533 pela Conselheira e pedir que a Marcela dê um informe sobre as providências que estão
534 sendo tomadas em atendimento a essa demanda.

535 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
536 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – A boa notícia é que a gente já está trabalhando nesse
537 sistema, a nossa TI desenvolveu um sistema de votação onde todos os Conselheiros vão
538 ter o login e aí quando entrar nesse ambiente existe a possibilidade de marcar a presença
539 para a gente poder conferir o quórum e a gente vai estabelecer um prazo de votação.
540 Então, quando tiver em sistema de votação, vocês vão ter alguns minutos para votar e
541 sair..., pelo celular, exatamente. Alguns minutos para votar pelo celular e aí a gente já
542 tem automaticamente o painel com as votações.

543 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
544 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – High-tech
545 total.

546 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
547 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Exatamente, sim.

548 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
549 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, não,
550 presencial, tem que estar no ambiente do plenário.

551 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
552 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Só para quem está no plenário. A pergunta da
553 Conselheira foi se a pessoa teria que estar presente e se votaria só vai votar quem estiver
554 presente on-line, é isso.

555 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
556 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem.
557 Bom, encerrado essa etapa, passamos, então, de imediato ao item aprovado pelos
558 senhores, que é a apresentação do Deter Pantanal. Então, pedir ao Cláudio Almeida, que
559 pudesse fazer a sua apresentação. Por favor, Cláudio.

560 **O SR. CLÁUDIO ALMEIDA (Coordenador-Geral do Centro de Previsão de Tempo e**
561 **Estudo Climáticos do INPE)** – Enquanto não entra ali. Bom dia a todas e todos. Eu
562 quero agradecer o Capobianco, em nome do Capobianco ao CONAMA por essa
563 oportunidade para estar aqui mostrando para os senhores Conselheiros o trabalho que a
564 gente está começando a desenvolver com o Deter Pantanal. Já entrou lá? Eu vou ser
565 bastante breve, eu sei que vocês têm bastante outros temas também muito relevantes.
566 O importante é mostrar para vocês que a gente está nessa constante evolução. O INPE,
567 desde o final da década de 70, ele começou a fazer esse processo de monitoramento,
568 começou a acompanhar as mudanças. Inicialmente, só para a Amazônia, essa é uma
569 linha do tempo bem resumida. Eu queria só destacar aqui que nos últimos anos a gente
570 vem fazendo várias expansões, a gente está evoluindo, não somente trazendo nova
571 tecnologia, melhorando a capacidade de detecção, sendo mais rápidos nisso, como a
572 gente também está expandindo para novos desafios. E esse último desafio que aparece
573 aqui espremidinho lá no fundo, foi justamente o de criar um sistema de alerta rápido, um
574 alerta diário para o bioma Pantanal e que também está se aplicando às outras formações
575 não florestais de toda a Amazônia. Até ano passado a gente não fazia mapeamento
576 desses sistemas não florestais, no ano passado nós iniciamos o mapeamento, fizemos
577 pela primeira vez o PRODES, entregamos uma série completa para todos os biomas e

578 também para a área não florestal da Amazônia Legal. Aquelas áreas formações do tipo
579 savânicas que existe na Amazônia até então não era mapeada, a gente agora está
580 mapeando também e tem um DETER para ela também. Próximo. O objetivo, então, é
581 fazer um sistema de detecção em tempo quase real, a gente poder trazer, então, essa
582 informação para que os Órgãos de Fiscalização, sejam os Órgãos Federais como o
583 IBAMA, a Polícia Federal, os próprios Estados, possam ter essa informação no tempo
584 mais rápido possível, de maneira a identificar as áreas onde está havendo a supressão
585 de vegetação nativa e as áreas onde ocorrem grandes queimadas também. A
586 metodologia, ele segue o mesmo padrão metodológico que nós já adotamos o DETER,
587 nós temos usado as imagens WFI, as imagens WFI estão a bordo dos satélites CBERS-
588 4 CIBERS-4A e Amazônia 1. Eu acho que é uma coisa muito importante a gente destacar
589 que as câmeras WFI foram 100% construídas aqui dentro do Brasil, o INPE projetou, o
590 INPE comprou e construiu essas cenas, isso dá domínio tecnológico para o país, nós
591 temos muitas soluções, mas o País, do tamanho que o Brasil tem e com a importância
592 que a questão ambiental tem no país, ele tem que ter capacidade tecnológica, tem que
593 manter essa capacidade tecnológica, não somente de usar dados, mas também de gerar
594 essas informações. A gente, então, usando essas metodologias, a gente vai comparando
595 as imagens dia a dia, a cada nova imagem que chega daquela região do Pantanal, a
596 gente compara essas novas imagens e vai identificando os novos alertas às áreas onde
597 ocorre supressão. Aqui é só para a gente ter uma comparação das imagens WFI, elas
598 tem uma resolução de 60 metros, aqui embaixo nas imagens da PLANET, da mesma
599 região, a gente acompanhando o que está acontecendo naquela área ao longo do tempo.
600 Da mesma forma como a gente trabalha com o PRODS e com os outros, com o DETER,
601 o Cerrado e a Amazônia, nós temos uma área de exclusão de mapeamento, que é tudo
602 aquilo que já foi mapeado no passado. Uma vez que aquela área já foi mapeada como
603 desmatada, ela entra no que a gente chama dessa máscara de exclusão para evitar uma
604 dupla contagem para que uma mesma área não possa ser alertada mais de uma vez.
605 Então, a gente pega essas imagens que chegam todo dia, a gente aplica o modelo linear
606 de mistura espectral que é justamente para poder destacar as áreas de solo, a exposição
607 do solo e identifica, então, as áreas onde estão ocorrendo. Então, nesse caso aqui a
608 gente está mostrando, nós fizemos uma imagem que tinha de 2020 para mostrar como

609 era a situação e depois como é que isso ficou na LANDSAT, na Amazônia e na área de
610 fração solo da imagem. Quando a gente faz a fração solo vocês percebiam lá naquela
611 última imagem embaixo, ela vai destacar realmente a presença de solo. Quanto mais
612 solo, mais branco ele vai ficar naquela imagem. Então isso facilita, isso permite que se
613 identifique as áreas mesmo áreas que não tem formação florestal, áreas que são tipo
614 gramíneas, você percebe onde existe essa exposição maior do solo, essa exposição tem
615 formato regular e tal, então, isso permite a identificação das novas áreas de
616 desmatamento. É um desafio bastante grande fazer esse processo para o Pantanal e
617 para as áreas não florestais. A gente tinha muita experiência, tinha um largo histórico
618 com as áreas florestais, mas nas áreas não florestais áreas abertas como o Pantanal
619 realmente foi um grande desafio que a gente se propôs a vencer e estamos entregando
620 esse produto novo. Essa é uma área onde justamente há uma formação do tipo herbácea
621 que foi suprimida no mês de agosto. Alguns exemplos só para mostrar, essa é uma área
622 que está sendo convertida para agricultura a gente percebe claramente aqui o padrão de
623 resposta espectral fica muito mais próximo dessas áreas de agricultura, a gente percebe
624 nos slides no nível de baixo e essas são áreas com cicatriz de queimada, uma coisa
625 importante é que não são focos de calor são áreas que a gente uma vez que o satélite
626 passa, faz o manejo ele percebe que existe uma cicatriz de uma área que já
627 queimou naquela área ali. Desculpa. Não quer dizer que o incêndio ocorreu naquela data,
628 quer dizer que naquela data foi capaz de identificar aquela área que queimou
629 recentemente, problemas aqui as vezes você tem um incêndio, se você tiver uma grande
630 chuva depois pode ser que uma parte significativa dessa cicatriz vá desaparecer então
631 podem ser áreas que foram queimadas e elas podem ocorrer de não ser detectadas, mas
632 essa é a área que está sendo detectada e isso a gente já está entregando. Os focos de
633 calor continuam sendo entregues dentro do programa queimadas a gente tem lá todos, o
634 Brasil inteiro continua entregando ocorrência em tempo real dos focos de calor. Os
635 resultados agora, o que a gente tem mais recente tem 3 meses já que nós estamos
636 trabalhando com o DETER Pantanal, então, nesses 3 meses desde agosto a gente
637 conseguiu fazer uma identificação de 469 quilômetros quadrados de área de supressão
638 de vegetação nativa no Pantanal e mais de quase 2.800 quilômetros de áreas queimadas
639 dentro do Pantanal. Ali no mapa a gente percebe em vermelho, são as áreas onde houve

640 a supressão de vegetação, e em roxo as cicatrizes de queimada, isso é por mês, ele foi
641 mais ou menos constante, tem uma diminuição em setembro mas não são valores muito
642 distintos um do outro 170, 135, 156 quilômetros quadrados em cada um dos meses de
643 supressão de vegetação nativa e a área de queimada se concentra muito mais em
644 outubro, o que é mais ou menos esperado, à medida que vai ficando mais seco no final
645 do ano você vai ter, então, o período das maiores ocorrências de queimadas. Então,
646 realmente o mês de outubro foi um mês com um valor muito elevado de dados de
647 queimada. É isso que eu queria apresentar para vocês agradeço muito a oportunidade
648 agradeço o apoio que o Ministério do Meio Ambiente vem dando sucessivamente, sempre
649 a gente conta com esse apoio, agora a gente está negociando um TED justamente para
650 ter continuidade desse DETER Pantanal mas é sempre muito importante contar com o
651 apoio de vocês obrigado do Capobianco, obrigado a todos. Se alguém tiver alguma
652 questão eu fico à disposição.

653 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
654 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Cláudio,
655 bom, queria agradecer muito. Nós estamos vendo aí 48 mil hectares é isso? 400 e
656 quanto? Em quilômetros quadrados? Então, 46 mil hectares em apenas 3 meses, aquela
657 preocupação toda que vinha sendo colocada sobre o avanço aceleração do avanço do
658 desmatamento do Pantanal, agora nós finalmente, graças a esse trabalho do INPE, que
659 a gente agradece muito, a gente tem condição agora de fazer esse monitoramento em
660 tempo real, orientar as ações de nossa equipe. O Rodrigo vinha comentando comigo,
661 inclusive a identificação de um conjunto muito grande de autorizações de supressão
662 sendo emitida na realidade é uma autorização para como é que é que você disse,
663 Rodrigo? São autorizações para? Restauração, mas na realidade está sendo utilizada
664 para a supressão de vegetação nativa, inclusive de gramínea exótica. Então, o problema
665 do Pantanal é grave eu acho que agradecemos muito, Cláudio não sei se alguém tem
666 alguma questão a colocar mas se tiver o Cláudio à disposição. Ah, você tem uma questão
667 a colocar? Tem que ser aqui no púlpito, por favor.

668 **O SR. RODRIGO SILVA LEMOS – TITULAR (Região Sudeste - Instituto Guaicuy)**
669 – Não, é só uma dúvida mesmo. Primeiros parabéns, acho que tecnologia está a serviço

670 aí para a gente conseguir ter uma gestão ambiental melhor. Eu fiquei só uma dúvida,
671 quando apresenta as cicatrizes de queimada que você colocou, se foi feita análise de
672 qual era a cobertura florestal anterior, se ela era de vegetação nativa, se ela já era uma
673 área antropizada ou se era alguma dimensão nesse sentido porque aí assusta mais, não
674 é? Obrigado.

675 **O SR. CLÁUDIO ALMEIDA (Coordenador-Geral do Centro de Previsão de Tempo e**
676 **Estudo Climáticos do INPE)** – Bom, a gente não analisa a tipologia de vegetação que
677 está sendo queimada ou suprimida, mas é em uma área nativa, essa área a gente está
678 olhando só para a área, ela tem aquela máscara de exclusão, então, aquilo que já foi
679 suprimido, não entra na minha contabilidade. Então, é só área de queimada em cima de
680 vegetação nativa.

681 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
682 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – É,
683 realmente... Então, vamos agora, a partir de agora fazer esse monitoramento mês a mês
684 divulgando os dados, não é, Cláudio? Já subiu porque havia uma dúvida se ia ser viável
685 já subir para o sistema terra Brasiliis, o terra Brasiliis, vocês, não é, que é o site do INPE
686 onde nós já temos dados de Amazônia e Cerrado havia uma dúvida, Cláudio me disse
687 antes de vir para cá, semana passada ainda, que talvez não fosse esse tempo hábil para
688 já tornar acessível direto no site, eles iam colocar um relatório inicialmente, não é? Mas
689 agora você me informa que já está disponível no site, portanto, agora já entra em modo
690 cruzeiro, digamos assim, funcionando permanentemente isso vai propiciar uma nova
691 ferramenta para que a gente possa avançar na proteção também do Pantanal, que tem
692 sido objeto de grandes discussões aqui no CONAMA, desde que o CONAMA foi
693 restabelecido. Então, muito obrigado, Cláudio, parabéns pelo trabalho é uma contribuição
694 inestimável isso que vocês estão trazendo hoje para nós e é muito simbólico que nós
695 estejamos apresentando isso em primeira mão ao CONAMA, temos que valorizar esse
696 espaço como espaço de decisão, tomada de decisão, normatização, regulamentação da
697 legislação e mais do que tudo integração entre os Entes Federados para enfrentar esse
698 problema, mais esse problema. Então, na sequência passo, solicito a apresentação do
699 relatório de gestão de florestas públicas conforme a lei 11.284/2006 relatório esse, que

700 refere ao ano base 2021-2022 que será apresentado pelo nosso diretor geral do serviço
701 florestal brasileiro, doutor Garo Batmanian.

702 **O SR. GARO BATMANIAN (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro)** – Bom dia
703 a todos e a todas. Bom dia, senhor Secretário. É uma apresentação um pouco estranha
704 para mim, porque nós estamos apresentando o relatório do ano passado, realmente um
705 pouco mais tarde esse ano, em função de como com a retomada do CONAMA acabou
706 que a gente fez essa apresentação na última sessão do CONAMA e não na primeira
707 sessão do CONAMA, porque antes não tinha e eu quero reconhecer que o antigo diretor,
708 que é quem é responsável, a equipe que é responsável por esse trabalho é o Pedro, o
709 nosso..., recentemente recebeu o prêmio de Conselheiro atento ele e a equipe dele que
710 fizeram esse trabalho aí, mas eu vou dar algumas informações sobre o que avançou de
711 lá para cá. O nosso trabalho em florestas públicas começa com a lei manda que nós
712 mantenhamos o cadastro nacional de florestas públicas, os dados de 2022 foram
713 coletados, mas eles não foram sintetizados, então, esses dados são os últimos dados
714 consolidados de florestas públicas no Brasil pelo cadastro e no cadastro de 2020 essa
715 informação que nós temos. Nós temos 246 milhões de destinadas, 63 milhões não
716 destinadas, interessante metade nos Estados, metade na União, a gente pensa
717 muito nas terras da União, mas os Estados têm também muita terra não destinada, então,
718 esse é o total de terras públicas no Brasil, 309 milhões. A tipologia tem a ver com se é
719 unidade de conservação, se é uma área diferente que pode ser não destinada. Opa, fui
720 para trás, desculpe. olhando um pouco com mais detalhes nós podemos ver onde está a
721 maior parte das não destinadas, a maior parte das não destinadas está na Amazônia,
722 como era esperado, mas isso o governo atual tem criou um Comitê Interministerial
723 justamente para acelerar a destinação destas áreas. Então, a gente espera que no
724 próximo levantamento elas não entrem na tabela de não destinadas, elas passem a entrar
725 na tabela de destinadas, mas é só para vocês terem uma ideia, a maior parte está lá,
726 mas eu considero também significativo o Cerrado, que a gente não fala muito, porque 2
727 milhões de hectares no Cerrado, são 5% do Cerrado são não destinados. E é um bioma
728 que não tem tantas unidades de conservação. Hoje em dia, está em um processo
729 acelerado de desmatamento. Então, a gente deveria também tomar um cuidado maior
730 em relação a acelerar também o processo de destinação nas áreas de cerrado. Aí, o

731 próximo trabalho que a gente também, segundo lei, e nós somos responsáveis, é fazer
732 um inventário florestal nacional. Não é um projeto, eu fico dizendo isso porque a gente
733 teve que arrumar dinheiro para fazer o trabalho, mas ele não é um projeto, é um
734 programa, é um programa contínuo. Quando a gente completar o primeiro inventário, nós
735 estamos discutindo como atualizar o inventário com mais informações, com novas
736 tecnologias, entendendo melhor como o inventário florestal pode contribuir para políticas
737 públicas. Ontem mesmo, nós terminamos uma reunião de dois dias com o MMA e com a
738 academia e outros setores de quais são as políticas públicas que o inventário florestal
739 pode contribuir, que tipo de formação o inventário florestal deve fornecer para políticas
740 públicas. Por exemplo, a toda parte de balanço de carbono das florestas, a informação
741 que vem no NDC vem do inventário florestal. Porque nós temos 16 mil pontos que temos
742 a fazer no Brasil todo. Então, esse é o resultado de..., nós já analisamos, nós fizemos
743 unidades de amostra de 10.653 pontos até 2022. Elas são as áreas em verde e as áreas
744 em cinzas é que faltam fazer. Este ano, aceleramos bastante, eu não vou colocar o mapa,
745 mas só para vocês aguçarem, já antevendo, pudemos acelerar bastante, e a maior parte
746 do que não é Amazônia foi feita este ano, exceto o que está faltando realmente, é Minas
747 Gerais, é o Cerrado de Minas Gerais e a área do Pantanal, que nós não temos nenhum
748 ponto ainda feito na área do Pantanal. Mas, anteriormente, nós já tínhamos feito bastante,
749 começo da semana que vem, lança o inventário do Maranhão, mas que, na realidade, foi
750 feito no ano passado. O que está em amarelo é que nós, no momento, isso é uma
751 discussão que depois a gente pode abrir, em outro momento, o inventário florestal
752 nacional não inclui o inventário em terras indígenas. Então, o que está em amarelo é que
753 foi tomada a decisão de não fazer o inventário em terras indígenas, por isso que tem uma
754 diferenciação de cores aí. Basicamente, depois desse ano, no relatório que eu fizer ano
755 que vem, vocês vão ver que vai ficar faltando, basicamente, a Amazônia e o Pantanal. E
756 a próxima tarefa que a gente tem, é promover o manejo florestal em terras públicas. Nós
757 estamos focando em fazer o manejo florestal através de concessões em florestas
758 nacionais. Segundo o que é o arranjo institucional, nós temos, existe um comitê, o Comitê
759 de Gestão de Florestas Públicas, CGFLOP, que é interministerial, mas inclui Sociedade
760 Civil, inclui setores da academia. O CGFLOP aprova, entre outras coisas, o Plano Anual
761 de Outorga Florestal. Este é o plano que foi aprovado para 2022, mas este não foi o plano

762 que conseguimos implementar em 2022. Foi aprovado este tanto de florestas, até 5,3
763 milhões. Basicamente, senhores, Secretários, este é o estoque total de FLONA que nós
764 podemos ainda explorar, mas não foi feito, no ano passado, nenhuma concessão. Eu
765 estou salientando este aspecto, porque a lei, em maio, houve uma mudança na lei, e
766 agora passou-se a requerer não um plano anual, mas um plano plurianual. Então, a partir
767 do próximo ano, nós passaremos a apresentar plano plurianual de outorga florestal,
768 podendo fazer ajustes anualmente, porque o que estava acontecendo, se apresenta um
769 plano de 5,3 milhões, não faz. Este ano, se apresenta basicamente o mesmo plano,
770 porque são os mesmos 5,3 milhões, tirando uma ou duas FLONAS. A lei foi mudada.
771 Então, nós vamos ter que adequar a forma como a gente apresenta isso para vocês no
772 futuro. As FLONAS que já foram concedidas, lembrando que nós completamos este ano,
773 15 anos do início do processo de concessão, 15 anos. Mas a primeira extração foi feita
774 em 2010, porque entre você aprovar a lei, fazer um edital, fazer as consultas, fazer o
775 edital, e a empresa, efetivamente, começar a explorar, leva um tempo. Então, a primeira
776 exploração, onde o primeiro metro cúbico foi explorado, foi em 2010. Nesse período,
777 vocês veem a produção de tora aumentando. Embaixo tem o nome das, queria chamar
778 a atenção, que é o nome das FLONAS onde as concessões estão instaladas. Aí, um
779 observador mais atento vai notar que a gente diz que tem oito FLONAS nacionais, oito
780 FLONAS onde a gente está operando, mas só tem cinco aqui embaixo. É porque tem
781 duas FLONAS, tem três FLONAS que foram concedidas em 2021 e 2020, mas não
782 tinham começado, efetivamente, a fazer a extração em 2022. Porque antes de você fazer
783 a extração, você tem que fazer uma série de requerimentos que a gente põe no edital,
784 como inventário total, onde estão as estradas, onde vão ser os pátios da tora, etc. E isso
785 é um trabalho que leva mais ou menos dois anos para eles fazerem antes de tirar o metro.
786 E nós temos que verificar que o trabalho foi bem feito antes de autorizar eles a tirarem o
787 metro cúbico. Então, nós tínhamos, até o final de 2022, 363 mil metros cúbicos tirados
788 no ano de 2022, mas de apenas cinco FLONAS. Esse ano, a produção aumentou porque
789 nós temos, as outras três FLONAS entraram em produção esse ano. Então, claro que
790 isso também reflete na arrecadação anual. A arrecadação anual nossa vem subindo, e
791 em 2023, de 2022, foi uma arrecadação de R\$33 milhões. E embaixo eu coloquei, de
792 novo, reflete as cinco FLONAS que estavam operando e, portanto, começaram a gerar

793 receita, e esse é o valor que nós arrecadamos. Vocês vejam que varia, porque as
794 unidades que são exploradas variam, o tipo de madeira, as espécies de madeira que eles
795 comercializam têm preços diferentes, mas esse é o valor total que a gente conseguiu
796 arrecadar. E lá no canto, eu gostaria de salientar muito isso, porque é quase a mesma
797 lógica que nós tínhamos do ICMS Ecológico. Como a FLONAS está dentro de um Estado,
798 está dentro de um Município, parte dos recursos arrecadados são, obrigatoriamente,
799 repartidos com o estado e com o Município onde a FLONA está localizada, ou Municípios,
800 às vezes inclui mais de um Município, que são arrecadados. Então, você veja que, no
801 período, os Estados receberam R\$20.5 milhões, e os Municípios também receberam
802 R\$20.5 milhões. O resto, uma outra parte, segundo a lei obriga, nós passamos para o
803 Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, e uma parte é dividida entre nós e o
804 ICMBio, porque o ICMBio continua responsável pela gestão da área, integridade,
805 monitoramento, policiamento, afinal, continua sendo uma FLONA, e nós temos todo o
806 serviço de monitoramento do edital e do manejo que o concessionário está fazendo o
807 trabalho de forma correta. Mas é importante salientar que uma boa parte do recurso vai
808 para Estados e Municípios, onde as FLONAS estão lotadas. Então, falando um pouco do
809 Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, porque a lei criou o fundo e também criou
810 um comitê, e antes que os membros aqui perguntem, nós estamos reformando o decreto
811 para a participação de membros do comitê em função da mudança estrutural, tanto que
812 a gente está vendo aqui como conceito, mas também porque os Ministérios, os Órgãos
813 mudaram, então nós vamos ter em breve um documento com novos membros do fundo,
814 porque essa decisão não é nossa, a decisão do que fazer vem com uma recomendação
815 dos membros do comitê consultivo do fundo do FNDES. Nesse último ano de 2021 e
816 2022, foi feita uma TED com a Universidade Federal do Oeste do Pará, em R\$ 950 mil,
817 e essa TED foi para trabalhar nas prefeituras de Faro, Oriximiná e Terra Santa, prefeituras
818 onde nós temos concessões, onde fizemos concessões, e o objetivo é trabalhar com as
819 comunidades locais, para criar projetos florestais sustentáveis que valorizem os
820 conhecimentos tradicionais locais das comunidades. E esse recurso é além do que
821 aqueles que a prefeitura e os Estados recebem. O recurso do fundo é mandatório que a
822 gente colete e aloque, além do que os Estados e os Municípios têm direito de alocar,
823 naquele slide anterior. Por último, eu queria reportar, porque existe o outro Conselho,

824 esse que eu estava referindo, a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, é uma
825 comissão também interministerial, mas que também tem Sociedade Civil e outros
826 Órgãos, outras instituições. Nós estamos também reformando esse CGFLOP e
827 aproveitando que temos que reformar, porque antes falava de Ministério da Economia
828 que não existe, etc. Ao reformar, estamos conversando dentro do MMA para aproveitar
829 e atualizar ele, porque quando foi criado não tinha..., foi em 2006, 2007, e agora podemos
830 pensar em atualizar ele também em um decreto que mude um pouco, ajuste um pouco
831 os seus participantes. O CGFLOP é quem aprova o Plano Anual, que agora é o Plano
832 Plurianual de Outorga Florestal. E essas foram as apresentações e recomendações que
833 nós recebemos da comissão. Nós fizemos três reuniões, foram feitas três reuniões em
834 2021, quatro em 2022, e aí foi que discutiu a proposta do Jamari, a nova proposta do
835 Jamari, porque já temos quatro concessões lá, seria uma quinta, a proposta da FLONA
836 na Amanã, uma minuta de resolução de como repartir diferentes recursos e a questão
837 dos inadimplentes, uma licitação de floresta para três barras, aquela que, alguns meses
838 atrás, eu tive a oportunidade de lançar aqui, que é uma novidade que nós fizemos com o
839 BNDES, essas são florestas no Sul do país, onde é para retirar o pinheiro de FLONAS
840 que deveriam ser de Mata Atlântica, mas estavam dominadas por pinheiro, então o
841 concessionário vai retirar o pinheiro, fica com o pinheiro e tem a obrigação de restaurar
842 a Mata Atlântica. Esse? Hein? É, Pinus. Quando eu falo pinheiro, o pinheiro europeu é...
843 eu acho que é *Pinus Elliottii*, mas pode ser que tenha sido um outro Pinus na época, mas
844 é o *longleaf pine*, que fala em inglês. Depois temos um projeto de concessão florestal,
845 eu achei muito interessante, marquei esse, porque ele é uma não destinada que o SPU
846 está destinando para manejo florestal. Então, ela vai deixar de ser não destinada para
847 ser destinada para o manejo florestal por meio da concessão, e vai ser a primeira no
848 Brasil que nós vamos fazer isso. Depois tem algumas resoluções feitas sobre concessões
849 florestas plantadas, e também mais algumas ações sobre isso, e no final, o que eu
850 coloquei, que é a análise do PAOF, porque a gente só pode ter o PAOF e depois ser
851 analisado pelo comitê de gestão. Com isso, foi isso que foi feito naquela época, mas eu
852 também tentei dar uma breve entrada de o que nós estamos fazendo esse ano em cima
853 do que foi feito no ano anterior, e espero que ano que vem eu possa vir fazer a
854 apresentação mais próxima do início do ano, porque agora o CONAMA está indo com

855 frequência. Muito obrigado. Como? Esse ano nós concluímos o edital do Humaitá, aliás,
856 aqui, nós assinamos um dos concessionários aqui, estamos esperando os outros dois
857 concessionários apresentarem garantias, isso será 200 mil hectares. Estamos
858 trabalhando para lançar alguns editais, inclusive esse da Gleba Castanho, antes do final
859 do ano. O nosso objetivo é lançar antes do final do ano. O CGU fez um pedido para a
860 gente fazer um ajuste adicional em relação a um desses critérios, e nós estamos fazendo
861 isso. Se resolver, se a gente conseguir resolver esse da Gleba Castanho, não tem
862 superposição nem com questões indígenas, nem com questões do ICMBio, então, a
863 gente poderia lançar esse ano. Então, possivelmente, lance uma ou duas concessões
864 esse ano, que são as que não têm problemas de superposição contra áreas. Está bom?

865 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
866 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito
867 obrigado, Garo.

868 **O SR. GARO BATMANIAN (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro) –** Que você
869 perguntou, aquelas três terminam esse ano. O edital, a gente encerra esse mês e abre
870 os envelopes, então, é possível que a gente já saiba quem são os concessionários das
871 três do Sul esse ano.

872 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
873 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito.
874 Por favor, com a palavra, o nosso Lauro Baca, que se apresente para a fim de gravação,
875 por favor. O microfone está desligado. Está desligado o microfone. Apertando aí, olha.

876 **O SR. LAURO EDUARDO BACCA – TITULAR (Associação Catarinense de**
877 **Preservação da Natureza – Acaprena) –** Bom dia a todas as pessoas presentes. Lauro
878 Baca, ONGs, Região Sul. Partindo do princípio, que é melhor perguntar do que continuar
879 na ignorância, eu pergunto como é que está a situação das florestas e ecossistemas não
880 destinados. Por exemplo, no Cerrado, se tem apenas 5% não destinados, se existe
881 alguma previsão de salvar esses 5% para ontem ainda, como uma unidade de
882 conservação? Obrigado.

883 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
884 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Vamos
885 aguardar as perguntas todas, a gente responde de uma vez, senão vai atrasar muito o
886 nosso horário aqui. Por favor. Conselheira, por favor.

887 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
888 **da Mata Atlântica)** – Bom dia. Heloisa Dias. Sou representante das Entidades
889 Ambientais e sou do Instituto Amigos Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Primeiro,
890 agradecer ao Serviço Florestal Brasileiro pelo trabalho e pela apresentação do relatório.
891 E a gente quer aqui reforçar alguns pontos que achamos imprescindíveis dentro da nova
892 gestão e que a gente tem uma expectativa grande em relação a isso, tanto no sentido de
893 alinhar essa política de gestão das florestas públicas com a política de combate ao
894 desmatamento, de redução do desmatamento, legal e ilegal, para enfrentamento das
895 emergências climáticas e das mudanças climáticas. Então, uma reflexão e uma
896 reprogramação também, uma avaliação nessa direção e com essa diretriz, e ampliar a
897 participação social e a transparência que a gente sente como necessária em toda essa
898 gestão e nesses relatórios. E aí a gente destaca alguns pontos pequenos. Um já foi aqui
899 respondido, que era o da Comissão Nacional de Florestas, a CONAFLO, que foi
900 alertado que eles estão revendo o decreto, que a gente achou estranho que não tinha
901 ainda posse do conselho da Comissão Nacional de Florestas, e isso procede? Ela ainda
902 não tomou posse? E a gente acha que esse seria um mecanismo importante de
903 acompanhamento, de monitoramento e de participação nesse processo da Comissão
904 Nacional. Então, se ela não tomou posse, qual é a previsão, se existe essa previsão ou
905 não. Se os mecanismos estão assegurados para a transparência do monitoramento em
906 campo e dessas concessões. Isso para a gente é muito importante, principalmente em
907 cima do que vivemos recentemente, de não transparência, de um descumprimento geral
908 da legislação. Então, qual é a forma disso acontecer? E evitando, por exemplo, que os
909 planos de manejo sejam usados para esquentar madeiras que não estão realmente
910 autorizadas para essa supressão. E também os mecanismos para assegurar o
911 pagamento do valor estabelecido. A gente sentiu que algumas concessões ainda não
912 efetivaram esses pagamentos. Quais são os mecanismos de cobrança dessa
913 concessão? Outro ponto, só mais dois pontinhos, reforçar a recomendação ao Serviço

914 Florestal de não incluir na habilitação de florestas públicas a concessão em áreas de
915 FLONAS e com povoamentos florestais de espécies ameaçadas de extinção. Isso para
916 a gente é fundamental. Já acompanhamos aí no Sul alguma questão em relação à
917 araucária e tudo mais, que já foi resolvido, mas a gente estabelecer isso como uma regra
918 e como um princípio nessa questão. Em alguns biomas, até de espécies nativas, no caso,
919 mais de Mata Atlântica e outros biomas. E recomendar que se traga mais ao CONAMA,
920 seja via Câmara Técnica de Biodiversidade ou não, conhecimento sobre esse processo.
921 Ele, para a gente, é precioso, é uma ferramenta que eu acho que a gente quer
922 acompanhar, enquanto Sociedade Civil e também enquanto Setor Ambiental, de
923 acompanhar esse processo dessas concessões e contribuir para seu aprimoramento e
924 seu fortalecimento. Então, são esses os pontos mais rapidinhos que eu tentei colocar
925 aqui e agradeço.

926 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
927 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado,
928 Conselho Heloisa. Por favor, nosso baleeiro. Baleeiro, não. Baleeiro mata a baleia. Você
929 é o defensor das baleias.

930 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte) –** Essa
931 maldição das baleias me acompanha. Bom dia. Sou José Truda, represento a Sociedade
932 Civil do Nordeste, através do Instituto Baleia Jubarte. Muito brevemente, muito obrigado,
933 diretor, pela apresentação. Excelente. Eu gostaria de reforçar apenas alguns pontos que
934 o nosso próprio diretor agora levantou em relação ao Cerrado. É claro que a Amazônia
935 tem uma outra dinâmica, mas as florestas públicas desses outros biomas, Cerrado,
936 Caatinga, Pantanal, no nosso entendimento, deveria haver um esforço no sentido de
937 destinação para a Unidade de Conservação. Em particular, a Unidade de Conservação
938 de Proteção Integral. E é preciso, nesse sentido, que, através da comissão e de outras
939 instâncias, o Ministério do Meio Ambiente desenvolva um trabalho de educar os outros
940 organismos de governo sobre o fato de que a Unidade de Conservação de Proteção
941 Integral não é uma área inerte do ponto de vista econômico. Ela colabora diretamente
942 com a economia através dos serviços ecossistêmicos, mas também através da provisão
943 direta de benefício econômico, como é o caso das áreas concedidas em parques

944 nacionais para serviços de uso público. Nós somos grandes entusiastas dessas
945 concessões de serviços de Unidade de Conservação. E nós temos alguns casos em que
946 eu acho que seria importante levantar a questão dos usos de produtos não madeiráveis
947 em áreas florestais, principalmente na Amazônia. Que tem um impacto bem mais baixo
948 do que a extração de madeira. E também de usos não extrativos. Nós temos áreas como
949 a Floresta Nacional de São Francisco de Paula, lá no Rio Grande do Sul. É uma área
950 maravilhosa de floresta nativa, que é utilizada frequentemente por grupos de
951 observadores de aves. É uma atividade econômica que está crescendo no Brasil. Nas
952 cidades de São Francisco de Paula já há pousadas, não é, caro Presidente, que é
953 observador de aves, com o Tomás também, levando benefícios econômicos diretos para
954 as áreas em que essas atividades não extrativas são desenvolvidas. Então, ao mesmo
955 tempo, uma pergunta, Diretor, e uma sugestão no sentido de que os usos não extrativos
956 passem a ser mais considerados para concessão, inclusive de áreas de florestas
957 nacionais, para esse tipo de utilização. Muito obrigado.

958 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-
959 Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Garo.**

960 **O SR. GARO BATMANIAN (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro) – Vou**
961 **tentar, eu acabei não anotando, não achei que era esse tanto de perguntas. O**
962 **CONAFLOR..., hein? É, eu vi, todo mundo é Conselheiro atento, todos leram o relatório.**
963 **O CONAFLOR não é a mesma coisa que o CGFLOP. O CONAFLOR é uma instância**
964 **criada dentro do MMA, e ele está na mesma situação que o CGFLOP. O CONAFLOR**
965 **tem um escopo mais amplo, e ele fica na nossa Secretaria de Biodiversidade e também**
966 **está no mesmo processo nosso de mudar um pouco, melhorar a qualidade dos**
967 **participantes antes de poder nomeá-los. Mas eu não sei se ele foi aprovado ou não. O**
968 **CGFLOP é o nosso, só de florestas públicas. Quanto às espécies ameaçadas, se me**
969 **permite, eu queria fazer um pequeno... Eu acho que a gente pode conceder as áreas,**
970 **mas não permitir usar as espécies ameaçadas, que é o caso que a gente está fazendo,**
971 **por exemplo, das Três do Sul. Não pode cortar a Araucária, mas a área está precisando**
972 **que sejam removidos os pinheiros da Europa. Então, não é não conceder uma área que**
973 **tem a espécie ameaçada, mas o plano de manejo tem que cuidar de não afetar a espécie**

974 ameaçada. É um pouco... É um pequeno ajuste, porque, senão, por exemplo, Mogno...
975 Tem lugar que deveria ter Mogno, mas não tem o Virola, que é uma planta que estava...
976 É anexo 1. Então, se é uma espécie do anexo 1, obviamente, anexo 1, da site. Não
977 poderíamos tirar, ou mesmo que fosse 2, mas a gente não quer tirar, então, a gente
978 também poderia incluir isso. Sobre a questão das florestas públicas, o 5%, eu acho que
979 o papel do cadastro é indicar, é fornecer informações para políticas públicas. Como eu
980 mostrei, tem 5%, e eu acho que a comissão, agora, pode se debruçar também, mas é
981 uma decisão do MMA, com o MDA e outros, que é a Comissão Interministerial, de
982 também seguir essa... Não somos nós que decidimos o destino. Tem um processo e eu
983 acho que deveria... Nossa recomendação é que também se debrucem sobre esses 5%.
984 Sobre a questão de uso não madeireiro, nós... Eu sou totalmente a favor disso e nós
985 promovemos isso, mas existe uma questão de como fazer o edital. Então, quando a gente
986 chega para fazer o edital, para estabelecer um preço mínimo, nós não conseguimos
987 desenvolver uma metodologia junto com o BNDES para valorar esse ativo. Quanto seria
988 a receita mínima, e, portanto, de cada um dos ativos? Quanto seria a receita mínima para
989 fazer o edital? Porém, o edital escreve que..., o edital permite que os concessionários
990 explorem produtos não madeireiros, mediante permissão prévia do serviço florestal. E,
991 em fazendo essa exploração, paga as mesmas porcentagens, as mesmas taxas que
992 paga para a madeira. Então, existe uma previsão deles poderem fazer essa exploração,
993 mas ela não está precificada para eles fazerem a sua oferta mínima. Mas está previsto.
994 A gente pode pensar em tentar fazer isso melhor para induzir que eles realmente façam,
995 porque é uma opção e não necessariamente, eles estão cumprindo essa opção. Mas fica
996 registrado o ponto, eu expliquei, que tem um mecanismo para isso. Sobre a questão da...
997 Tudo bem, mas..., podem. Eles podem, em alguns lugares, deixam a população fazer,
998 mas também não está no... É como coloca no acordo, porque a gente... A questão de
999 população local é meio... Não podemos fazer FLONA onde tem população, então tem
1000 que ter um acordo, porque tem... Eu não posso... Se existe uma comunidade, eu não
1001 posso conceder essa área. Então, é uma área fora do acesso da comunidade, não é uma
1002 área de uso da comunidade. O ponto que... O outro ponto que vocês falaram... Eu acho
1003 muito boa a ideia, e se assim decidirem, nós podemos voltar aqui e explicar como
1004 funciona o processo de definição da área, de todo o processo até o nosso processo de

1005 monitoramento. Isso tudo eu poderia fazer uma apresentação específica ou em uma
1006 Câmara Técnica ou aqui, não tem problema, a gente tem essas informações. Mas eu
1007 queria salientar o seguinte, nós temos um mecanismo de rastreamento muito, muito forte.
1008 É isso que eu queria chamar a atenção, porque, quando o concessionário não só cumpre
1009 o manejo florestal, como ele é obrigado a aderir a um mecanismo muito forte de
1010 rastreamento. No caso da exploração na Amazônia, para explicar melhor, antes de fazer
1011 a exploração, eles têm que dar um número para cada uma das árvores, as árvores que
1012 eles vão cortar, de todas as árvores do hectare. Esse número vira o CPF dessa árvore.
1013 E eles dão o ponto no GPS desta árvore. Daí em diante, a gente tem a rastreabilidade
1014 desta árvore até a serraria e depois que ele vende, porque, se a gente vê que chegou
1015 num caminhão um número do CPF e a árvore está em pé, a gente sabe que ele
1016 esquentou a madeira de algum lugar. Ou vice-versa, ele cortou essa árvore, mas essa
1017 árvore não aparece no caminhão, a gente também sabe, e nós temos sido bastante
1018 rígidos com isso, pelo menos no número que a gente tem agora. Eu acho que eu respondi
1019 todas as questões. Eu não sei se faltou alguma, senhor Secretário. Faltou alguma?

1020 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1021 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, eu
1022 acho que respondeu todas, só a Muriel que fez uma questão. Eu só vou pedir que a gente
1023 acelere um pouco, porque se nós, em cada informe, a gente... Que é muito bom, é muito
1024 bom ter esses Conselheiros, mas só para a gente tomar um certo cuidado com o tempo,
1025 lembrando que o Garo está à disposição, não é Garo? Para fazer, apresentar isso em
1026 Câmara Técnica, em detalhamento, se for o caso, em qualquer ocasião que os
1027 Conselheiros demandarem. Por favor, Conselheira Muriel.

1028 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – Eu queria
1029 só...

1030 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1031 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Você se
1032 apresenta para fim de gravação.

1033 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – Muriel
1034 Saragoussi, da Fundação Vitória Amazônica Sociedade Civil. Quando nós trabalhamos

1035 no plano de promoção dos produtos da sociobiodiversidade, quem nos ajudou muito foi
1036 a CONAB, com a questão do estabelecimento do preço mínimo garantido, PGPM, para
1037 produtos da sociobiodiversidade. Então, vários deles estão e continuam na PGPM, e a
1038 CONAB tem uma excelente metodologia de como chegar a esse preço mínimo. Isso
1039 poderia ajudar vocês na concessão de produtos não madeireiros.

1040 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1041 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Excelente.**
1042 Muito bem lembrado, Conselheira.

1043 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte) – Muito**
1044 bem lembrado. Nós vamos olhar, e eu aproveito para dizer que nós não reportamos aqui,
1045 mas nós estamos retomando o Programa de Manejo Comunitário, porque em RESEX,
1046 em RDS, não se pode fazer e não se vai fazer concessão. Então, nós estamos retomando
1047 um programa já em consulta com a Secretária Carina, de Bioeconomia, a Secretária de
1048 Povos Tradicionais, a Edel, que nós estamos retomando. Mas como isso aqui era 2022,
1049 nós não estamos reportando o trabalho que já estamos fazendo em apoio às
1050 comunidades. Porque senão fica só manejo na escala comercial, mas as RESEX e RDS
1051 também são terras públicas, e, portanto, também devemos apoiar o seu manejo. E
1052 estamos trabalhando nisso. No relatório do ano que vem vai sair.

1053 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1054 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito**
1055 obrigado, Garo. Parabéns. Na sequência, passaremos a apresentação dos dados
1056 consolidados sobre a destinação de pneus inservíveis relativos aos anos base 2020 e
1057 2021, conforme previsão do Artigo 16 da Resolução CONAMA 416/09. Eu chamo para
1058 isso a Rosângela Muniz, diretora de Qualidade Ambiental Substituta do IBAMA.

1059 **A SR^a. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**
1060 **IBAMA) –** Olá, bom dia a todos. Nós estamos muito felizes de estar apresentando esse
1061 relatório hoje, porque ele é apresentado ao IBAMA, tradicionalmente, ao CONAMA desde
1062 2011. A resolução CONAMA que faz a previsão dele é de 2009. Infelizmente, nós tivemos
1063 um interregno de dois anos, porque o CONAMA deixou praticamente de funcionar. Então,
1064 hoje nós vamos fazer a apresentação de três relatórios, de três anos base, na verdade,

1065 para atualizar essas informações para a sociedade. Esse relatório é uma obrigação para
1066 fabricantes e importadores de pneus que devem destinar 100% dos pneus que fabricam
1067 e importam, fazer a destinação ambientalmente adequada desses resíduos. É a
1068 CONAMA 416 de 2009, que tem essa previsão. Evidentemente, os pneus inservíveis são
1069 um resíduo, um passivo ambiental muito sério, além de danos para o meio ambiente, traz
1070 danos para a saúde pública, porque ele é um repositório de vetores de mosquitos e
1071 doenças. Mas é um case de sucesso no Brasil, felizmente, historicamente, quase a
1072 totalidade desses resíduos tem sido destinado adequadamente, e a indústria nacional
1073 usa esse resíduo para substituir combustível fóssil. Então, a maior parte desses resíduos
1074 tem essa destinação. Então, tem um benefício duplo para o meio ambiente, além de tirar
1075 esse resíduo do meio ambiente, da natureza, ele substitui combustível fóssil. Então, o
1076 relatório, basicamente, ele traz informações sobre o cumprimento da meta de destinação
1077 nacional dos pneus inservíveis pelos fabricantes e pelos importadores. E nesse ano,
1078 vamos apresentar os anos base 2020, 2021 e 2022. E essa previsão de ser apresentada
1079 ao CONAMA na terceira reunião ordinária está no Artigo 16 da Resolução CONAMA 216
1080 de 2009. A fonte do relatório são os dados declarados pelas próprias empresas,
1081 fabricantes e importadoras. Nós temos um sistema que acolhe esses dados e depois a
1082 gente faz a análise. Então, a data base de referência dos dados é março, 31 de março
1083 de cada ano, que é quando fecha o relatório para as empresas declararem. Aqui, para
1084 vocês terem uma ideia do que é a referência, o valor de referência de todos os dados que
1085 nós vamos apresentar, é esse chamado mercado de reposição de pneus, que é um
1086 cálculo que você faz contando o total de pneus produzidos, o total de pneus importados,
1087 menos o total de pneus exportados, e o total de pneus que equipam veículos novos.
1088 Então, vocês vão ver aqui que tem uma variação significativa. Em 2020, o mercado de
1089 reposição teve uma baixa muito grande em relação aos anos anteriores e aos anos
1090 posteriores, apenas 58.262 unidades. Tem várias explicações para isso, provavelmente
1091 um dos impactos da pandemia com relação à diminuição dessa demanda no Brasil. Aqui
1092 a gente vai ver o mercado de reposição por fabricante e importadores, por os fabricantes.
1093 Teve uma certa queda ali de... em 66,48... Não, aqui é o mercado de reposição distribuído
1094 por fabricantes e importadores. Em geral, os fabricantes têm uma cota maior aí no
1095 mercado de reposição do que os importadores, historicamente, e uma leve queda ali de

1096 fabricação mais recente e aumento de importação. Por favor. Então, o que a CONAMA
1097 determina é que para cada pneu novo comercializado para o mercado de reposição, as
1098 empresas precisam dar a destinação adequada para o pneu inservível. Então, é 100%.
1099 Tudo que eles fabricam ou importam tem que ser destinado adequadamente. E a meta
1100 de destinação é calculada quando você converte em peso os pneus comercializados no
1101 mercado de reposição e considera um desconto de 30% pelo fator de desgaste do pneu
1102 novo, está? Então, essa é como é calculada a meta de destinação. Por favor. Então, aqui
1103 eu tenho, em números absolutos e em percentuais, as metas de destinação dos pneus
1104 em 2020. Então, em 2020, os fabricantes ultrapassaram a meta e os importadores ficaram
1105 em 82,73 % da sua meta. Historicamente, os fabricantes destinam mais do que os
1106 importadores. Depois eu vou falar um pouco o que o Ibama faz quando o CNPJ deixa de
1107 destinar adequadamente. Por favor. Aqui em 2021, os fabricantes destinaram 81% e o
1108 importador também, que teve uma destinação um pouco mais baixa pelos fabricantes. E,
1109 por fim, em 2022, 99,98%, os fabricantes voltaram a destinar praticamente 100% dos
1110 pneus e o importador subiu um pouco também de 91,5%. Aqui, a série histórica, por
1111 fabricante e por importador. O fabricante tem essa série histórica aqui, sempre na base
1112 dos 100%, com algumas exceções, e os importadores variam muito, mas a meta deles,
1113 historicamente, é bem mais baixa. Tanto é que o Ibama autua muito mais os importadores
1114 por não destinação do que os fabricantes. E aqui a série histórica geral, somando
1115 fabricantes e importadores. Vocês veem que sempre fica por volta dos 90%, com exceção
1116 ali de 2021, que realmente teve uma baixa. Nós temos várias explicações para essas
1117 baixas, mas assim, não fizemos um estudo detalhado. Provavelmente tem a ver com
1118 pandemia também, porque era o final da pandemia, reta final, então, de repente, não
1119 sabemos se as cimenteiras baixaram também a sua produção. As cimenteiras são os
1120 principais clientes dos pneus inservíveis. E aqui é destinação, destinados e sem
1121 destinação, o percentual de cumprimento da meta dos pneus gerais. Então a gente tem
1122 em 2020, 99%, em 2021, 81%, e em 2022, 93%...? Não estou enxergando aqui. Enfim, é
1123 um percentual alto, por isso que a gente costuma falar que é um case de sucesso, sim,
1124 embora não tenha acordo setorial assinado, celebrado para pneus, mas tem instituições
1125 muito fortes do setor que atuam de modo realmente a destinar adequadamente. Aqui
1126 olha, as tecnologias mais usadas. A mais usada é o coprocessamento, que eu falei,

1127 porque é por meio do clínquer, e ela varia um pouco, mas, de longe, é a mais utilizada,
1128 que é a que eu falei das cimenteiras, que substituem combustível fóssil para produzir
1129 cimento e vários outros. Então, é um insumo da indústria nacional de cimento. Você tem
1130 granulação, laminação e nessas outras tecnologias, eu chamaria atenção para uma
1131 tecnologia que vem crescendo, que é uma tecnologia também limpa, porque as
1132 cimenteiras, apesar de tudo, são uma indústria mais poluente, mas a indústria também
1133 está procurando formas de aproveitar esse resíduo com tecnologias mais limpas. E essa
1134 é uma tendência que vocês vão ver lá na ponta, nessa linha amarela, que vem crescendo.
1135 Então, outro dado importante do relatório, são os pontos de coleta dos pneus inservíveis.
1136 Pela CONAMA, o que é um ponto de coleta? O fabricante, o importador define esses
1137 pontos para receber provisoriamente os pneus para depois serem recolhidos. E tem
1138 vários arranjos que os importadores e importadoras usam para definir e organizar esses
1139 pontos de coleta. Eles podem ser feitos de forma isolada, compartilhada, podem ser feitos
1140 em acordo com os Municípios, principalmente, os Municípios estão muito envolvidos
1141 nisso. Pontos de comercialização dos pneus, borracharias, grandes borracharias e assim
1142 por diante. Próximo. Então, aqui estão os pontos de coleta distribuídos no mapa do Brasil,
1143 referentes ao ano de 2022, o Nordeste, o Sudeste e o Sul com um número maior, até
1144 porque, de fato, onde tem maior demanda e consumo, de pneu, o Centro-Oeste, 211, o
1145 Nordeste, 147 e no Norte, 81. Teve também uma redução nesses pontos de coleta de
1146 2021 para 2022. A gente imagina que é porque os próprios importadores e fabricantes
1147 fizeram uma organização melhor e juntaram, agregaram pontos de coleta maiores e de
1148 forma menos pulverizada, o que é bom, de certa forma é bom, porque você pode ter
1149 capilaridade, mas quanto maior o número de armazenamento desse resíduo,
1150 armazenamento correto, melhor. O Ibama, nesses últimos anos, fez uma melhoria no
1151 controle desses pneumáticos inservíveis, a gente faz o controle a posteriori, o Ibama não
1152 faz anuência de pneu novo, de importação de pneu novo, a gente faz esse controle por
1153 meio do relatório, porque pneu novo não é resíduo. Então, a gente faz o controle a
1154 posteriori e tem uma Instrução Normativa, que é a de número 9 de 2021, que foi
1155 publicada, em substituição à de 2010, que já estava com alguns problemas, a gente
1156 aprimorou os procedimentos, os métodos de verificação e melhoramos também o nosso
1157 sistema declaratório, que é o relatório de pneumáticos. E também estamos

1158 disponibilizando em painel de business intelligence os pontos de coleta de pneus usados,
1159 de forma que isso possa ser melhor comunicado para a sociedade. E ali estou colocando
1160 o caminho que vocês chegam, no link, para conhecer o relatório completo e esse painel
1161 de BI, no site do Ibama, Assuntos, Emissões e Resíduos, Resíduos, Pneus. Quem tiver
1162 curiosidade, eu não quis abrir aqui, porque vai que dá algum problema na internet e a
1163 gente teria um atraso aí. É isso, então. Obrigada. Estou à disposição para perguntas.

1164 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1165 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito
1166 obrigado, Diretora Rosângela Muniz, pela apresentação. Parece que nós temos uma
1167 pergunta. Temos um comentário aqui do painel do Ibama. Vamos à pergunta inicialmente.
1168 Quem tiver mais perguntas, interesses ou comentários, por favor, pode se dirigir aqui, se
1169 aproximar do nosso...

1170 **A SR^a. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios)**
1171 – Obrigada, Secretário. Para registrar na Ata, Cláudia Lins Lima, representante da
1172 Confederação Nacional de Municípios. A nossa colocação é uma espécie de provocação
1173 no sentido de a gente rever essa resolução CONAMA para que ela dialogue com a
1174 Política Nacional de Resíduos Sólidos, porque, apesar de ser tido como um caso de
1175 sucesso, isso, na ponta, gente, não é um sucesso em cada Município brasileiro, nem aqui
1176 em Capital Brasília. Porque o que a gente hoje? A gente tem hoje a logística reversa, os
1177 pneus inservíveis, que deveriam ser coletados após o uso pelo consumidor,
1178 independente do sistema público de manejo de resíduos sólidos. E a resolução CONAMA
1179 se preocupa com a destinação final. Mas a gente já tem uma legislação há mais de dez
1180 anos falando que tem que ser coletado. Porque, quando é o poder público que coleta,
1181 são vocês. É cada um de nós pagando com nossos impostos algo que é o quê? O ônus
1182 do setor privado. A gente, então, deveríamos ter a nossa política nacional sendo
1183 respeitada de forma integral. Então, revisar a resolução CONAMA para considerar os
1184 termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Eu não vou sugerir, Capobianco, com
1185 um acordo setorial, porque todos os acordos setoriais que saíram até agora de logística
1186 reversa são um fiasco. Eles não chegam, na grande maioria dos Municípios, um país com
1187 quase 90% de Municípios, até 50 mil habitantes e muitas vezes, o recorte populacional

1188 da logística reversa é de Municípios com 80 mil habitantes, acima de 50 mil habitantes.
1189 Para nenhum Município, a logística reversa, hoje, funciona da forma como deveria
1190 constar na lei, como um sistema realmente custeado pelo setor empresarial. Então, isso
1191 é muito importante. A resolução CONAMA, os dados são fornecidos pelo setor
1192 empresarial, não sei como é a fiscalização, mas você pode andar aqui em Brasília, que
1193 alguém vai ver um pneu jogado. Você pode ir para qualquer lugar nesse Município, e se
1194 o Município não coletar aquele pneu, ele sabe que vai enfrentar um problema de saúde
1195 pública. Mas, a depender do Ministério Público, o gasto que ele tiver, isso é em
1196 propriedade administrativa. E está certo, não é nosso dinheiro público que tem que ser
1197 gasto com obrigação do setor privado, não é. E, hoje, inclusive, os Ministérios públicos
1198 estão cada vez mais... Temos casos no Paraná, em diversos outros Estados, onde eles
1199 obrigam que os Municípios... Não é que obrigam, eles proíbem que Municípios atendam
1200 ao que a Reciclanip pede, que é o quê? A Reciclanip, a entidade gestora de pneus, que
1201 é chegar no Município e ter todos os pneus já coletados em um galpão fechado, com luz,
1202 eletricidade, alguém cuidando para aquilo não pegar fogo, coberto para questão de
1203 mosquito da dengue, etc. E o custo disso? Quem paga? População. Quem deveria estar
1204 pagando por lei? Setor privado, fabricantes ou importadores. Então, esse é um problema
1205 grave que, há anos, nós, enquanto CONAMA, não temos olhado. Então, eu faço essa
1206 provocação aqui, mais uma vez, de a gente pensar ou em reversa a resolução CONAMA,
1207 simplesmente adequando aos termos da legislação, ou alguma outra ação, mas que não
1208 seja Acordo Setorial, não, porque não tem sido um bom case de sucesso a nível dos
1209 outros setores de resíduos. Obrigada.

1210 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1211 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado,
1212 Conselheira. Eu não sei se você... Você quer tratar desse assunto que ela traz, Rodrigo?
1213 Se não, eu vou pedir para o Secretário Adalberto Maluf também comentar. Mas é sobre
1214 esse assunto? Depois o Secretário Adalberto, então.

1215 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
1216 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
1217 **IBAMA)** – Rodrigo Agostinho, Ibama. Secretário, na verdade, eu queria só fazer alguns

1218 breves esclarecimentos. A gente está com um problema específico com essa questão,
1219 que diz respeito à importação. Por uma série de assuntos, aumentou consideravelmente
1220 a importação de pneumáticos no Brasil. Isso está prejudicando a indústria nacional.
1221 Obviamente que aqui é um espaço de discussão da temática ambiental, e não da questão
1222 econômica, mas os importadores, de maneira muito recorrente, não estão atendendo as
1223 regras de logística reversa. Diferente da Indústria Nacional, que tem um esforço, que é
1224 visto, enfim, nos relatórios, é um dos setores que tem o maior esforço, um dos maiores
1225 esforços de logística reversa. Então, acho que esse reconhecimento precisa ter, apesar
1226 das observações que foram feitas aqui pela Sociedade Civil. Então, a gente tem um
1227 desafio com os importadores. Temos redes de supermercados que importam
1228 pneumáticos. Temos pequenas salas em escritórios importando milhões e milhões de
1229 toneladas de pneumáticos. Então, esse talvez seja um desafio que vamos ter que ter um
1230 olhar, porque toda vez que a gente cobre, o IBAMA tem fiscalizado e tem autuado, o
1231 importador simplesmente fecha as portas e abre uma porta seguinte e continua fazendo
1232 esse trabalho de importação sem uma estrutura de recolhimento. Um outro desafio que
1233 eu queria deixar claro é que esse é um setor que, apesar de ter a Associação Brasileira
1234 da Indústria do Pneumático, ter o Reciclanip, é um setor que não fez o acordo setorial
1235 com o Ministério. E a gente precisa fazer um esforço para que, de fato, esse acordo
1236 setorial aconteça. Nós reconhecemos uma dificuldade que o setor interno teve nos
1237 últimos anos, eu acho que é importante dizer isso, principalmente por conta da
1238 concorrência. O setor, nos últimos anos, aproveitou, tentou utilizar metas que foram
1239 alcançadas nos últimos anos. A norma hoje permite que os excedentes de metas sejam
1240 utilizados no máximo dos últimos dois anos, o setor tentou utilizar dos últimos dez, mas
1241 eu acho que é bastante desafiador. É um setor que, com certeza, dá para aprimorar, e
1242 eu não tenho dúvida que o maior desafio que a gente tem, não é um problema focado na
1243 indústria nacional, é um problema focado na importação. Hoje, se a gente tivesse que
1244 mudar o farol, é na importação. Obviamente que a gente ainda tem um outro desafio, que
1245 hoje quase todo o pneumático que é retirado do mercado vai para a queima. Então, acho
1246 que isso também é uma outra questão importante e hoje a solução que nós temos para
1247 quase tudo é a queima em cimenteira. Obrigado, Secretário.

1248 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1249 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito.
1250 Secretário Adalberto.

1251 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**
1252 **Clima) –** Olá, bom dia a todos os Conselheiros.

1253 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1254 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Apresenta
1255 para a gravação, por favor, Adalberto.

1256 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**
1257 **Clima) –** Adalberto Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente e Qualidade Ambiental,
1258 representante do MMA aqui no CONAMA. Dialogando um pouco com o que a Cláudia
1259 comentou, aqui representando a Confederação dos Municípios, e eu concordo bastante,
1260 essa resolução do CONAMA, 416, ela foi antes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
1261 Nós temos quatro sistemas de logística reversa que são regulados pelo CONAMA, pneus,
1262 pilhas e baterias, o look e lâmpadas. Hoje temos 13 sistemas de logística reversa, e como
1263 ela bem trouxe, a maior parte deles, sem ser esses quatro de CONAMA, são acordos
1264 setoriais. E eu acho que já tem, depois de 13 anos da aprovação da Política Nacional,
1265 Capobianco, uma maturidade maior do setor para a gente evoluir esses acordos setoriais
1266 todos para decretos, que possam incorporar todos que são daquele setor. A gente vem
1267 discutindo bastante o tema, por exemplo, de eletroeletrônicos, que é um dos poucos que
1268 já tem decreto, mas o importador não paga praticamente nada da conta, as marcas
1269 próprias não pagam, por isso que hoje a Receita, junto com o Ibama, num trabalho nosso
1270 lá do MMA, pretendem, no início do ano, lançar um novo sistema de importação, e todas
1271 as importações que serão feitas no Brasil terão lá um quadradinho para clicar, dizendo
1272 se aquela empresa faz parte de uma entidade gestora e se ela adere a um sistema de
1273 logística reversa. Se isso for feito, provavelmente nós saímos hoje de um universo de um
1274 terço de empresas que cumprem regulamentações de logística reversa, normalmente
1275 fabricantes, para, quem sabe, enquadrar a maior parte do setor. Então, só para fazer um
1276 encaminhamento, na última reunião da Comissão Técnica, da Comissão Técnica de
1277 Qualidade Ambiental, foi aprovada a criação de três grupos de trabalho, um deles é sobre

1278 resíduos e solo e qualidade do solo, e lá já foi pré-aprovado discutir essa resolução de
1279 pneus, e também aprovado lá a ideia dos Conselheiros de criar uma CONAMA específica
1280 sobre logística reversa de grandes geradores, porque, como você bem mesmo trouxe, a
1281 logística reversa é um dos principais instrumentos da Política Nacional de Resíduos, e
1282 ela foi feita para desonerar o poder público, mas, infelizmente, uma boa parte do setor
1283 privado não vem pagando a parte justa dessa equação compartilhada, por isso a gente
1284 acha que precisa avançar para que todos paguem a sua parte justa.

1285 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1286 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente.
1287 Vamos, então, tratar desse tema, conforme o Secretário colocou, e pergunto se a diretora
1288 Rosângela Muniz tem mais alguma questão que queira acrescentar?

1289 **A SR^a. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**
1290 **IBAMA)** – Eu queria comentar também o que a Cláudia falou, a gente concorda com essa
1291 avaliação de que é um absurdo que o poder público tenha que arcar com uma obrigação
1292 que, legalmente, desde 2009, é do setor privado, e a gente está aberto para conversar
1293 sobre a alteração na resolução, a gente opera essa resolução há muitos anos, temos
1294 uma equipe técnica de excelência lá, então, estamos à disposição de vocês, caso
1295 queiram conversar para já oferecer alguma proposta. A gente também faz um esforço
1296 grande, e vamos fazer mais ainda agora, junto com a Secretaria de Qualidade Ambiental,
1297 para tentar apoiar, de alguma forma, os Municípios que acabam sendo os entes mais
1298 onerados mesmo, nesse sentido, porque ali estão expostos esses pneus, e saúde
1299 pública, dengue, chikungunya, um monte de coisas horríveis que acontecem ali. Então,
1300 como você também é representante dos Municípios, a gente pode também conversar,
1301 acho que o Adalberto estaria de acordo, a nossa equipe irmã lá da Diqua, para a gente
1302 conversar alguma coisa também relacionada a isso com ações mais imediatas, ok?

1303 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1304 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente.
1305 Muito obrigado, Diretora Rosângela Muniz, diretora de Qualidade Ambiental Instituto do
1306 Ibama. Eu queria, antes de passar para o próximo relatório, lembrar, só ressaltar a
1307 importância desse tipo de atividade aqui no CONAMA. Primeiro, para mostrar o que está

1308 sendo feito objetivamente em relação a vários temas, como nós estamos vendo aqui já
1309 pneus, a questão de gestão de praças públicas. Vamos ver agora o relatório de qualidade
1310 do ar. Lembrando que, além da nossa conversa aqui, que propicia esse tipo de
1311 oportunidade, a percepção da necessidade de aprimoramentos, que o próprio CONAMA
1312 deve proceder, portanto, tem esse papel extremamente importante, além de dar um
1313 retorno para a sociedade sobre ações executadas pelo poder público, mas também
1314 lembrando que essas reuniões são abertas, são transmitidas pelo YouTube. Então, as
1315 pessoas participam, isso fica depois guardado, as pessoas podem assistir posteriormente
1316 essas apresentações. Portanto, eu acho extremamente importante que a gente, de fato,
1317 dedique um tempo do CONAMA para avaliar esses relatórios tão importantes que nós
1318 temos aí realizados, de atividades importantes realizadas. Então, sem mais delongas, o
1319 próximo a apresentar é o Secretário Alberto Maluf, que vai nos apresentar o relatório de
1320 avaliação da qualidade do ar, conforme previsão do Artigo 9º da Resolução 491 de 2018.
1321 Por favor, Secretário.

1322 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**
1323 **Clima)** – Obrigado, Secretário Capobianco. A Resolução 491, ela traz essa previsão legal
1324 de apresentação do relatório de consolidado do MMA de todos os Estados após cinco
1325 anos da publicação. Isso ocorre esse ano. Lembrando que a Resolução 491 está em vias
1326 de se tornar inconstitucional em setembro do ano que vem. Por isso, optamos aqui por
1327 fazer uma rápida retrospectiva sobre a 491 e a criação do grupo de trabalho, exatamente
1328 porque cada vez fica muito mais claro e evidente a importância de a gente lidar com as
1329 questões de saúde e as questões climáticas juntas. A gente sabe que mitigar isso é um
1330 esforço cada vez mais importante. Como a Ministra falou, não é só questão de mitigação
1331 e adaptação, e sim de transformação. E todos nós sabemos o impacto da poluição
1332 atmosférica. Certamente é aquela política pública mais relevante que impacta todos,
1333 querendo ou não querendo. São quase sete milhões de mortes no mundo da poluição.
1334 Quase quatro milhões de mortes só na poluição de material particulado no ambiente
1335 urbano. Estamos falando de quase 5% do PIB global. Então, obviamente, regulamentar
1336 isso é importante, porque o próprio constituinte, os Deputados constituintes, lá quando
1337 pensaram isso, colocaram com muita clareza, não só no Artigo 6º, dos direitos sociais, o
1338 direito à saúde e meio ambiente, mas aqui no Artigo 225, de que todos têm direito a esse

1339 meio ambiente ecologicamente equilibrado, e aqui embaixo, para segurar a efetividade,
1340 incube ao poder público controlar a produção, comercialização, emprego de técnicas,
1341 métodos e substâncias que comportem risco à vida, qualidade de vida e o meio ambiente.
1342 E o constituinte foi além. Dois artigos depois, no 227, ele disse que é um dever da família,
1343 da sociedade e do Estado, em especial, assegurar a criança, adolescente e o jovem com
1344 absoluta prioridade. E por que eu acho que é importante destacar isso? Porque, se você
1345 tem uma lista de muitas ações, lá na Secretaria, a gente tem 70 projetos que estamos
1346 acompanhando. Quando você fala absoluta prioridade, ele precisa ser lidado com a
1347 devida prioridade. Então, a questão de prazos e metas, porque aqui se fala muito em
1348 relação ao direito à saúde, essa absoluta prioridade à primeira infância, e por que a gente
1349 tem que avançar o mais rápido possível? Porque a primeira infância, a mortalidade infantil
1350 é aquela mais associada e mais exposta aos problemas da poluição. Quase 50% das
1351 doenças infeccionais respiratórias, em crianças de até cinco anos, são associadas à
1352 poluição. Então, a gente sabe que é um desafio muito grande. No Brasil, estamos falando
1353 de duas, três mortes por dia de crianças associadas à poluição, mais de 500 mil no
1354 mundo. Então, indo aqui já para..., oi? Acho que não está mais passando, não é? E só
1355 para finalizar, porque as crianças, com essa devida priorização que a Constituição nos
1356 traz, elas respiram 50% mais rápido, elas estão no nível da emissão dos poluentes, elas
1357 têm uma fisiologia um pouco ainda mais delicada, os alvéolos menores, as vias aéreas
1358 menores, o sistema imunológico não está pronto, o cérebro ainda está em formação.
1359 Então, não é uma política pública que nós possamos, como CONAMA, negligenciar. Os
1360 dados estão aí, as evidências científicas estão aí. Por isso, a política pública, baseada
1361 em evidências, tem que avançar. E a Resolução 491, que está aqui hoje, que eu estou
1362 aqui apresentando em função dessa atribuição do relatório anual, hoje ela já está em vias
1363 de ser declarada inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade 6148 do
1364 Supremo Tribunal Federal, em função de um pedido da PGR, que, basicamente, ela foi
1365 aprovada aqui pelo CONAMA depois de cinco longos anos de debate, aposto que os
1366 debates vinham de bem antes, eu lembro lá em São Paulo, O CETESE lá, os debates
1367 devem ter décadas e décadas sobre os padrões, mas, basicamente, ela dispõe sobre os
1368 padrões e ela trouxe vários avanços, como o plano de controle, os relatórios anuais, a
1369 divulgação das informações, o próprio IQA, mas, infelizmente, apesar de suas melhorias

1370 e ela ter trazido os padrões nas fases intermediárias com o objetivo de chegar ao padrão
1371 final igual ao EMS, ela não tinha prazo. Portanto, após um pedido da Procuradoria Geral
1372 da Previdência, nessa Ação Direta de Inconstitucionalidade 6148, o Supremo declarou
1373 ela insuficiente ao direito à informação, saúde e ao meio ambiente ecologicamente
1374 equilibrado. Então, o STF deu uma decisão de 24 meses para que o CONAMA revisitasse
1375 essa resolução e criasse o prazo conforme previsto. Lembrando que, em 2021, a própria
1376 OMS já publicou os novos guias, que rebaixou, inclusive, de material particulado, ali, 20
1377 para 15. Você tem já algumas coisas que ainda não estão na Resolução Brasileira, mas,
1378 em tese, nós já teremos que nos adaptar. E aí, na última reunião da Câmara Técnica de
1379 Qualidade Ambiental... Aliás, duas reuniões atrás, na Comissão de Admissibilidade, já foi
1380 aprovada. Depois, na última resolução da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, foi
1381 deliberado pela criação de um GT de qualidade do ar. A pedido da ABEMA, a Maria Lúcia
1382 da CETESB, ela disse que a gente deveria, obviamente, focar nos padrões, porque a
1383 gente tem o prazo legal do Supremo. Se o CONAMA não deliberar isso até setembro,
1384 estaremos em uma situação muito complicada, porque a decisão do Supremo diz que,
1385 se até setembro não forem criados novos padrões, automaticamente entra o padrão atual
1386 da OMS, sugerido pela OMS, que é extremamente baixo, e isso geraria um problema
1387 muito grande. No caso de São Paulo, por exemplo, o licenciamento ambiental está
1388 atrelado à poluição das bacias. Então, nenhuma nova indústria em São Paulo, se isso
1389 ocorresse, obviamente, a gente vai ter que rediscutir com muita calma, temos muito
1390 pouco tempo, e esse grupo de trabalho está com as inscrições abertas, nós já recebemos
1391 as inscrições dos membros da Câmara Técnica, mas gostaria de abrir para todos os
1392 Conselheiros que queiram participar desse grupo, ele vai ter, provavelmente, a próxima
1393 reunião ainda em novembro. Foram criados três grupos de trabalho, basicamente, a
1394 Câmara Técnica ouviu a sociedade, ouviu os diferentes Ministérios, consolidou 25
1395 possíveis resoluções para serem aprimoradas ou editadas, foi feita uma votação dos
1396 Conselheiros na Câmara Técnica, dando pesos e notas, com cinco indicadores
1397 acordados por todos, tivemos uma lista das dez, que na verdade, viraram doze, as doze
1398 resoluções prioritárias que foram votadas pelos Conselheiros da Câmara Técnica, e nós
1399 dividimos em três GTs. GT qualidade do ar, que tem a 491, vai entrar 530, que é aquela
1400 que está também em vias, o Supremo de Declarar, eventualmente, em

1401 constitucionalidade ou não, é um pedido da PGR, sobre emissão de poluentes de
1402 plataforma, aí, obviamente, você tem que, de alguma maneira, lidar com a 387, que é de
1403 emissão de fontes fixas, e, na qualidade da água, foram propostas duas resoluções de
1404 mudança, de afluentes, e uma proposta da Ana de criar uma norma sobre água de reuso,
1405 e, na área de solos/resíduos, essas de logística reversa que eu comentei, e duas
1406 resoluções que lidam sobre a qualidade da água. Então, todos estão convidados. E,
1407 basicamente, a resolução também traz que o Ministério deveria consolidar essas
1408 informações dos Órgãos Ambientais Estaduais, referentes ao plano de emissão
1409 atmosférica e os relatórios de qualidade, e submeter aqui. O Ministério deveria fazer esse
1410 relatório anual de acompanhamento e apresentar na última reunião do CONAMA, e o
1411 MMA e os Órgãos ambientais estaduais deveriam divulgar em sua página na internet
1412 dados de monitoramento. Lembrando que a resolução fala que os relatórios estaduais
1413 deveriam ser anuais. Então, nós imaginamos que eu teria que consolidar do ano passado.
1414 Mas, como tinham alguns envios, então, consolidamos desde 2021. Então, dois anos, os
1415 últimos dois anos, para nossa surpresa, o resultado final não foi muito bom, em função
1416 da quantidade dos relatórios que nós recebemos, mas, basicamente, o que foi feito para
1417 obter esses dados foi pesquisas da nossa equipe, da Diretoria de Qualidade Ambiental,
1418 no site, das OEMAs, foram buscadas as informações dos relatórios, depois foram feitas
1419 consultas formais, entre 29 de setembro e 13 de outubro, para refinar esses dados.
1420 Somente 16 OEMAs responderam, das 27, então, 11 Estados não responderam à
1421 convocação do Ministério, e essas que não responderam, a gente considerou a consulta
1422 feita lá em 2018, que foi a última, e algumas que não responderam, mas que têm
1423 relatórios mais atuais, porque estão no sistema MonitorAR, que é o sistema do MMA, foi
1424 considerado isso. Só espero que a gente possa, talvez espiando ainda pela correria, mas,
1425 para os próximos anos, a gente poder ter com que todos os Estados se manifestem
1426 formalmente para o Ministério, para o cumprimento do que a resolução pede.
1427 Basicamente, nós temos aqui, do lado esquerdo, todos os Estados que fazem algum tipo
1428 de monitoramento, o Acre, agora, com um sistema de baixo custo, que inclusive, amanhã,
1429 no Ministério do Meio Ambiente, será feito um evento muito importante de monitoramento
1430 da qualidade do ar na região amazônica, com várias entidades, são dois dias de evento,
1431 com o Instituto Ar, e o Ministério Público do Acre vai apresentar o projeto, o programa

1432 que foi feito para utilizar sensores de baixo custo, que nós acreditamos ser um modelo
1433 muito importante para a região amazônica. Então, Acre, Bahia, Ceará, Distrito Federal,
1434 Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas, Pará, Paraná,
1435 Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Já à direita,
1436 nós temos alguns Estados, Alagoas, Amapá, Amazonas, Goiás, Paraíba, Piauí, Rio
1437 Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe, Tocantins, que não realizam
1438 monitoramento da qualidade do ar. Lembrando que o monitoramento da qualidade do ar
1439 já é prevista, do ponto de vista legal, no PRONAR, o Programa Nacional de Qualidade
1440 do Ar, que foi a Resolução nº 4, não é? 5? 5, aqui do CONAMA, uma das primeiras
1441 resoluções lá, em 1989, quando eu tinha sete anos, a mesma idade da minha filha. Então,
1442 você vê que é um tema quase que geracional, que está aí, mas para uma boa parte dos
1443 jovens adultos, como eu, ou que têm filhos pequenos, que moram em muitos Estados
1444 ainda, nós não temos esse monitoramento, isso é algo que nos preocupa muito, por isso
1445 a gente está priorizando aqui no Ministério uma atuação mais efetiva para comprar essas
1446 redes de monitoramento e entregar para os Estados no ano que vem. O IBAMA vem
1447 trabalhando muito com a gente na conversão de multas, para que possam ser feitas
1448 essas compras desses equipamentos, espero que, no ano que vem, a gente consiga
1449 diminuir um pouco aquele lado. Então, hoje, nós temos o MonitorAr, que é essa
1450 plataforma digital do Ministério que recebe as informações de monitoramento dos
1451 Estados. Estamos tentando equalizar a questão do Rio de Janeiro, que, inclusive,
1452 parabenizar que o Rio de Janeiro, nossos amigos do INEA, que publicaram essa semana,
1453 dia 1º de setembro, então, um mês e pouco atrás, os padrões de qualidade do ar no Rio
1454 de Janeiro, mas o MonitorAr nosso, Federal, tem a cidade do Rio, e não o estado do Rio,
1455 é a única exceção na época, o estado do Rio não quis aderir, a cidade aderiu, então, nós
1456 estamos finalizando agora a entrada do INEA, mas, basicamente, você tem essa
1457 plataforma global que passa informação para a sociedade, que monitora. Hoje, 10
1458 Estados estão dentro da plataforma, com 174 estações, e eu faço um apelo aos
1459 representantes aqui das OEMAs estaduais, à Mauren, que vem nos ajudando bastante
1460 em vários assuntos lá na ABEMA, para que a gente possa ter todos os Estados dentro
1461 da plataforma nacional, conforme a previsão legal. O próprio Supremo disse lá que a
1462 Resolução 491 era irregular, inconstitucional, porque não trazia informação e a

1463 transparência para a sociedade. Se a gente não tem o monitoramento, eu não consigo
1464 fazer o inventário, se não tem o inventário, não tem o plano de ação, não tem o plano de
1465 ação de eventos críticos, então, encadeia várias políticas públicas que ficam paradas
1466 nisso, por isso, a nossa intenção, ano que vem, é de trabalhar com todos esses Estados
1467 que não têm o monitoramento, é um sistema muito simples, todo mundo entra, você
1468 escolhe as estações, clica lá, consegue ter o monitoramento de vários tipos de poluentes,
1469 alguns mais, outros menos, ele é bastante simples para a sociedade, é um aplicativo fácil
1470 de usar, e hoje, basicamente, esse é o mapa que nós temos. Então, você vê que tem a
1471 predominância aqui na região sul, um pouco sudeste dos Estados que tem, são 16
1472 Estados, 52% que têm monitoramento, só 15 disponibilizam os dados e só 5 fizeram
1473 relatórios. Então, apesar da previsão legal dos 27 Estados terem relatório, até o final
1474 desse ano, espero que talvez alguns estejam terminando, não é, até o fim do ano temos
1475 dois meses para publicá-los, mas, como tivemos que apresentar o relatório hoje, somente
1476 cinco Estados têm relatórios atualizados, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, São
1477 Paulo e Rio Grande do Sul, outros Estados realizam monitoramento, mas não fizeram
1478 relatórios, esses cinco, e alguns têm relatórios muito antigos, de 2016, 2017, 2018, e não
1479 foram considerados aqui, porque a legislação fala desse monitoramento em três anos,
1480 então a gente pegou os últimos três. Então, nosso objetivo, rapidamente, com o evento
1481 de amanhã, é já criar uma proposta de uma rede de sensores de baixo custo e estações
1482 de referência para fechar os Estados do norte e os dois Estados aqui da região Centro-
1483 Oeste, a gente vai ter quase que camadas de monitoramento para a prevenção de
1484 queimadas, seja no Pantanal, seja na Amazônia, para poder monitorar o que acontece
1485 nas cidades. Acho que todos estão recebendo os vídeos e fotos de Manaus, de Belém,
1486 esses dias da queima e o impacto que dá na qualidade do ar. Manaus chegou a ter 350,
1487 400ppm, 10, 15, 20 vezes a mais do que o padrão. Então, hoje, no monitoramento, nos
1488 preocupa muito o fato de que 10 das 20 cidades mais poluídas ainda não tenham
1489 monitoramento. Então, o Marçal pediu ajuda da ANAMMA, conversar com a SMAN, ABM,
1490 FNP, todos os Municípios, a gente precisaria, rapidamente, encontrar uma solução para
1491 essas 10 capitais, Salvador, Manaus, Recife, Goiânia, Porto Alegre, Belém, Maceió,
1492 Campo Grande, Teresina e João Pessoa, que são capitais importantes do ponto de vista
1493 populacional e ainda não têm nenhuma estação de monitoramento da qualidade do ar.

1494 Essas estações têm uma abrangência espalhada, você vê que o Acre conseguiu, com
1495 essa solução de baixo custo, entregar uma solução muito boa. Hoje, a nível dos Estados,
1496 a gente tem uma divisão razoável entre alguns. A região norte, que é a mais carente,
1497 agora avançou com o Acre, com essas 30 estações de baixo custo, e a gente acredita
1498 que esse modelo possa ampliar. Lembrando que o PPCDAM, na sua quinta edição,
1499 aprovada esse ano, em coordenação da Casa Civil, colocou já inúmeras ações de
1500 monitoramento da qualidade do ar como passíveis de serem financiadas pelo Fundo
1501 Amazônia. Então, tem lá elaboração de inventários, de planos de ação. Então, para os
1502 Estados da Amazônia, legal, acho que seria uma solução. Aqui no Centro-Oeste, ainda
1503 a gente tem muito poucas estações. O Distrito Federal, o MMA, afirmou agora um acordo
1504 com o IBRAN, para ampliar a rede de monitoramento em todo o Distrito Federal, com
1505 plano de ação conjunto. O próprio MMA vai financiar a execução desse programa. E a
1506 gente gostaria muito de poder expandir, em especial ali, nos Estados associados ao
1507 Pantanal, para poder ter essa previsão, mesmo com sensores de baixo custo, para fazer
1508 esse link entre as queimadas e a saúde pública nas cidades. Na região Nordeste, também
1509 você vê que ainda é muito pouco. A gente tem, ali na região metropolitana de Salvador,
1510 na Bahia, ao redor de Salvador, na cidade de Camaçari, as estações do polo
1511 petroquímico, mas na cidade ainda não, e muito poucos na região Norte, quase todas,
1512 na região mais Nordeste, quase todas de empresas e indústrias que são obrigadas a
1513 fazer o monitoramento, não do Estado. Também isso nos preocupa, porque, de alguma
1514 maneira, o Estado deveria estar validando a informação que vem das empresas. Se o
1515 Estado não valida as informações da empresa, o Governo Federal, que não tem essa
1516 incumbência de fiscalização, do ponto de vista de quem licenciou, fica numa situação
1517 prejudicada de avaliação. A região Sul, que tem ali também bastante, na região de Porto
1518 Alegre, espalhados no Paraná, na região Sudeste, já é uma abrangência muito maior.
1519 Você vê que o Rio de Janeiro é um dos líderes. Aqui são só as estações da cidade do
1520 Rio. O INEA ainda não computa as outras, mas o novo padrão de qualidade do ar
1521 aprovado pelo governo do Estado, pelo INEA, é muito legal, porque ele inova de trazer
1522 monitoramento de novos poluentes que não estavam sendo monitorados antes. Então,
1523 isso é muito bom, em especial para a região de Volta Redonda, que todos nós vemos
1524 acompanhando algumas questões associadas à poluição. Então, para finalizar, a maior

1525 parte das estações são de referência, mais de 90%, mas a gente acredita que as
1526 estações de baixo custo podem também se somar às estações de referência. Hoje, a
1527 maior parte delas monitora material particulado e ozônio, que são os principais, também
1528 NO2, particulado 2.5, petróleo, quase todos, mas nós queremos evoluir para ter todos.
1529 Rio de Janeiro e Minas e São Paulo são as três maiores na quantidade. Então, a gente
1530 tem aqui esse dado final de que 41% não está fazendo monitoramento de material
1531 particulado, que é algo que nos preocupa, até do ponto de vista da população. Material
1532 particulado é o poluente que mais impacta a saúde pública, que mais causa mortalidade.
1533 O Brasil, o professor Paulo Saldiva estima algo como 50 mil mortes evitáveis, só no Brasil,
1534 do material particulado. Então, aqui, para citar muito rápido, não vou entrar em detalhes,
1535 mas o relatório de São Paulo, a gente vê uma queda constante e significativa na
1536 concentração de poluentes e MP10, em função do PROCONVE, das melhorias do ponto
1537 de vista ambiental. O Espírito Santo teve o início de uma queda, depois se mantém em
1538 uma tendência de estabilidade nos últimos anos, nos que são monitorados. O Espírito
1539 Santo teve ocorrências de qualidade do ar ruim, a maior frequência de ruim do que os
1540 outros Estados, provavelmente por questões de emissão fóssil. O Rio Grande do Sul
1541 também. E, para finalizar, aqui, os que estão em elaboração no plano de redução de
1542 fontes veiculares. E o nosso curso de qualidade do ar foi feito, duas turmas, no início do
1543 ano. Foram 3 mil vagas que lotaram no primeiro curso. Abrimos mais um, mais três,
1544 lotaram, e agora tem um curso aberto, mais 3 mil vagas. Então, serão 9 mil servidores de
1545 todos os níveis, de Sociedade Civil, que estão fazendo os cursos de qualidade do ar, o
1546 que mostra a demanda da sociedade para entender esse assunto e poder dialogar cada
1547 vez mais. Obrigado.

1548 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1549 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado,
1550 Secretário, pela bem organizada e detalhada apresentação. Há algum comentário?
1551 Nenhum comentário, então, muito obrigado, Secretário. Sim, todo o material aqui do
1552 CONAMA é compartilhado e vai ser disponibilizado, todas as apresentações estarão
1553 disponíveis aos Conselheiros. Secretária, Conselheira Muriel? Não se esqueça de se
1554 apresentar, Muriel.

1555 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** - Muriel
1556 Saragoussi, da Fundação Vitória Amazônica, Conselheira pela Sociedade Civil. Eu queria
1557 dar os parabéns e queria ressaltar um ponto importante do PROCONVE. O Proconve me
1558 parece ser um caso de sucesso das negociações do CONAMA. O Proconve foi muito
1559 discutido, muito debatido, teve muita queda de braço, muita resistência por parte de quem
1560 precisava fazer o esforço de investir em tecnologias melhores e quando se chegou a um
1561 acordo e se pensou em processo de diminuição progressiva, a gente vê os resultados na
1562 qualidade do ar e vimos resultados em vidas salvas. Então, eu queria ressaltar isso e
1563 talvez, sugerir que vocês pensem em fazer disso alguma publicação em termos de casos
1564 de sucessos negociados dentro do CONAMA.

1565 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-
1566 Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente,
1567 muito bem lembrado, Muriel. Realmente, é um caso importantíssimo esse, um case
1568 importantíssimo, acho que merece. Secretário Adalberto podia, seguindo a
1569 recomendação da Conselheira, pensar nessa... Podemos até fazer uma sessão
1570 celebrando os resultados do Proconve, acho isso muito importante. Passando agora,
1571 cerrado essa etapa dos relatórios, agradeço a todos os Conselheiros pela disposição e
1572 pela participação. Entramos na ordem do dia. O primeiro item é a apresentação dos
1573 nomes indicados para a presidência das Câmaras Técnicas, conforme o Artigo 34 do
1574 Regimento Interno. Peço que a nossa diretora do CONAMA, Marcela, dê
1575 encaminhamento, por favor.

1576 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional
1577 do Meio Ambiente - CONAMA)** – Bom, então, a gente teve uma mudança no Regimento
1578 Interno e o desdobramento da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e
1579 Gestão Territorial em duas câmaras, e a criação da Câmara Técnica de Assuntos
1580 Jurídicos. Portanto, teve uma mudança na presidência de algumas das câmaras. Vou
1581 fazer a leitura desses nomes. Para a Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas
1582 Protegidas, Florestas, Educação Ambiental e Bem-Estar Animal, a Presidente continua
1583 sendo a senhora Rita de Cássia Guimarães Mesquita, Secretária Nacional de
1584 Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais. Na Câmara Técnica de Controle Ambiental

1585 e Gestão Territorial, nós temos agora como Presidente o senhor Rodrigo Agostinho, que
1586 é o Presidente do IBAMA. Na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, nós temos como
1587 Presidente o senhor Aldalberto Felício Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente
1588 Urbano e Qualidade Ambiental. Na Câmara Técnica de Justiça Climática, nós temos a
1589 senhora Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima. E na Câmara Técnica de
1590 Assuntos Jurídicos, nós temos agora o senhor Daniel Otaviano de Melo Ribeiro, que é
1591 Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. É isso.

1592 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1593 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem.
1594 Isso é de liberação ou é só um informe?

1595 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1596 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** A gente passa para o referendo do plenário.

1597 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1598 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Então, em
1599 referendo, eu gostaria de consultar os Conselheiros se há alguma objeção, algum
1600 questionamento, alguma dúvida em relação aos nomes aqui lidos pela diretora Marcela?
1601 Então, vamos colocar em votação, aqueles Conselheiros que forem favoráveis às
1602 indicações que se manifestem, por favor. Vamos votar. Por favor, por favor. Favoráveis.
1603 Obrigado. Contrários, por favor. Abstenção. Então, aprovado por unanimidade os
1604 Conselheiros, os presidentes das Câmaras Técnicas aqui nominados pela diretora
1605 Marcela, portanto, aprovados e empossados. Vamos agora para o item B da ordem do
1606 dia, proposta de agenda nacional do Meio Ambiente para os anos 2024 e 2025,
1607 procedência do CIPAM. Essa proposta é de autoria do Comitê de Integração de Políticas
1608 Ambientais. Esse é um instrumento estabelecido, é uma determinação estabelecida pelo
1609 Decreto 99.274/1990, que estabelece que deve ser elaborado pelo CONAMA e dirigido
1610 ao Sisnama, ao Sistema Nacional do Meio Ambiente, recomendações de temas,
1611 programas e projetos prioritários para a melhoria da qualidade ambiental e o
1612 desenvolvimento sustentável do país, indicando os objetivos a serem alcançados em um
1613 período de dois anos. A proposta que foi elaborada pelo CIPAM e distribuída a todos, ela
1614 atende, portanto, a determinação do decreto no seu Artigo 28, aliás, o Artigo 28 do

1615 Regimento Interno do CONAMA, o decreto 99.274, que já citei, de 1990, combinado com
1616 o Artigo 28 do Regimento Interno do CONAMA, e seguiu as seguintes etapas. Foi feito
1617 um envio de consulta a todos os Conselheiros. As propostas recebidas dos Conselheiros
1618 foi objeto de uma discussão no CIPAM, também aberta a todos os Conselheiros, uma
1619 reunião do CIPAM estendida, que houve, na sequência, uma consolidação de uma
1620 primeira versão das propostas recebidas e previamente analisadas pelo CIPAM, e essa
1621 primeira consolidação foi apresentada a uma nova reunião do CIPAM para discutir essa
1622 consolidação das contribuições, e após essa segunda reunião do CIPAM, o documento
1623 foi sistematizado e publicado no site do CONAMA. Portanto, esses documentos que
1624 vocês têm em mão, seguiu um processo de consulta envolvendo todos os Conselheiros
1625 do CONAMA e passando duas vezes pela reunião do Comitê de Integração de Políticas
1626 Ambientais. Nós vamos fazer uma apresentação, vamos direto. Qual é o procedimento?
1627 Bom, todos receberam a proposta, todos têm conhecimento da agenda proposta.
1628 Portanto, está em debate o tema. Conselheira Mauren, ABEMA. Não se esqueça de se
1629 apresentar, Conselheira.

1630 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
1631 Bom dia a todos. Bom dia, Secretário. Eu vou ser bem rápida, vou dividir aqui a nossa
1632 colocação com a Secretária Andréa. E Eu queria fazer uma pergunta antes de consignar.

1633 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1634 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Só se
1635 apresentar, Conselheira.

1636 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
1637 Mauren, Secretária de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso. Obrigado. Até para
1638 que oriente a nossa colocação, a minha pergunta é se o objetivo é fazer a aprovação da
1639 agenda, se nós vamos fazer debate dos pontos, qual seria a ideia do encaminhamento?
1640 Só para...

1641 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1642 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** A
1643 aprovação da agenda.

1644 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) – A**
1645 aprovação da agenda.

1646 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1647 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Como é**
1648 recomendado pelo CIPAN.

1649 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) - Ok,**
1650 muito bem. Bom, em relação a isso, eu entendo que, na opinião dos Estados, e nós
1651 fizemos um debate anterior em relação a essa colocação, entendo que existem muitos
1652 pontos que precisariam ser aprimorados ou debatidos. Não a despeito, obviamente, de
1653 todo o processo que antecedeu a elaboração da agenda, a gente percebe que tem sido
1654 feito um esforço enorme por todos os entes do SISNAMA para resgatar e cumprir com
1655 todas aquelas obrigações que estão consignadas nas nossas normas. Mas é inegável a
1656 todos nós que toda conciliação disso não tem sido possível ao mesmo tempo. Basta ver,
1657 vou citar um exemplo, que na nossa reunião da Tripartite ontem, entre os eixos que nós
1658 aprovamos como prioritários para a Tripartite, estão situações que não estão
1659 consignadas nessa, que é a agenda nacional. A minha pergunta, e é uma questão até
1660 de, talvez, orientar a sugestão de como conduzir sem ter que entrar em um a um dos
1661 temas, se há espaço para que nós possamos, em um intervalo, fazer essas
1662 considerações. A meu ver, só utilizando o exemplo da Tripartite, e tem pelo menos três
1663 itens que estariam que estar consignados de forma melhor na agenda que foi proposta,
1664 no que diz respeito à governança e ao fortalecimento do sistema como um todo e dos
1665 Órgãos executores diretos da política pública. Em outro aspecto, também consignando a
1666 respeito dos demais eixos que estão aqui, de proteção, eu vou utilizar um outro exemplo
1667 que nos causa uma alerta, não em relação ao princípio que orientou a proposta, que é a
1668 redução do desmatamento, mas a forma de consignar. Todos os biomas têm
1669 preocupação em relação ao desmatamento. Todos. Mas há, de certa forma, um
1670 ressentimento, porque a gente sempre dá destaque a alguns. Não há nada equivocado
1671 em relação. Nós sabemos que temos situações de alerta e emergência. Mas, talvez,
1672 consignar de uma forma mais assertiva pode excluir essas críticas que são construtivas.
1673 Por outro lado, quando nós tratamos do desmatamento zero, compreendo perfeitamente

1674 a sistemática, inclusive é algo que, no âmbito das execuções das políticas públicas nos
1675 Estados, nós também defendemos. Defendemos isso em toda a COP, que existem
1676 mecanismos para reduzir, para financiar, para compensar, para criar alternativas
1677 econômicas do desmatamento evitado. Acho que todos nós nos posicionamos. Mas, da
1678 forma como consta na agenda, leva a uma crítica que é desconstrutiva e não reflete a
1679 verdade do princípio que levou à sugestão da agenda, que é aquele que busca a
1680 legislação, busca se atuar dentro da legalidade, ele acaba sendo desprestigiado em
1681 relação ao que os atuaram na ilegalidade no passado, porque ficou de uma forma muito
1682 genérica, que vai ser uma meta de redução de 50% do legal e do ilegal. E não há, assim,
1683 de forma, talvez, tão clara como têm sido claras manifestações, inclusive aqui na
1684 abertura, que o que nós estamos almejando é que estejam projetos e programas, já que
1685 nós estamos aqui falando de projetos e programas prioritários, que tenham um programa
1686 diferente para o desmatamento evitado, para reduzir o desmatamento legal, criar os
1687 mecanismos socioeconômicos para isso, porque é isso que, inclusive, a Ministra falou na
1688 sua fala, diferente daquela nossa atuação que é fortemente de comando e controle contra
1689 o desmatamento ilegal. Ele ficou genericamente em uma fala. Isso gera críticas que
1690 desconstroem um objetivo que é comum. Eu, inclusive, tenho, no âmbito lá do estado de
1691 Mato Grosso, quando a gente trabalha com a regularização dos imóveis rurais, e
1692 conversamos isso com o Secretário André, quando tratamos do Cerrado, de alternativas
1693 para reduzir o desmatamento legal, que as medidas de compensação precisariam estar
1694 criadas, os mecanismos de pagamento pelos serviços ambientais estão aí, estamos
1695 discutindo, falamos isso ontem. Mas não está muito claro aqui na nossa agenda, e o
1696 objetivo é que isso não se transforme em algo negativo ou gere questionamentos sobre
1697 algo que precisa, talvez, estar melhor declarado. Por isso, aqui, conversando, a pergunta
1698 é se nós temos um espaço para pontualmente colocar essas considerações. Aí vou deixar
1699 claramente que acho que falta muita coisa aqui no que diz respeito à governança do que
1700 tratamos dentro da tripartite, qual seria a estratégia. Porque, a meu ver, da forma como
1701 está aqui, os Estados não se sentem confortáveis. Colocando a posição dos Estados,
1702 utilizando esses dois exemplos, que são, para nós, os mais, talvez, delicados.

1703 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1704 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Perfeito.**

1705 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Governo Do Estado – Goiás) –** Acho que a
1706 fala da Mauren reflete, de fato...

1707 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1708 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Se
1709 apresenta, por favor.

1710 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Governo Do Estado – Goiás) –** Sim, Andréa
1711 Vulcanis, Secretária de Estado de Meio Ambiente em Goiás. Acho que a fala da Mauren
1712 reflete exatamente o nosso pensamento de contribuir, de amadurecer um pouco mais.
1713 Acho que a maioria dos Conselheiros... A agenda só passou no CIPAM. Precisa conhecer
1714 um pouco isso melhor, trazer mais contribuições. Então, fica a nossa proposta aqui em
1715 dois sentidos. Ou nós paramos hoje para debater esse conteúdo, acho que vai ser um
1716 debate extenso, longo, talvez difícil. Ou solicitamos aqui vistas do processo, a gente traz
1717 as contribuições. Acho que todos os setores aqui representados poderiam trazer suas
1718 contribuições. A gente consolida isso em um relatório e trazemos para a próxima reunião
1719 do CONAM. Então, uma ou outra proposição, acho que poderíamos encaminhar para que
1720 possamos avançar com uma agenda um pouco mais madura no texto, no conteúdo do
1721 texto.

1722 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –** Só
1723 reforçar, Secretário, que a gente entende o esforço enorme. Reconhecemos, não é, em
1724 absoluto, o objetivo de fazer uma crítica, ao contrário. Mas é realmente uma preocupação
1725 em torno de como fazê-la, conduzi-la da melhor forma.

1726 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1727 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não, ficou
1728 claro, Secretárias. Ficou clara a posição. Aliás, agradeço a forma como vocês se
1729 conduziram. Estão trazendo para nós aqui, buscando uma alternativa, já que o... Acho
1730 que nós vamos... Eu vou passar para a Conselheira Muriel, mas, antes disso,
1731 evidentemente, nós vamos trabalhar aqui para construir uma alternativa que não seja o
1732 pedido de vista, porque se vai jogar isso, nós vamos ser obrigados a convocar uma
1733 extraordinária, porque nós temos que aprovar isso esse ano. Então, talvez nós possamos
1734 encontrar um caminho que seja adequado, lembrando que, lembrando que, e faço

1735 questão de esclarecer, peço muita atenção dos Conselheiros, que isso aqui não é uma
1736 camisa de força. O que nós estamos escrevendo aqui são orientações para o SISNAMA
1737 como um todo, incluindo o próprio CONAMA, os Órgãos executores da política, inclusive,
1738 mas não é uma camisa de força. Isso não quer dizer que só o que está aqui deve ser
1739 feito. Na realidade, isso aqui é um estímulo, é uma orientação para que a gente coloque
1740 prioridades na agenda, mas, evidentemente, que questões que surjam, inclusive ao longo
1741 do ano, que sejam consideradas relevantes pelo CONAMA, serão trabalhadas. Não há
1742 nenhuma hipótese de se prever que o seguinte, nós só faremos o que está nesse
1743 documento nos próximos dois anos. Não é isso. Nosso objetivo é, de fato, fazer valer, e
1744 esse é um compromisso da atual gestão, que é fazer valer o que está previsto em normas
1745 legais. Nós temos essa história de tem que fazer relatório, não apresenta o relatório. Tem
1746 que fazer agenda, não faz agenda. Ou seja, sucessivamente, a gente não cumpre o que
1747 determina, e isso é uma determinação legal. Nós temos a obrigação, o CONAMA tem a
1748 obrigação de apresentar uma agenda para esses próximos dois anos, e, portanto, nós
1749 queremos cumprir isso. Então, eu peço vênia e apoio de todos para que a gente possa
1750 encontrar um caminho hoje para cumprir essa recomendação, preservando as questões
1751 importantes que foram trazidas aqui até o momento. Certamente outras virão agora com
1752 a Conselheira Muriel, que eu peço que se apresente para fim de gravação.

1753 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica) –** Muriel
1754 Saragoussi. Eu estou falando aqui em nome do conjunto das organizações da Sociedade
1755 Civil que fez a lição de casa e trouxe bastantes sugestões para a agenda. Nós
1756 consideramos a agenda um documento vivo. Ela não é um documento fechado,
1757 estagnado, parado no tempo. Eu até entendo que possa parecer genérico as questões
1758 que são colocadas, justamente porque é uma das obrigações do CONAMA entrar no
1759 detalhe desses assuntos. É uma obrigação do SISNAMA entrar nesses assuntos. Nós
1760 precisamos trabalhar isso, e nós temos uma sugestão com relação a isso. Nós
1761 consideramos que o documento que nós temos traz assuntos importantes, que ele
1762 deveria ser olhado como aprovado em bloco e que temas onde haja algum destaque que
1763 precisa ser feito para adição de informações seja trazido de volta para o CIPAM para
1764 complementação, e que fique registrada a possibilidade de complementação da agenda.
1765 Como é claro, vocês, na tripartite, tiveram reunião ontem, não tinham como trazer isso

1766 há dois meses, mais de dois meses que o CIPAM começou essa discussão. É claro que
1767 vocês não tinham como voltar no tempo, colocar lá atrás e trazer de volta. Então, que
1768 esses assuntos novos sejam levados também para a deliberação do CIPAM e trazidos à
1769 plenária sempre, claro, porque o CIPAM vai tentar fazer a mediação entre os diferentes
1770 atores sociais e trazer à plenária como sugestão. Então, uma sugestão de
1771 encaminhamento seria essa, um voto em bloco, o destaque de assuntos que não têm
1772 maturidade para estar na agenda hoje, a rediscussão desses assuntos no CIPAM e a
1773 consignação de que a agenda, por ser um documento vivo, poderá ser acrescentado,
1774 trazidos novos elementos para incluir, e isso inclui o detalhamento que a Mauren coloca
1775 tão bem aqui, a importância desse detalhamento. Nós, como Sociedade Civil, queremos
1776 ver qual é a meta de cada Estado para o seu combate ao desmatamento. Isso é
1777 superimportante. Nossa, adoráramos que os Estados viessem trazer aqui, com a mesma
1778 energia e felicidade da Ministra, o quanto eles conseguiram reduzir o desmatamento.
1779 Seria fantástico. Obrigada.

1780 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1781 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigada,
1782 Conselheira. Pois não?

1783 **O SR. MÁRIO CARDOSO – TITULAR (Confederação Nacional da Indústria - CNI) –**
1784 Bom dia ou boa tarde a todos, todas. Mário Cardoso, representante da CNI, Conselheiro
1785 titular aqui do CONAMA. Concordo, em parte, com tudo o que foi falado antes. Concordo
1786 com as palavras todas da Mauren que foi colocada. Esses são alguns pontos importantes.
1787 Eu tinha destacado também essa questão do desmatamento legal, do combate ao
1788 desmatamento legal. Não é isso. É o incentivo à manutenção das florestas em pé, onde
1789 você tem a possibilidade, por lei, de fazer a conversão. Acho que tem que deixar claro
1790 isso, para a gente não misturar terminologias de maneira equivocada e passarmos a
1791 mensagem para a sociedade equivocada. Uma coisa que a Muriel colocou aqui, antes de
1792 eu falar agora, é a importância dessa agenda. A agenda é muito ampla. Ela é muito
1793 densa. Inclusive, uma das minhas críticas a essa questão que está sendo colocada é,
1794 por exemplo, a questão das resoluções, propostas de resoluções ou de ideias de
1795 resoluções, de revisões, o que será que seja, como recomendação para os Órgãos do

1796 SISNAMA, de uma coisa que é uma atribuição nossa, que vai ainda discutir, vai ainda
1797 construir uma minuta, vai ainda fazer a justificativa em todo o processo que cabe ao
1798 CONAMA. A gente talvez nós sinalize uma coisa que já esteja consensuada aqui, entre
1799 a gente, quando a gente coloca que aquilo vai ser revisado, não é? A gente não sabe
1800 ainda como vai andar isso. Ainda vai ter um processo longo a percorrer. Nesse sentido
1801 da abrangência, da complexidade do assunto, a gente é favorável da abertura sim e
1802 discutir ponto a ponto aqui. A gente não concorda com a aprovação da deliberação por
1803 bloco. Se for deliberação por bloco, a gente acompanha a ABEMA no pedido de vista.
1804 Obrigado.

1805 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1806 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem.
1807 Mas nós podemos, talvez... Bom, vamos ouvir o Marçal, depois eu faço um comentário
1808 em relação à proposta do Mário Cardoso. Ao comentário do Mário Cardoso.

1809 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
1810 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Marçal Fortes Cavalcante, Presidente
1811 da ANAMMA. Nós, como foi dito aqui, nós estamos discutindo já há muito tempo com a
1812 participação da ABEMA, com a participação da Sociedade Civil. Na última sexta-feira,
1813 desta semana passada, foi uma discussão longa, uma reunião que começou 8h da
1814 manhã, foi até 12h. Muriel, nós ficamos revisando o todo do que viria para essa reunião.
1815 A questão legal, ela está clara. A Mauren falou muito bem com relação à questão do
1816 desmatamento, como falou o Mário. Mas a nossa proposta é que a gente siga com a
1817 Muriel, para que a gente possa aprovar o que tem consenso, o que tem convergência, e
1818 o que nós tivermos de discussão, nós levarmos para uma ação. Ou retira o item e vai
1819 para a discussão do SISNAMA, mas nós conseguimos cumprir o rito da legislação na
1820 aprovação da agenda. Com pontos que aquilo que você está dizendo, Capô, que não é
1821 fixo, não é uma lei, é uma agenda. Uma agenda sugestiva que a gente possa fazer e
1822 avançar no que nós estamos buscando. Tem questões do STF, tem questões de tudo
1823 que a gente tem que andar para que possa avançar, porque nós, como nós pegamos.
1824 Nós pegamos um carro, estamos trocando o pneu do carro, o carro furado e o carro
1825 andando. Então, isso tem problemas que vão dar dificuldade, mas tem coisas que dá

1826 para a gente acrescentar. Recursos para as ONGs, ONGs e tal. Recursos, acrescento
1827 aos Estados e Municípios, vou captar recursos para eles. É só um tipo de exemplo que a
1828 gente pode fazer uma sugestão mais rápida, mas que não poderemos sair daqui, porque
1829 é com pedido de vista, vai entrar para o ano que vem, só para que a gente possa
1830 amadurecer ou colocar em votação essa questão. Nós acompanhamos a Muriel.

1831 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1832 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado,
1833 Marçal. Deixa eu fazer uma colocação, não tem ninguém escrito no momento, mas que
1834 é o seguinte. Segundo foi informado, inclusive foi informado aqui agora pelo Secretário
1835 Adalberto, essas propostas de revisar resoluções vieram das próprias Câmaras Técnicas,
1836 não é isso? Foi um processo que as próprias Câmaras Técnicas estão trazendo uma
1837 proposta de revisar as resoluções. Então, teve um processo de consulta e as câmaras se
1838 manifestaram. Isso quer dizer que vai ser revisto, isso quer dizer que o plenário vai
1839 acolher, isso aí é o processo. Talvez aqui o termo correto não fosse revisar, seria abrir
1840 procedimentos para revisão, porque eu acho que o que o nosso Conselheiro Mário
1841 Cardoso coloca, e, de fato, eu acho que faz sentido, é que aqui está revisar, como se o
1842 CONAMA já tivesse decidido que vai revisar. Na realidade, estou entendendo que é uma
1843 proposta abrir um procedimento para revisão, que pode resultar na revisão ou não de
1844 uma determinada resolução. Eu acho que isso poderia amenizar um pouco aqui a
1845 linguagem. O que eu vejo, e queria pedir verificar se nós temos condição de avançar em
1846 uma direção, que, contemplando a preocupação de alguns Conselheiros que já
1847 expressaram aqui, de um lado, não se perder um trabalho que foi iniciado, houve um
1848 envolvimento grande, muitos se dedicaram a esse trabalho, se reuniram duas vezes, uma
1849 série de debates, todos os Conselheiros foram convidados, houve um esforço de parte
1850 considerável dos Conselheiros de apresentar uma proposta de temas relevantes que
1851 deveriam ser considerados, orientando uma agenda nos próximos dois anos. Então, acho
1852 que tem um trabalho feito que eu gostaria não só de respeitar, mas de fazer um gesto de
1853 valorizar esse esforço empreendido. Por outro lado, tem questões que alguns
1854 Conselheiros consideram que não estão adequadamente aqui explicitadas. E, em
1855 terceiro, tem questões, outras que Conselheiros, a própria Mauren trouxe, de novas
1856 questões que gostariam de trazer. Essa questão das novas possibilidades, eu entendo

1857 que está totalmente permitido, porque a agenda não é fechada, isso aqui não é só isso
1858 que vão trabalhar, portanto, novas questões poderão ser trazidas, sem nenhum
1859 problema, via CIPAN, o CIPAN traz para plenário e se incorpora na agenda em tempo
1860 real, não é, que nem o DETER, vai fazer em tempo real. A questão daquilo que for, onde
1861 os Conselheiros não encontram problema, que já foi resultado de um amadurecimento
1862 grande, e nós poderíamos aprovar. Então, o primeiro passo, talvez, como uma sugestão
1863 de encaminhamento, seria que nós fizéssemos aqui, coletássemos os destaques. Então,
1864 o item tal, o destaque, nós não vamos discutir o destaque aqui, destaca. Por exemplo, eu
1865 entendi que a Secretária Mauren iria pedir o destaque para o item 12, no que diz respeito
1866 ao combate ao desmatamento. Entendi que ela gostaria que esse termo, que esse item
1867 fosse reescrito de uma outra forma, provavelmente ela proporia que tirasse o
1868 desmatamento legal disso, ou ela vai fazer, mas eu não vou nem entrar no mérito, você
1869 vai propor uma redação, essa redação, da forma como está, não é confortável para a
1870 ABEMA. Perfeito. Então, a minha sugestão é que nós fizéssemos uma coleta agora de
1871 destaques como esse, que outros itens, outros Conselheiros, ou por discordarem do item,
1872 ou por terem interesse em reescrever esse item e uma vez separados os destaques, nós
1873 aprovaríamos o resto, preservando os destaques para uma discussão que nós podemos
1874 fazer, depende do número de destaques. Eu não sei qual vai ser o número de destaques.
1875 Se for um número relativamente pequeno, podemos fazer ainda hoje. Se for um número
1876 grande, podemos fazer isso na próxima reunião, não tem nenhum problema, via CIPAM,
1877 encaminha os destaques para o CIPAM, com sugestões, o CIPAM rediscute, manda
1878 novamente o texto para os Conselheiros, e resolvemos isso na próxima reunião, sem
1879 nenhum tipo de problema. Mas nós preservaríamos aquilo que é um consenso entre os
1880 Conselheiros, e já teremos uma agenda aprovada para iniciar o ano. Senão, nós vamos
1881 ter próxima reunião, vamos iniciar uma agenda que deveria começar em 2024, vamos
1882 começar já na metade do ano, aí seria contraproducente. Podemos caminhar desta
1883 maneira? É razoável? Por favor, Rodrigo.

1884 **O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO DA**
1885 **AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA)** – Rodrigo Justus, representante da
1886 CNA. Senhor Presidente, senhores Conselheiros, eu acho que esse caminho, eu acho
1887 que nós poderíamos talvez trilhar quase exatamente no sentido que foi proposto aqui.

1888 Aquilo que incomoda, nós tiraríamos para fora. Abriríamos um prazo para questões que
1889 a ABEMA quer inserir, que outros querem inserir também, e daí nós trabalharemos esse
1890 pacote, está? E poderíamos fazer a aprovação do texto, retirados esses pontos
1891 controversos do destaque, abriríamos a oportunidade para os Conselheiros, inclusive,
1892 fazer uma avaliação mais profunda, porque esse assunto chegou consolidado há pouco,
1893 tudo bem que foi dentro do prazo, mas foi há pouco. Então, eu acho que dessa forma nós
1894 poderíamos fazer, evitar a discussão do item a item, que, na verdade, às vezes, quando
1895 tratamos de um item, nós estamos mexendo em outros indiretamente. Então, talvez fosse
1896 uma solução salomônica para tocarmos essa questão. Essa minha observação evitaria a
1897 questão da vista, essa questão da discussão para o setor agrícola. Nós defendemos a
1898 legalidade, nós não estamos confortáveis com aquela colocação. Reduzir o
1899 desmatamento legal, ou seja, tolher o direito daquele que quer agir dentro da lei. Esse
1900 seria o nosso ponto, vamos dizer assim. Mas existem outros. Existem proposições de
1901 melhoria da agenda, e tal como propõe a ANAMMA. Vejam que as resoluções pelo
1902 regimento, elas visam as recomendações, apresentar questões relacionadas à
1903 implementação das políticas públicas. Todas elas. Até um pouco... Quando isso foi criado
1904 lá atrás, essa agenda, a gente não tinha políticas de recursos hídricos, não tínhamos
1905 resíduos sólidos, não tínhamos código florestal, não tínhamos nada disso. Então, o
1906 CONAMA, ele ditava o rumo do vento nesse aspecto. Então, senhor Presidente, essa é
1907 a minha sugestão. Eu acredito que seria uma coisa mais simples. Nós separaríamos
1908 aquilo que não é consenso, aprovaríamos o resto, não ficaríamos aqui discutindo e
1909 poderemos gastar a tarde, no bom sentido, e acabar não esgotando a discussão. Daí, no
1910 ano que vem, na próxima reunião, nós entraremos de novo nesse assunto, porque veio
1911 proposição A ou B. Obrigado.

1912 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1913 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –**Obrigado,
1914 Conselheiro. Excelente proposta. Conselheira Fani?

1915 **O SR. FANI MAMEDE – TITULAR (Ministério dos Transportes) –** Fani Mamede,
1916 Ministério dos Transportes. Eu me junto aqui ao pedido dos Conselheiros anteriores a
1917 mim, no sentido de que ou seja retirada o que não for consenso, ou o Ministério dos

1918 Transportes pede vistas à proposta aqui apresentada, para que possamos aperfeiçoar e
1919 trabalhar melhor o texto.

1920 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1921 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito.
1922 Então, eu queria que haja apoio para a iniciativa de fazer... Vamos coletar os destaques
1923 agora. Esses destaques são retirados do texto, e nós vamos abrir um processo para tratá-
1924 los da forma que todos os Conselheiros se sentirem confortáveis e adequados. Está
1925 certo, então? Está aberto aqui o processo de... Por favor, Secretária.

1926 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
1927 Mauren Lazzaretti, Secretária de Ambiente do Mato Grosso. Presidente, só uma
1928 pergunta. Eu já entendi o encaminhamento. Mas em relação a um item só, que é o 11,
1929 acho que vamos fazer os destaques, mas em relação ao item 11, eu queria pedir uma
1930 exceção, se era possível, ao invés só de tirar, se nós poderíamos incluir, porque eu acho
1931 que não há prejuízo e ele estaria solucionado.

1932 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1933 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** É que o
1934 item 11...

1935 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –** É o
1936 do financiamento. É só porque isso é uma demanda nossa e da ANAMMA, ABEMA e
1937 ANAMMA, de incluir Estados e Municípios. Aí não precisaríamos tirar, fazer um
1938 destaque? Seria só incluir, além dessas entidades, Estados e Municípios, estaríamos
1939 contemplados, ABEMA e ANAMMA.

1940 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1941 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Então,
1942 nesse caso, talvez, vamos fazer o seguinte. Vamos fazer o primeiro destaque. Está certo?

1943 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –** Ok.

1944 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1945 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Aí, na
1946 sequência, nós já abrimos, se for essa questão de um adendo, porque você pode ter um

1947 destaque de algo que você quer rediscutir completamente. Estou entendendo que o
1948 Ministério dos Transportes parece que quer rediscutir completamente um item. Nesse
1949 caso, você tem uma sugestão. Então, nós vamos fazer uma rodada, primeiro, dos
1950 destaques...

1951 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) – Ok.**

1952 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1953 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – E depois,**
1954 **na sequência, o encaminhamento deles. A única coisa que eu lamento é que, na verdade,**
1955 **eles não estão numerados na sequência.**

1956 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –Teria**
1957 **que ser por letra e por número, senhor Presidente, concorda?**

1958 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1959 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Ah, por**
1960 **A...**

1961 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
1962 **Está? E número. Então, seria o 11 do A.**

1963 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1964 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Perfeito.**
1965 **Então, é letra e número.**

1966 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
1967 **Letra e número.**

1968 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1969 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Então, já**
1970 **estou entendendo que o A11 tem destaque.**

1971 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) – Sim.**
1972 **É conveniente que a gente faça os nossos da ABEMA aqui agora, senhor Presidente?**
1973 **Podemos? Se for se entender conveniente, a gente faz. O A13, esse é um ponto para**

1974 nós que precisa ser melhor redigido. Então, esse é o destaque, não há redação agora.
1975 A11 é a inclusão que eu sugeri os Estados.

1976 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1977 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – A11 e A13.**

1978 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) – A11**
1979 **e A13, o B12 e o B6.**

1980 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1981 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – E o B6.**

1982 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
1983 **Para a ABEMA, são esses.**

1984 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1985 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito**
1986 **obrigado. Senhores Conselheiros, está aberta aí a inscrição para destaques. Por favor.**
1987 **Conselheira Fani, está aqui presente? Eu entendi que você ia fazer um destaque, não ia,**
1988 **Conselheira? Então, por favor. Por favor, Rodrigo. Quem quiser destaque, já pode vir se**
1989 **encaminhando aqui para o nosso púlpito, porque, lembrando que hoje é no púlpito,**
1990 **porque temos a tradução em libras. Não, B12, B12. Ela falou o B6 e o B12, a ABEMA.**
1991 **B12 é o desmatamento.**

1992 **O SR. FANI MAMEDE – TITULAR (Ministério dos Transportes) – Fani Mamede,**
1993 **Ministério dos Transportes. Fani Mamede, de Ministério dos Transportes. C 7, 8, 9... Todo**
1994 **o setor de transporte até o 18, não é? De 7 ao 18 e D, de dado, de 7 a 10.**

1995 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
1996 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Certo.**
1997 **Perfeito. Mais algum destaque, senhoras e senhores Conselheiros, por favor?**

1998 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – SUPLENTE (Confederação Nacional Da**
1999 **Indústria – CNI) – Boa tarde a todos. Wanderley, representando a Confederação**
2000 **Nacional da Indústria. Secretário, eu entendi, qualidade ambiental nas cidades e no**
2001 **campo, o número 5 fala em enfrentar a contaminação por resíduos da mineração,**

2002 especialmente junto aos Povos e Comunidades Tradicionais. A gente acha que esse
2003 enfrentar não faz muito sentido. Seria mais correto colocar evitar a contaminação por
2004 resíduos. E aí eu acho que não cabe particularizar. Nós temos um problema sério no
2005 Brasil sobre os lixões. E acho que aqui a gente não deveria particularizar apenas para a
2006 questão da mineração.

2007 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2008 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –**
2009 **Conselheiro, é...**

2010 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – SUPLENTE (Confederação Nacional Da**
2011 **Indústria – CNI) –** Até porque não são resíduos, mineração hoje em dia, por exemplo,
2012 com rejeitos.

2013 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2014 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Já notamos
2015 que nós não estamos entrando no mérito nesse momento.

2016 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – SUPLENTE (Confederação Nacional Da**
2017 **Indústria – CNI) –** Ah, não?

2018 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2019 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito.
2020 Só para registrar o destaque. Portanto, ele não vai ser aprovado em bloco e depois vai
2021 ter oportunidade...

2022 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – SUPLENTE (Confederação Nacional Da**
2023 **Indústria – CNI) –** Então, perfeito. E a gente acha que não é correto enumerar resoluções
2024 nesse documento, até porque tem outras resoluções de importância, talvez até maior do
2025 que as que estão aqui, mas que é objeto intrínseco da discussão do CONAMA
2026 especificamente. Então, portanto, a gente não é favorável à discriminação de resoluções
2027 aqui, não. Era isso.

2028 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2029 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ok.

2030 **O SR. MÁRIO CARDOSO – TITULAR (Confederação Nacional da Indústria - CNI) –**
2031 Mário Cardoso, CNI. Então, só para apontar os destaques. Agora com óculos, fica melhor.
2032 O B12, que é aquele mesmo que foi apontado pela Secretária Mauren. O C6, não, D6,
2033 desculpe, D6.

2034 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2035 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – D6.**

2036 **O SR. MÁRIO CARDOSO – TITULAR (Confederação Nacional da Indústria - CNI) –**
2037 D6. É quando fala de excessivo. Aliás, tem essas terminologias, esses adjetivos é que
2038 fica complicado quando a gente não sabe do que você está tratando. O que é excessivo
2039 para algum, qual é o parâmetro a ser utilizado. E também todas as questões relacionadas,
2040 como eu disse anteriormente, tudo que é relacionado à resolução e somatório a tudo que
2041 foi apresentado pela CNI anteriormente. Obrigado.

2042 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2043 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigado,**
2044 **Conselheiro. Mais alguém? Por favor. Tem que falar lá. Quem tiver mais propostas pode**
2045 **se aproximando aqui do microfone, por favor.**

2046 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Governo Do Estado – Goiás) – Andréa**
2047 **Vulcanis, Goiás, Secretaria de Meio Ambiente, Goiás. B16, que tem conexão com o 13**
2048 **do A. Não é isso? Porque fala de priorizar resoluções que facilitem e promovam redução**
2049 **do desmatamento. Aqui a gente precisa dar uma aperfeiçoada no texto.**

2050 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2051 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Então,**
2052 **B16, ok. Pois não, Conselheira?**

2053 **A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS – TITULAR (Ministério de Minas e**
2054 **Energia) – Bom dia a todos. Ceicilene Martins, Ministério de Minas e Energia. Seriam os**
2055 **itens B6, B20 e...**

2056 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2057 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Espera um**
2058 **pouquinho, B6, que já estava pedido, pelo MME**

2059 **A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS – TITULAR (Ministério de Minas e**
2060 **Energia) – Isso.**

2061 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2062 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Qual outro?**

2063 **A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS – TITULAR (Ministério de Minas e**
2064 **Energia) – B20.**

2065 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2066 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – B20. B, de**
2067 **bola, 20.**

2068 **A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS – TITULAR (Ministério de Minas e**
2069 **Energia) – D5.**

2070 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2071 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – D5, um**
2072 **minutinho, por favor. D5, que já foi pedido pela CNI, certo?**

2073 **A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS – TITULAR (Ministério de Minas e**
2074 **Energia) – Ok. É só esses mesmos. Obrigada.**

2075 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2076 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito**
2077 **obrigado. Mais alguém gostaria de fazer observações? Retirada os destaques? Bom,**
2078 **então, não havendo mais nenhum destaque, eu vou ler... Pois não. A Conselheira está**
2079 **matutando aqui mais um destaque.**

2080 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Governo Do Estado – Goiás) – Estou**
2081 **relendo.**

2082 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2083 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Nome.**

2084 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Governo Do Estado – Goiás) – Andréa**
2085 **Vulcanis, Secretaria de MME de Goiás. O B18 fala o seguinte. Cadê? Há resoluções para**

2086 a regulamentação das zonas de amortecimento das unidades de conservação. Eu, ali no
2087 bastidor, falei com o Daniel, porque há um parecer da AGU que diz que a competência
2088 para isso é só decreto que o CONAMA não poderia regulamentar. Então, acho que
2089 precisamos amadurecer esse 18 também, está?

2090 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2091 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito.
2092 Bom, eu vou, então, ler todos os itens levantados. Se, por acaso, eu omitir algum, por
2093 favor, os senhores se manifestem. Então, nós temos, no bloco A, nós temos o item 11 e
2094 13. 11 e 13 do bloco A foram levantados pela ABEMA. No bloco B, nós temos o item 6,
2095 levantado pela ABEMA e pelo Ministério de Minas e Energia. O 12, levantado pela
2096 ABEMA e CNI. O 16, levantado pela ABEMA, o 18 pela ABEMA, e o 20 pelo Ministério
2097 de Minas e Energia. No bloco C, nós temos do 6 ao..., desculpa, do 7 ao 18, correto? 7
2098 ao 18. 7 ao 18, levantados pelo Ministério dos Transportes. Correto, Fani? E, no item D,
2099 de dado, nós temos o item 5 pelo Ministério de Minas e Energia e CNI, o item 6 pela CNI,
2100 o item 7 ao 10 pelo Ministério dos Transportes. Correto? Além disso, tem a objeção do
2101 Ministério dos Transportes e CNI, com relação à citação de resoluções a serem
2102 revisadas. Portanto, seriam os itens envolvendo revisão de resolução. Correto? É isso?
2103 Muito bom. Isso, posto, se os destaques conferem, vamos colocar em votação o texto
2104 sem os destaques. Os destaques não serão aprovados agora. Portanto, todo o restante
2105 da agenda que não sofreu destaque, eu coloco em votação para aprovação nesse
2106 momento e na sequência, vamos discutir com o melhor encaminhamento para os
2107 destaques. Então, em votação, os Conselheiros favoráveis à aprovação dos itens que
2108 não sofreram destaque dos Conselheiros e Conselheiras, por favor, se manifestem
2109 erguendo o crachá. Muito obrigado. Contrários, por favor, se manifestem erguendo o
2110 crachá. Não há nenhum voto contra. Abstenção. Uma abstenção. Temos uma abstenção.
2111 Então, foi aprovado o texto, os itens da Agenda Nacional do Meio Ambiente, os itens que
2112 não foram objeto de destaque. Muito bem. Muito obrigado, Conselheiros, foram
2113 aprovados com uma abstenção. Agora nós vamos tratar do encaminhamento dos
2114 destaques. Nós temos duas... Agora eu vou consultar o plenário para nos ajudar a melhor
2115 solução. Nós temos duas formas de encaminhar. Ou abrimos a discussão desses
2116 destaques a partir de agora, para ajustar, ou solicitamos que aqueles que fizeram

2117 destaque encaminhem o texto da forma como julgam apropriado. Esse será encaminhado
2118 à diretoria do CONAMA, que encaminhará ao CIPAN, organizará isso, encaminhará ao
2119 CIPAN. O CIPAN faria uma análise prévia, encaminharia os Conselheiros para aprovação
2120 na próxima reunião. Essa é uma possibilidade. A Conselheira Mauren havia sugerido que
2121 alguns itens poderiam ser objeto de correção aqui, porque seriam correções simples.
2122 Talvez, consultando o plenário, agora são 12h48. Talvez se nós tivéssemos um esforço
2123 agora, porque esse é o último item de pauta e na sequência, nós temos apenas a agenda
2124 do CONAMA do ano que vem. Então, talvez, por uma questão de eficiência e economia
2125 de tempo, de todos, talvez nós pudéssemos dar um prazo aqui, 15 minutos, talvez, 20
2126 minutos, para Conselheiros que fizeram destaque e que considerem que o destaque é
2127 simples de ser resolvido, e que poderiam vir aqui ao plenário, propor uma redação. Se o
2128 plenário ficar confortável, nós já resolveríamos esses destaques imediatamente, e
2129 aqueles mais complexos deixaríamos, então, para esse encaminhamento via envio para
2130 a diretoria do CONAMA, encaminhamento ao CIPAN. Podemos fazer dessa maneira?
2131 Acho que podemos ter um bom resultado. Então, vamos abrir agora essa etapa, ou seja,
2132 aqueles Conselheiros que fizeram destaque e que considerem que o destaque pode ser
2133 rapidamente resolvido com um ajuste de redação, por favor, o microfone está disponível.
2134 Desculpa, a Muriel tem uma questão? Por favor, Muriel.

2135 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – É uma
2136 consideração geral sobre o fato ou não de ter resoluções indicadas aqui. Minha sugestão
2137 seria que todas aquelas para as quais nós temos obrigações legais de fazer, como seja
2138 indicado pelo Supremo, seja pelos acordos internacionais que o Brasil está citado, seja
2139 pela mudança da legislação que obriga a ter uma norma no estilo de resolução, fiquem,
2140 e as outras voltem para as Câmaras Técnicas definirem. Isso seria uma forma de resolver
2141 essa questão das resoluções, porque, conceitualmente, faz parte da agenda ter
2142 obrigações para o CONAMA também, já que o CONAMA é Órgão do SISNAMA. Então,
2143 conceitualmente, é normal que esteja aqui dentro. Então, a gente aponte para as quais
2144 temos obrigação, e aí ficam aí, e as outras que podem ser objeto de discussão, a gente
2145 joga para o CIPAM. E aí teria o bloco todo da questão das resoluções resolvido.

2146 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2147 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu acho a
2148 proposta muito boa. Não sei se nós temos condição, nós temos essa informação?

2149 **A SRª. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – No
2150 documento que a Sociedade Civil fez para as sugestões, nós colocamos ali uma
2151 justificativa, e em cada uma delas estava apontado se era ou não.

2152 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2153 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, em
2154 relação às resoluções, já que há aqui no plenário pessoas com essa informação, ou na
2155 própria Secretaria do CONAMA, ou na Secretaria de Qualidade Ambiental, ou outra, que
2156 faça da mesma forma, que venha aqui e diga, olha, a resolução tal é obrigatória por tal
2157 elemento, aquelas que aqui forem defendidas ficam, aquelas que não tiveram obrigação
2158 de revisão saem do documento. Então, por favor, Secretária.

2159 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
2160 Mauren, Secretária de Meio Ambiente, Mato Grosso. Eu vou retificar, porque, na verdade,
2161 olhando a redação da A, alínea 11, eu acho que não incluir apenas os Municípios e os
2162 Estados aqui não vai atender. Então, acho que é um caso de inclusão, Secretário, porque
2163 aqui está direcionado a projetos socioambientais. Talvez o mais adequado, dentro da
2164 lógica que nós vamos aprimorar o destaque, é fazer uma redação específica com o que
2165 nós discutimos na tripartite para os Estados e para os Municípios. Então, retire, inclusive,
2166 a questão do 11. Ele permanece.

2167 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2168 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, o
2169 11 permanece e vocês vão fazer uma redação...

2170 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
2171 Uma sugestão adicional nessa linha de financiamento, porque aqui não é o caso. Eu vou
2172 retificar.

2173 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2174 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** - Então, só
2175 um minutinho, então, volta, atenção, volta para o documento aprovado, o item A11.

2176 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
2177 Isso. E, dentro dessa lógica das correções, a ABEMA e a ANAMMA vão fazer uma
2178 sugestão adicional nesse eixo para elas.

2179 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2180 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** - E com
2181 relação aos outros itens, se você tem algum ponto que...

2182 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –** Aí
2183 eu entendo que seria um pouquinho mais complexo apresentar a redação. Assim, no
2184 momento aqui, agora, não consegui. Agora, de pronto, não.

2185 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2186 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** - Então, está
2187 bom. Como? Bom, vamos para..., mais alguém, por favor, que tenha solução? Eu entendi
2188 que o Conselheiro da CNI teria uma redação apropriada para o item D5 e D6. Eu entendi
2189 que ele começou até a fazer a redação aqui, até eu pedir para ele não entrar no mérito
2190 agora. Cadê o nosso Conselheiro? Eu entendi que tem uma... Corrigindo a palavra,
2191 parece que ficaria confortável para a CNI e para Minas e Energia, pelo que eu entendi.

2192 **O SR. MÁRIO CARDOSO – TITULAR (Confederação Nacional da Indústria - CNI)**
2193 – Vou aproveitar a minha fala aqui. Mário Cardoso, CNI. Era o item D... É o 5D que a
2194 gente está?

2195 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2196 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** - D5. D5 e
2197 D6, não é?

2198 **O SR. MÁRIO CARDOSO – TITULAR (Confederação Nacional da Indústria - CNI) –**
2199 É trocar a palavra. O Wanderley não está aqui agora, Secretário. Inclusive, eu queria que
2200 considerasse a possibilidade de a gente jogar isso para a parte da tarde ou para outro
2201 dia, para a gente fazer isso de uma maneira menos corrida, menos atropelada aqui. Mas

2202 tirar a palavra “enfrentar” e trocar por “evitar a contaminação por resíduos genérico, de
2203 maneira genérica”. Tirar o destaque à mineração e deixar resíduos de maneira genérica
2204 nessa proposta. E outra coisa, em relação àquilo que foi falado pela Muriel, das
2205 resoluções, a gente é contra qualquer destaque de resolução, até porque a gente já sabe
2206 da nossa obrigação, aquilo da 491 que já foi colocado já está sendo discutido, a 491, e
2207 as outras todas são ideias, não é. As outras não começaram nem a tramitação, não tem
2208 minuta, não tem nenhuma estrutura justificativa ainda, iniciou dentro do CONAMA. A
2209 gente tem que ter cuidado para não sinalizar uma coisa que depois a gente vai ser
2210 cobrado por aquilo. E o que tem é a ideia, só ideia até agora. Tirando a 491, que é a única
2211 que a gente já está fazendo. Se já está fazendo, por que destacar ela em uma agenda?
2212 E as demais, como não tem nenhuma proposta ainda posta na mesa, para que a gente
2213 vai destacar isso? Então, pelos dois motivos que eu sou favorável à retirada de todas as
2214 resoluções da agenda. Obrigado.

2215 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2216 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** - Com
2217 relação ao item D5, você propõe trocar a palavra “enfrentar” por “evitar” e tirar o destaque
2218 da mineração. É isso, não é? Isso... por favor. Tem que ligar o microfone e se apresentar,
2219 por favor.

2220 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – Muriel
2221 Saragoussi. Sobre a questão da mineração, a gente fez uma questão de colocar isso
2222 pensando no genocídio que está acontecendo com Povos Tradicionais, como os
2223 Yanomamis, como os Mundurucus. E são resíduos de mineração, sabe? O garimpo é
2224 parte da mineração. Se o setor empresarial da mineração não lidar com essa questão,
2225 nós não temos como resolvê-la também. Então, a questão da mineração, tendo Mariana,
2226 tendo os problemas criados pela mineração da Vale, e quantos são? São 800, e quantas?
2227 O Adalberto deve lembrar, quantas barragens de resíduos de mineração que estão
2228 estocados com eventos climáticos extremos acontecendo e a gente não tem um olhar
2229 específico para isso. O que fazer com esses resíduos? Para onde eles vão? Ficam nas
2230 barragens até cair na casa das pessoas? Não dá para a gente aceitar jogar essa questão
2231 para debaixo do tapete de novo.

2232 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2233 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito.
2234 Então, aqui nós não temos consenso. Aqui vamos manter, então, como destaque para
2235 ser aprimorado e ser discutido posteriormente no CONAP. Bom, então, estou entendendo
2236 que nós recuperamos o item, desculpem, A11, mas eu acho que esgotamos aqui essa
2237 possibilidade de ajustes aqui, mesmo porque, pelo visto, alguns temas terão uma
2238 discussão que exigirão um debate de mérito. É, exigirão um debate de mérito, mas pelo
2239 pequeno exemplo que nós tivemos agora, já mostra que alguns tópicos vão ser objeto de
2240 um debate forte aqui no CONAMA, que certamente o importante é olhar no bloco. Marçal,
2241 com o senhor Marçal, por favor.

2242 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
2243 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Marçal, Conselheiro pela ANAMMA. Um
2244 pouco ressentido, porque nós estamos trabalhando, todo mundo tem conhecimento,
2245 todos os Conselheiros têm todas as ações de fazer as modificações, de colocar novas
2246 sugestões. O CONAMA, com a Marcela, com o pessoal que conduz, faz ligação, a gente
2247 participa. Todas as vezes, aqui é o fórum para a discussão, é o momento certo para a
2248 gente travar algumas ações, algumas discussões, mas a participação efetivamente na
2249 construção para que a gente traga uma agenda e traga as outras discussões precisa ser
2250 melhor vista por todos. É o meu entendimento, eu peço que daqui para frente nós
2251 possamos efetivamente ter uma participação efetiva para que as coisas que cheguem
2252 aqui, nós combinamos, nós ajustamos, nós mostramos, nós apresentamos, for coisa
2253 superveniente, tudo bem, nós refazemos e buscar. Peço que todo mundo participe
2254 efetivamente e possa contribuir com o todo para que todas as vezes uma proposta de
2255 transporte seja retirada toda, pelo amor de Deus. Essa é a minha indagação e registrar a
2256 minha insatisfação.

2257 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2258 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Claro,
2259 Conselheiro. Bom, eu entendo a sua insatisfação. Por outro lado, só gostaria de, com
2260 vistas a estimulá-lo na sua contribuição, sempre muito importante, lembrar que esse
2261 conselho aprovou a maior parte do documento. Se a gente analisar o documento, a maior

2262 parte foi aprovada em um gesto muito positivo. Então, é claro que todos nós aqui
2263 gostaríamos que todos os itens fossem aprovados, mesmo porque trabalhamos nisso.
2264 Porém, eu acredito que o conselho avançou, aprovando a maior parte do documento, e
2265 não excluindo esses tópicos. Esses tópicos destacados, eles vão sofrer agora um
2266 processo de tratamento e voltará ao plenário. Então, de certa forma, entendo os seus
2267 argumentos, mas, como Presidente dessa reunião, eu considero que foi muito positivo e
2268 agradeço muito os Conselheiros e Conselheiras pela disposição de avançar, permitir que
2269 avançasse. Porque o risco que nós tínhamos aqui hoje era de sair sem uma agenda,
2270 nenhuma agenda, o que seria muito, muito ruim para todos nós. Então, eu acredito que
2271 o processo foi bem sucedido e agradeço a todos e todas por isso. Então, ficamos assim.
2272 Agora, os Conselheiros que fizeram destaque, a ABEMA, Ministério de Minas e Energia,
2273 Ministério dos Transportes, Confederação Nacional da Indústria, que foram as
2274 instituições que fizeram, os representantes que fizeram colocações, devem, por favor,
2275 encaminhar... Isso, devem encaminhar à diretoria do CONAMA. Eu queria propor um
2276 prazo, eu gostaria de verificar se é razoável para os senhores, eu queria propor que fosse
2277 até o final de novembro para que a diretoria organize, encaminhe para o CIPAN ainda
2278 esse ano, para que o CIPAN já possa trabalhar isso rapidamente e organizar essa
2279 discussão logo no início do próximo ano. Pode ser assim? Então, ficamos até o dia 30 de
2280 novembro. Então, aguardamos..., aguardamos a..., por favor, Conselheira.

2281 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2282 **da Mata Atlântica)** – Heloísa Dias, Sociedade Civil, Instituto Amigos da Reserva da
2283 Biosfera. Eu acho que nós tínhamos combinado um dia de trabalho, eu acho que tem
2284 questões que até nos incomodam, de uma forma global, mas tem questões que eu acho
2285 que falta simplesmente justificar. Vou citar um item que parece muito polêmico, mas
2286 quando se fala em redução, combater é o desmatamento ilegal. Agora, a redução do
2287 desmatamento legal implica em políticas alternativas que possam preservar a mata em
2288 pé, implica em políticas Municipais e Estaduais. Nós sentimos em todos os seminários,
2289 webinários, que estão acontecendo no último ano, quando dá divulgação da política e do
2290 levantamento do desmatamento, seja MapBiomas, seja projetos dos governos, que existe
2291 um acréscimo muito grande de autorizações para desmatamento. A gente queria que
2292 isso fosse visto com carinho, de alternativa dos empreendimentos, em preservar ao

2293 máximo a mata em pé pela necessidade e o gargalo da emergência climática, que a gente
2294 já foi dados pelo IPCC, que esse é o foco principal na redução das mudanças. Então, não
2295 é uma questão de proibir o que é legal, não é isso, é uma questão de alternativa, de
2296 debater ou de melhor escrever o que talvez foi escrito. Eu não estou falando de taxa, do
2297 valor, que eu não me lembro de onde ele surge, de 50% ou 70%, mas eu entendo também
2298 que 50 % pode ser 90%, reduzindo no ilegal, e 10% do legal. Acho que deveríamos fazer
2299 um esforço, sim, de já avançar e liberar alguns aspectos. Não sei se isso é custar muito
2300 para todos, permanecer e a gente tentar ampliar e tentar chegar a um acordo em alguns
2301 aspectos, em alguns itens, e quais são os itens de maior dissidência. É só porque não dá
2302 para ir para casa e voltar ao ano que vem com esse gargalo na garganta de tentar explicar
2303 um pensamento diferenciado, uma leitura diferenciada do que é reduzir o desmatamento
2304 legal. Olhe, a gente pode escrever e estabelecer: políticas que busquem manter a floresta
2305 em pé, manter a flora em pé. Então, tudo isso é fundamental. Acho que podemos avaliar
2306 e avançar e eliminar uma questão tão difundo para a nova gestão, como a questão do
2307 combate ao desmatamento e das mudanças climáticas, a gente poder avançar, sem
2308 achar que a gente aqui não tem consenso em relação a essa questão, que acho que tem.
2309 Acho que é uma questão de redação ou de infelicidade na redação quando não se
2310 expressou bem. É só para destacar um pouco o raciocínio, que eu acho que é o raciocínio
2311 de todos os colegas aqui que estão buscando uma constitucionalidade melhor para que
2312 nós façamos uma política mais sustentável.

2313 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2314 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –**
2315 Conselheira, bom, do ponto de vista do mérito, acho que todos nós concordamos. A
2316 questão é procedimento só, que estamos aqui discutindo, não é no mérito, que o assunto
2317 é altamente relevante. Inclusive, a própria representante da ABEMA, quando colocou o
2318 tema, ela colocou como uma coisa importante, que ela reconhece que é importante, mas
2319 que acha que, dessa forma como está redigido, não está adequado. O CNI também falou
2320 a mesma coisa. Então, certamente ninguém está defendendo o desmatamento aqui.
2321 Ninguém está defendendo o desmatamento legal. É que o desmatamento legal, ele tem
2322 uma previsão legal. E nós, como operadores do sistema, como é que a gente opera isso
2323 daí? A gente tem que tratar diferentemente do ilegal. Então, na realidade, é uma forma

2324 de redação, você tem razão. Mas a questão é saber se nós vamos pegar ponto a ponto
2325 e discutir hoje aqui. Eu percebi, pelo ponto anterior, que não é tão simples como parece.
2326 Talvez nós vamos precisar de um pouco mais de tempo para discutir. Porque está claro
2327 que, por exemplo, no caso da mineração, dos registros de mineração, do impacto desses
2328 rejeitos de mineração, por exemplo, em terras indígenas, como bem lembrou a
2329 Conselheira Muriel, certamente o CONAMA vai se manifestar e vai ser muito difícil para
2330 o conjunto do plenário concordar em retirar, estou dizendo da minha visão, retirar a
2331 questão do registro de mineração. Agora, o setor quer fazer uma proposta, isso vai voltar
2332 para a discussão e nós vamos lutar. A questão é saber se é produtora a gente agora
2333 ficar discutindo ponto a ponto nesse momento. Eu, talvez, o ideal fosse que os
2334 Conselheiros que pediram destaque tivessem o tempo de propor uma redação, está
2335 certo? Pode ser que essa redação resolva o problema, pode ser que essa redação não
2336 resolva, mas, resolvendo, vai ser fácil. Não resolvendo, ele vai vir para o plenário, o
2337 plenário vai definir e vai votar. E vai aprovar aquilo que for a vontade da maioria. Então,
2338 é uma questão de procedimento. Eu não vejo, a minha impressão é que não seria
2339 produtivo a gente iniciar isso agora sem dar oportunidade para quem fez o destaque de
2340 preparar uma redação alternativa. Porque não são muitos destaques. Se fossem metade
2341 do documento, mas não é, são poucos destaques na realidade. A única questão que
2342 causou espécie, de fato, foi o destaque dos transportes, que retirou todo o setor. Isso
2343 causou espécie. Mas o resto, tudo são muitos cirúrgicos. Então, eu tenho a impressão
2344 que a gente vai conseguir encaminhar isso de uma forma mais produtiva, dando esse
2345 prazo para uma redação alternativa e discutir. Mesmo porque o destaque, não é só quem
2346 pedir o destaque que pode fazer a redação alternativa. Você mesmo já sugeriu algumas.
2347 Você pode fazer uma redação alternativa ao destaque feito pela ABEMA no item B12.
2348 Você pode fazer uma nova redação. O setor da sociedade civil pode se reunir, fazer uma
2349 nova redação e propor. Não tem nenhum problema. Então, você vê que nós temos...
2350 Vamos dar um prazo para que isso ocorra de uma forma menos, para evitar um
2351 contencioso aqui. Porque você viu, pelo caso da mineração ali, que o negócio não... É,
2352 vamos trabalhar um pouco, dar um tempo para que isso amadureça. Conselheiro.

2353 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI – TITULAR (Fundo Mundial para Natureza -**
2354 **WWF BRASIL) –** Para o registro, Rafael Giovanelli, Conselheiro pela Sociedade Civil,

2355 WWF. Primeiro, eu queria saudar esse momento. Acho que a gente precisa celebrar esse
2356 momento. A gente está trabalhando forte em um estudo sobre o CONAMA para discutir
2357 a recomposição, com pesquisadores super especializados em conselhos no Brasil.
2358 Estudamos o CONAMA a fundo, e não existe nenhum conselho no país como o
2359 CONAMA. É um conselho que tem uma função intragovernamental, de dialogar com os
2360 Ministérios, interfederativo, de conversar com todos os Estados, todos os Municípios,
2361 com a Sociedade Civil, com o poder normativo e com o poder diretivo para todo o
2362 SISNAMA. Então, o CONAMA é um Órgão importantíssimo, e o que a gente está fazendo
2363 hoje aqui deve ser muito celebrado. A Agenda Nacional, pautar o SISNAMA, buscar um
2364 alinhamento, uma cooperação entre os entes federativos com a participação da
2365 Sociedade Civil, é algo excelente. É a volta de um diálogo que ficou quatro anos parado,
2366 e mesmo a Agenda Nacional, pelo nosso levantamento, a última vez que foi aprovada foi
2367 em 2008. Então, o que a gente está fazendo hoje aqui é histórico, mostra uma abertura
2368 para o diálogo de todos os setores, setor empresarial, privado, a Sociedade Civil, os
2369 Municípios, os Estados. Então, acho que o primeiro ponto é celebrar. É uma conquista, e
2370 é muito bom que a gente já tenha esses pontos em comum. Se o entendimento, ou
2371 melhor, for encerrar a sessão e voltar na reunião do CIPAM, está tudo bem, a gente
2372 aceita, acho que faz sentido, tem pontos que precisamos debater com mais calma e com
2373 mais cuidado, mas como uma proposta, talvez, intermediária, se for viável, se for possível
2374 para todos, a gente poderia fazer uma pausa para o almoço, eventualmente destacar um
2375 ou outro ponto que são mais cuidadosos, relevantes, como, por exemplo, a questão do
2376 desmatamento, que a Conselheira Luísa levantou. A gente pode tentar fazer uma
2377 proposta de mais consenso e apresentar aqui depois do almoço, talvez um ou outro ponto
2378 só. Então, ficaria como uma alternativa, mas tudo bem, se o caminho for voltar nos
2379 próximos meses. Obrigado.

2380 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2381 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não,
2382 perfeito. Então, vamos colocar, nós temos duas possibilidades de encaminhamento. Uma
2383 é buscar, ainda no período da tarde, já que estava agendado para todos a permanência
2384 aqui em Brasília, que pudéssemos voltar no início da tarde, buscar tratar de alguns pontos
2385 onde possa, haja a possibilidade de construir um consenso e já voltarem eles para a

2386 agenda, ou seguir a proposta de quem fez destaque e outros interessados nesses
2387 destaques, encaminhe propostas de redação até o dia 30 de novembro para ser
2388 encaminhado ao CIPAM, ok? São duas possibilidades de encaminhamento que eu queria
2389 colocar em votação. Aqueles que forem favoráveis ao retorno agora à tarde para a
2390 discussão e busca de solucionar alguns conflitos de redação, por favor, manifestem-se
2391 levantando o crachá. Alguém pode contar, por favor? Onze aqui e aqui? Treze. Vinte e
2392 quatro. Quem prefere o encaminhamento de voltar com proposta de redação até o dia 30
2393 de novembro, encaminhar via CIPAM, levanta o crachá, por favor. Dezesesseis. Vinte e um.
2394 Bom apetite, voltamos às 14h30, por favor. Temos quórum. 14h30, por favor. Senhoras
2395 e senhores Conselheiros, bom apetite. 14h30, por favor. 14h30 talvez seja muito tempo,
2396 não é? Será? 14h30? Uma hora? Uma horinha? Quanto tempo? Então, 14h30.

2397

2398 **Tarde:**

2399 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2400 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Está
2401 parecendo um certo desbalanço aqui no plenário ou é impressão minha? Acho que essa
2402 minha lente do óculos quebrou. Não estou enxergando bem desse olho aqui. Ah, muito
2403 obrigado. Agora sim. Melhorou agora. O barco está começando a equilibrar. Agora, com
2404 a Adalberta, vai melhorar. Para gente checar aqui os nossos setores. O Setor
2405 representante dos Municípios está presente? É um esteio. É um esteio desse CONAMA.
2406 O Setor das Organizações da Sociedade Civil está presente? É um outro pilar do sistema.
2407 Pilar inabalável. Exatamente. Setor Empresarial, quem está presente? Vou repetir a
2408 pergunta. Setor Empresarial, quem está presente? Setor Empresarial não está presente.
2409 Ah, chegou alguém do setor empresarial agora ali. Ah, não. É o Baca. Governo Federal,
2410 quem está presente, por favor? Outro esteio desse Conselho Nacional do Brasil.
2411 Governos Estaduais, quem está presente? Você é observadora, não é? Essa é uma
2412 Conselheira observadora. Olhos de lince. Olha aí, acabou de chegar o setor empresarial.
2413 Olha só, muito bem representado por uma pessoa justa. É o Justus, ele é super justo.
2414 Muito bem. Bom, vamos dar sequência, então, ao nosso trabalho. Bom, senhoras e
2415 senhores, temos aqui uma questão a observar que eu gostaria de orientação do plenário.

2416 Do ponto de vista do regimento, a reunião pode seguir, mesmo sem quórum, desde que
2417 não delibere. Nós vamos conferir o quórum agora, já foi conferido o quórum? Vamos
2418 conferir o quórum? Mas pela retirada em bloco do Setor Empresarial e dos representantes
2419 das Organizações de Meio Ambiente dos Estados, a probabilidade de não termos quórum
2420 é alta. É provável. Só um minutinho, estou verificando o quórum. Oi? Quanto nós
2421 precisamos? Quantos? 13 mais? 39? Vamos contar o crachá, vai. Vamos lá. Mantenha
2422 alto, por favor, só. 13? 13 mais 25? É. 38, 39, 40, o Rodrigo está chegando. É, realmente
2423 nós não temos quórum para deliberação. A Muriel pediu a palavra, depois o Truda, mas
2424 nós efetivamente não temos quórum para deliberação. O que nós podemos fazer é seguir
2425 na reunião, tratando de assuntos que nós não podemos deliberar. Então, vamos ver qual
2426 é a recomendação dos senhores Conselheiros e Conselheiras.

2427 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – Então, eu
2428 gostaria de...

2429 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-
2430 Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Nome, por
2431 favor.

2432 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – É que
2433 você falou logo antes de mim, disse Muriel, é Muriel Saragoussi, falando pela Sociedade
2434 Civil. A gente gostaria de registrar em Ata, em negrito, que a Sociedade Civil está disposta
2435 a dialogar e vem ao CONAMA para trabalhar, trazendo conteúdo, trazendo temas
2436 debatidos previamente, trazendo aqui trabalho e produção para defender o meio
2437 ambiente, para defender a nossa Constituição e para defender a democracia. Nós
2438 consideramos que o CONAMA é um espaço central no SISNAMA. Ele não é um Órgão
2439 de faz de conta. E realmente causa espanto, causa espécie, que certos Conselheiros
2440 simplesmente não tragam argumentos, não façam a lição de casa, porque, quando se é
2441 Conselheiro, nós recebemos uma responsabilidade. Não é uma honra estar o nome no
2442 CONAMA, é, além da honra, a responsabilidade com o País. E que fique registrado que
2443 nós consideramos que esse tipo de comportamento é muito ruim para a democracia, para
2444 o meio ambiente e para a responsabilidade, para o pouco de responsabilidade que as
2445 pessoas que se comportam assim demonstram para o conjunto da sociedade brasileira.

2446 É importante que fique registrado em Ata que nós consideramos esse tipo de atitude
2447 extremamente ruim, ainda mais sendo que um dos setores que desapareceu daqui são
2448 servidores públicos, para servir ao público e defender o meio ambiente.

2449 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-
2450 Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Truda, se
2451 apresenta, por favor.

2452 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte)**
2453 – Obrigado, Sr. Presidente. José Truda, representando a Sociedade Civil da região
2454 Nordeste pelo Instituto Baleia Jubarte. Senhor Presidente e colegas Conselheiros, vamos
2455 se lembrar que, na nossa primeira reunião, eu fiz uma fala muito breve sobre a
2456 necessidade de nós não atuarmos como blocos, e sim trabalharmos em conjunto nesse
2457 Conselho para dialogarmos e desenvolvermos atividades necessárias para a nossa boa
2458 gestão ambiental. É extremamente constrangedor, e gostaria também de deixar isso
2459 registrado em Ata, ver atitudes como essa de parte de alguns dos representantes do setor
2460 empresarial e de todos os representantes presentes dos Estados, uma atitude infantil, de
2461 profundo desprezo ao processo democrático, e que depõe contra tudo aquilo que nós
2462 pretendemos construir em conjunto, principalmente nesse período em que nós estamos
2463 redescobrimos os processos democráticos no país. É um desserviço aos senhores
2464 Conselheiros que representam o setor empresarial, aos seus representados, que
2465 precisam que a gente, através do diálogo, construa uma gestão ambiental adequada aos
2466 processos produtivos do País, e é um desserviço a todos os nossos cidadãos que
2467 pagamos o salário dos servidores públicos que vieram à Brasília e decidiram não
2468 trabalhar durante meio período. Vai ser muito complicado para os senhores Secretários
2469 de Meio Ambiente explicar isso aos pagadores de impostos quando retornarem às suas
2470 bases. Muito obrigado.

2471 **A SR^a. CLÁUDIA LINS – TITULAR (Confederação Nacional dos Municípios) –** Boa
2472 tarde a todas e a todos. Novamente aqui Cláudia Lins, representante da Confederação
2473 Nacional de Municípios. É endossar realmente o descontentamento com essa situação.
2474 O CONAMA, do ponto de vista dos Municípios, é um Órgão extremamente importante.
2475 Dele resultam resoluções que impactam diretamente lá na ponta, ou porque interferem

2476 na gestão pública, ou porque o Município precisa ter ciência delas até para realizar o seu
2477 trabalho de fiscalização, o seu trabalho de licenciamento ambiental. Então, quanto mais
2478 moroso for o CONAMA, pior lá na ponta para os Municípios. Então, a gente ter um
2479 CONAMA forte, atuante, depende da integração entre todos os setores envolvidos e
2480 realmente, é um prejuízo grande para toda a sociedade que o restante do setor privado
2481 não esteja aqui. Por isso, eu louvo o representante desse setor que está aqui, Dr. Justus,
2482 e lamento realmente a presença, a ausência dos representantes dos estados. Então, só
2483 para deixar isso evidenciado, porque, enquanto Confederação Nacional de Municípios,
2484 eu nem recebi nem a passagem. A gente fica aqui em Brasília, vou voltar e vou trabalhar
2485 agora a tarde toda. Mas é um prejuízo para toda a sociedade. São tão poucas reuniões
2486 que a gente faz, enquanto CONAMA, e a gente perder uma tarde toda de trabalho é
2487 lamentável. É muito triste, realmente, a gente sair daqui. Parece que a gente luta, luta,
2488 luta, e, no final, sempre tem alguém para... Eu não vou dizer dar uma rasteira, porque
2489 aqui ninguém cai, não. Mas a tentativa é de impedir avanços. Eu acho que é esse o
2490 sentimento, realmente. Obrigada.

2491 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2492 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado,
2493 Conselheira. Só queria lembrar que essa decisão de continuidade à tarde foi votada.
2494 Ganhou por ampla maioria. Então, não se trata de... Ao contrário, se o plenário votar na
2495 continuidade, cria-se uma obrigação de participação, uma obrigação ética, além de
2496 funcional, de participar da reunião. Por favor.

2497 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
2498 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR)** – Boa tarde a todas
2499 e a todos. Antônio Soler, representando as ONGs da região Sul do Brasil, pelo Centro de
2500 Estudos Ambientais e a AMAR. Eu venho aqui também reforçar esse sentimento, essa
2501 mensagem que me antecederam registraram, no sentido de que, para que a gente possa
2502 ter democracia ambiental efetiva, a gente precisa ter partes para dialogar. Não é possível
2503 fazer um diálogo sem que se escute e também que se fale. E, quando uma parte resolve
2504 não estar presente, o diálogo fica inviabilizado, a democracia também. E, para que a
2505 democracia exista, também é preciso um outro... Entre tantos requisitos, é necessário

2506 que haja transparência. Então, senhor Presidente, eu venho aqui propor que a gente
2507 avalie a possibilidade, em nome da transparência, em nome do cumprimento do Artigo
2508 225 da Constituição Federal, que diz que todos têm direito ao meio ambiente
2509 ecologicamente equilibrado e que é nosso dever, junto com o poder público, defender
2510 esse meio ambiente, que seja feita a leitura das entidades que estavam presentes hoje
2511 pela manhã e que não estão presentes aqui agora, para que, pela transmissão do
2512 YouTube ao vivo, para que os que estão aqui presentes no plenário e que para a Ata que
2513 será o registro escrito dessa reunião fique demonstrada essa ausência injustificada
2514 dessas entidades. Muito obrigado.

2515 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
2516 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Marçal Fortes, Presidente da ANAMMA,
2517 causa realmente uma manobra de esvaziamento. Mas o fio está aqui pela ABEMA, está
2518 ali. Chegou mais alguém. Está aqui. Tem três representantes da ABEMA. Nós
2519 precisamos... Nós estamos sem quórum ainda. Eu queria entender o que ficou pré-
2520 estabelecido quando nós saímos. É a data do dia 30 que vai estar valendo ou não está
2521 valendo isso? Eu só preciso entender para poder nos posicionar. Manobras de... Nós
2522 tivemos no CIPAM várias e várias decisões e várias e várias ações que setores perderam
2523 no voto. Tudo bem, é direito vir para o plenário reivindicar. Mas nós temos que ter
2524 compromisso com o que nós estamos trabalhando, porque a ANAMMA tem ficado em
2525 todos esses instantes, Capô. Está a Marcela aí de prova. Nós não temos uma falta em
2526 nada do que nós nos comprometemos no nosso compromisso com a gestão ambiental,
2527 com um bom diálogo. O CONAMA voltou. Nós vivemos dias de atrocidades, de a
2528 ANAMMA ter sido retirada a tapa, um Conselheiro aqui nesse conselho, na gestão
2529 passada, onde houve uma revolução e uma segregação de direitos. Hoje nós estamos
2530 aqui buscando diálogo, buscando a ação e voto. Votação é isso. Nós fomos dados aqui,
2531 como todos que nos antecederam. Disseram um compromisso com a democracia, com
2532 o meio ambiente e com o futuro das gerações que ainda estão por nascer. Então, é esse
2533 aqui o repúdio da ANAMMA e pedir para que nós consigamos ainda tentar continuar na
2534 convergência e dividir e discutir até cessar o diálogo. É essa a posição da ANAMMA.

2535 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2536 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Certo.
2537 Marçal, o entendimento da mesa é de que, sim, vale a data do dia 30 de novembro para
2538 o encaminhamento dos destaques para a organização pela diretoria do CONAMA e o
2539 encaminhamento ao CIPAM. Então isso está valendo, o processo continua, certo?

2540 **O SR. RODRIGO SILVA LEMOS – TITULAR (Região Sudeste - Instituto Guaicuy)**
2541 – Rodrigo Lemos, Instituto Guaicuy, Sociedade Civil. Eu queria só deixar registrado uma
2542 questão que eu acho que é importante, que tem que constar. A Sociedade Civil é o setor
2543 que não tem remuneração direta para estar aqui. Eu não tenho vínculo, por exemplo,
2544 institucional e financeiro com a instituição que eu represento, e nós construímos leituras
2545 e debates a trazer e a tentar contribuir. Por mais que o diálogo e todos esses debates
2546 sejam muito ricos, toda a dimensão que foi colocada hoje, na parte da manhã, faltou
2547 justificativa com todo o processo que nós tivemos de construção até agora. Todas as
2548 questões que foram colocadas como, por exemplo, foi apresentado para o eixo de
2549 transporte, eu considero um desrespeito com todas as questões que nós construímos
2550 nesse processo até agora. E eu acho que, para os Conselheiros que tiveram essa atitude
2551 muito antidemocrática, deve ser valido, como o Soler colocou, o registro e valer a
2552 ausência, segundo o Artigo 9 do regimento, porque a ausência consecutiva, duas vezes,
2553 faz, inclusive, discutir se mantém a vaga ou não. Eu acho que, se a gente está disposto
2554 a construir um processo democrático e dialogar, dialogar e relativizar, certeza, todos
2555 esses que estiveram de manhã e apresentaram diferentes questões, muitas delas que a
2556 gente não consegue entender a natureza, que não seja apenas queremos discutir, apesar
2557 de já termos três meses de discussão, desempodera esse conselho que, desde que
2558 comecei a participar, foi colocado como um dos conselhos mais nobres, antigos e
2559 estruturados que nós temos no nosso País. Já participei de CODEMA Municipal, COPAM
2560 Estadual, Conselho de Unidade e Conservação, e eu nunca vi uma situação como essa.
2561 Ela é desrespeitosa com todos nós que estamos tentando construir, e eu queria que
2562 ficasse registrado para fazer avaliação também de acordo com o Artigo 9 do regimento.
2563 Obrigado.

2564 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2565 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado.
2566 Bom, considerando, então, que nós... Pois não?

2567 **O SR. PHILIPPE CAMPELLO COSTA BRONDI DA SILVA – TITULAR (Governo do**
2568 **Estado - Rio de Janeiro) –** Boa tarde a todos. Philippe Campello, Presidente do INEA, do
2569 Rio de Janeiro, Órgão de Controle Ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Eu só subi
2570 aqui no púlpito para dizer que a gente está representando aqui os estados por São Paulo
2571 e Minas Gerais, Amazonas, Amapá, Pernambuco. Então, assim, nós estamos presentes,
2572 sim. A nossa Presidente precisou se ausentar, foi avisada essa mesa que ela precisaria
2573 se ausentar por outros compromissos, mas a gente está aqui aberta ao diálogo. E todas
2574 as nossas colocações são colocações para construção. Em nenhum momento foi de falta
2575 de diálogo. Na verdade, a gente colocou, foi decidido aqui, o que foi decidido foi acatado,
2576 e a gente vai continuar no diálogo, porque, às vezes, o Órgão De Controle Ambiental é
2577 aquele que vai sentir mais o efeito prático das nossas decisões aqui. Então, é muito
2578 importante que a gente esteja presente nessas discussões. Eu fico primeiro parabenizar,
2579 Capô, a condução. Acho que, se você estivesse na condução do conflito lá no Oriente
2580 Médio, a gente já teria resolvido. Então, assim, é uma pessoa que ouve, pondera, e chega
2581 a um resultado que eu acho que hoje foi um grande avanço, a gente conseguiu aprovar
2582 grande parte do CONAMA. Tem pequenos detalhes a serem resolvidos, que podem ser
2583 resolvidos ao longo do ano. Então, acho que algumas falas estão desmerecendo o que
2584 foi feito aqui. E eu acho que, assim, hoje é um dia de celebração, não é um dia de
2585 frustração. Então, só para deixar clara a posição dos Estados aqui, que, às vezes, a gente
2586 tem compromisso, e, por um acaso, a Presidente não está aqui, mas está representado
2587 por vários Estados aqui, podendo falar sobre os Estados, está bom?!

2588 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2589 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado,
2590 Conselheiro. Veja bem. Muito obrigado. O regimento..., vamos, vamos. Todos aqui já se
2591 manifestaram sobre esse fato, considerando o grave, manifestaram a gravidade, alguns
2592 com mais adjetivos do que outros. Mas, de fato, o plenário, antes do almoço, deliberou
2593 por continuar após o almoço. Foi uma deliberação do plenário. Por uma reunião que

2594 estava prevista. Não houve uma decisão de ampliar o horário previsto originalmente. A
2595 decisão foi de seguir utilizando o horário originalmente previsto, e o plenário deliberou
2596 pela continuidade. Evidentemente que, se o plenário delibera pela continuidade da
2597 reunião, é dever dos Conselheiros presentes participarem. Inclusive de outros
2598 Conselheiros que, por algum problema, não puderam vir pela manhã, de participarem no
2599 período da tarde. É, de fato, uma obrigação. Isso é um ponto. Agora, é importante
2600 também considerar, que eu acho que foi muito bem lembrado, tanto pelo Conselheiro da
2601 Sociedade Civil, que falou, por último, antes do almoço, como agora, pelo representante
2602 dos Órgãos Estaduais, de que hoje nós avançamos muito. Temos avanços positivos, e,
2603 portanto, acho que nós não podemos transformar os bons resultados de hoje em maus
2604 resultados, em função da frustração que muitos aqui sentem, com razão, de não poder
2605 continuar à tarde para resolver alguns pontos. E, de repente, temos um documento ainda
2606 um pouco mais abrangente, que era o desejo da maioria, que decidiu voltar para a reunião
2607 após o almoço. De qualquer forma, o regimento determina que a ausência deve ser
2608 comunicada pela Secretaria Executiva ao titular da entidade representada, assim como
2609 aos próprios Conselheiros faltantes, alertando sobre as eventuais penalidades
2610 regimentais. Então, a Secretaria Executiva vai fazer isso, vai, com base na lista de
2611 presença da manhã, vai oficialar os Órgãos cujo representante não se encontra aqui, de
2612 que houve esse fato, para que fique registrado esse fato, e que o Órgão responsável,
2613 seja ele público ou privado, fique sabendo que o seu representante não participou da
2614 reunião, apesar do plenário ter definido que a reunião continua no período da tarde.
2615 Então, nós vamos fazer isso, nós vamos publicar uma lista, não vamos fazer uma, mesmo
2616 porque muitos Conselheiros que não estão aqui agora tiveram uma participação muito
2617 proativa de manhã, então deram uma contribuição de manhã, então não vamos fazer
2618 uma lista aqui agora, mas a Secretaria Executiva vai comunicar aos Órgãos responsáveis
2619 sobre esse fato, está certo? Então, eu peço que, somos obrigados a encerrar a reunião,
2620 mesmo porque o outro ponto de pauta, que seria a agenda do ano que vem, também é
2621 deliberativo, então nós não temos como deliberar, embora seja uma coisa muito simples.
2622 Se eu soubesse ter invertido a pauta e teria aprovado essa agenda, já teria resolvido o
2623 problema, mas, infelizmente, não pudemos. O que nós podemos comunicar, bem
2624 lembrado pela Marcela, é que a próxima reunião, a 141ª Reunião Ordinária, se não

2625 houver nenhuma extraordinária, mas a próxima ordinária será no dia 6 de março de 2024.
2626 E lá nós aprovaremos o restante do calendário. Então, por favor, já anotem na agenda, 6
2627 de março do próximo ano já, para já reservar na agenda, o dia todo, o dia todo. Acho que
2628 nós vamos começar a trancar a sala aqui, fazer um bufê aqui, a gente faz um bufê aqui,
2629 entrou, tranca a sala. Mas vamos fazer isso, vamos agir conforme o regimento, e vamos
2630 encerrar a reunião. Por favor, Muriel. Ah, é verdade, me desculpa. Tem uma sessão de
2631 informes e comunicação, é verdade, bem lembrada, Conselheira experiente, atenta e
2632 experiente. Lembrando que nós temos, então, informes. Por favor, se alguém quiser fazer
2633 algum informe, por favor. Está aberto o microfone para informes.

2634 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI – TITULAR (Fundo Mundial para Natureza -**
2635 **WWF BRASIL)** - Presidente, o senhor sabe que a Sociedade Civil leva tão a sério esse
2636 momento que, na nossa preparatória de ontem, a gente combinou até o que a gente ia
2637 falar no momento dos informes. Então, é como se fosse uma orquestra, assim,
2638 afinadíssima. Não, eu gostaria de convidar a todas e todos para o seminário que nós
2639 vamos realizar no dia 23 de novembro, no ICMBio. É um seminário da Sociedade Civil,
2640 que quer contribuir com o grupo assessor de revisão da composição do CONAMA, que
2641 está aberto, para a gente discutir como tornar o CONAMA mais forte, mais representativo,
2642 ainda mais representativo e democrático. Então, vai acontecer no dia 23 de novembro,
2643 no ICMBio, das 9h às 12h30, todos os convidados. Adoraríamos contar com a presença
2644 de todos e todas.

2645 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2646 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente.
2647 Excelente iniciativa, espero que muitos participem.

2648 **O SR. PEDRO IVO – TITULAR (Associação Civil Alternativa Terrazul)** – Posso? Eu
2649 sou Pedro Ivo, sou da Sociedade Civil, Conselheiro da Associação Terrazul,
2650 representando o Cerrado. Nós tivemos também uma reunião da nossa bancada e
2651 estamos preocupados, ao mesmo tempo felizes, porque o Brasil está elaborando uma
2652 proposta de transição ecológica ou de transformação ecológica, parece que está
2653 mudando o nome, nós, alguns de nós, tivemos a oportunidade de participar de uma
2654 reunião com a presença da Ministra Marina e do Ministro Haddad sobre esse processo.

2655 Então, primeiro, queremos saudar essa iniciativa histórica, pela primeira vez no Brasil, o
2656 Ministério da Fazenda se envolvendo em um debate dessa magnitude. Por outro lado,
2657 nós ficamos, nós da Sociedade Civil, muito preocupados com o espaço das
2658 comunidades, das sociedades, dos Municípios, dos Municípios nesse programa, nesse
2659 projeto. Então, claro que ele está em construção, então eu não quero, de forma nenhuma,
2660 fazer nenhum questionamento de uma coisa que ainda está em construção. Mas a gente
2661 ficou preocupado, porque a gente acha que, sim, é importante apoiar as empresas, mas
2662 não pode ser só as empresas. Nossa tradição no Brasil é também fortalecer as
2663 comunidades tradicionais, aqui é um esforço do Ministério do Meio Ambiente, os
2664 territórios, e ver como é que também essas comunidades se integram a um novo modelo
2665 de desenvolvimento sustentável. Então, a nossa proposta é que o Ministério do Meio
2666 Ambiente com o Ministério da Fazenda estejam mais atentos para isso. Sei que está em
2667 construção, então isso é uma oportunidade de a gente alertar. E também que, no
2668 momento adequado, o Ministério do Meio Ambiente proponha o Ministério da Fazenda
2669 fazer essa apresentação para o CONAMA, porque eu acho que isso interessa demais a
2670 todos os Conselheiros aqui, de todos os segmentos, porque é um fato histórico
2671 importantíssimo pensar o Brasil a partir dessa ideia de que é necessária uma transição
2672 ou uma transformação ecológica, e assim começar a alterar o modelo de
2673 desenvolvimento que nós temos e começar a pensar a descarbonização do nosso país.
2674 Então, seria essa a nossa sugestão, Capô. E seria muito legal se a gente pudesse assistir
2675 um apresento a todos os Conselheiros, porque isso vai irradiar para todos os segmentos
2676 da sociedade uma apresentação aqui no CONAMA.

2677 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2678 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado,
2679 Conselheiro. Sugestão super oportuna. Vamos recomendar isso e vamos recomendar ao
2680 plenário que inclua isso, vamos propor à Secretaria Executiva que inclua isso na pauta
2681 da próxima reunião do CONAMA. Realmente é um informe que vai ser muito positivo, de
2682 fato, porque é uma iniciativa muito importante. Quero lembrar, desculpem, antes de
2683 passar a palavra, só aproveitando o gancho, que no dia 17, sexta-feira que vem, haverá
2684 um seminário aberto a todos, o Sociedade Civil, o Setor Privado, o Setor Governamental,
2685 em São Paulo, para apresentação e discussão do programa. Isso está... Então, sim, isso.

2686 Nós decidimos fazer um seminário presencial, mas vai ter também a possibilidade de
2687 participação on-line para que, de fato, tenha um maior número de participantes. Mas vai
2688 ser um seminário presencial também, vamos dizer, híbrido.

2689 **O SR. GABRIEL OLIVEIRA COUTINHO SANTOS SOARES – SUPLENTE (Governos**
2690 **Municipais - ANAMMA Região Sudeste) –** Boa tarde a todos e todas novamente.
2691 Depois do retorno do almoço, até antes...

2692 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2693 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Nome,
2694 embora é inesquecível o sujeito de falar, mas, só para registro, fale o seu nome.

2695 **O SR. GABRIEL OLIVEIRA COUTINHO SANTOS SOARES – SUPLENTE (Governos**
2696 **Municipais - ANAMMA Região Sudeste) –** Então, lembrando o meu nome, prazer,
2697 meu nome é Gabriel, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Lima, Minas
2698 Gerais, representando a ANAMMA-MG, na liderança do nosso Presidente Marçal. Duas
2699 questões. Uma faz parte do processo democrático, dos instrumentos legais, das ações
2700 que ocorrem, de esvaziamento, de jogar peso, de não estar presente, de construir outros
2701 artifícios, outras questões para não levar à votação ou até para esvaziar o debate. Isso é
2702 importante. A democracia é importante. O importante é que o espaço seja consolidado,
2703 que o espaço seja democrático e que a agenda da Sociedade Civil faça o convencimento
2704 para os outros setores fazerem parte do debate e não se ausentarem e aprofundarem a
2705 discussão. Mas o grande objetivo da nossa vinda agora nos informes é deixar o convite,
2706 o convite para todos os Conselheiros, do nosso primeiro Fórum Metropolitano de
2707 Atenção, Proteção e Bem-estar Animal, que Nova Lima está organizando, é um Fórum
2708 pioneiro, nós estamos envolvendo várias Cidades da região metropolitana, de Minas
2709 Gerais, de Belo Horizonte, para tratar as políticas públicas. E Nova Lima tem tornado
2710 referência em Minas Gerais, na efetivação dessa política pública. Quero agradecer aqui,
2711 pessoalmente, ao nosso coordenador da Política Pública, Proteção e Bem-Estar e
2712 Animal, Ederson Liro, pessoalmente conhecido como Betão, Gilson, meu Secretário
2713 Adjunto, que tem ajudado a construir. Esse fórum vai acontecer amanhã, o dia inteiro,
2714 onde vamos discutir alguns cases de sucesso, ferramentas de financiamento público,
2715 envolvimento da Sociedade Civil através dos espaços de decisão e também vamos

2716 contar com o apoio do governo federal, com a presença do Conselheiro Guilherme
2717 Zambarda, que é do Conselho de Participação Social, representando o departamento do
2718 IBAMA, de Proteção e Bem-Estar e Animal. Então, é deixar esse convite, falando que
2719 Nova Lima tem construído um case de sucesso, tem investido recurso público nisso, tem
2720 um departamento para isso. E a gente acredita que essa política pública é fundamental
2721 que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente discuta que trate isso. Então, é deixar o
2722 convite para os demais Conselheiros, que amanhã nós estaremos realizando isso em
2723 Nova Lima. Nova Lima é referência a nível estadual e também queremos transformar
2724 esse conhecimento para demais Municípios do País, não apenas Minas Gerais, de cases
2725 de sucesso. Então, muito obrigado, Presidência, muito obrigado aos Conselheiros. E
2726 vamos avançar e fortalecer o nosso CONAMA. Como o Marçal sempre falou, o CONAMA
2727 voltou. E, claro, nós temos que saber que na democracia tem essas ferramentas, tem
2728 essa particularidade, tem essas artimanhas, tem esses movimentos. Quando a gente
2729 quer esvaziar o debate ou não quer levar para a discussão de forma mais profunda. Muito
2730 obrigado a todos e boa tarde.

2731 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2732 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado,
2733 Conselheiro. Só pedindo que, enquanto o pessoal fala aqui, está circulando uma lista de
2734 presença, que eu peço que todos assinem para que nós possamos fazer a aplicação do
2735 disposto no Parágrafo Único do Artigo 9º, que é informar as instituições representadas à
2736 falta de seus Conselheiros. Então, por favor, não deixem de assinar a lista de presença
2737 agora à tarde.

2738 **O SR. PHILIPPE CAMPELLO COSTA BRONDI DA SILVA – TITULAR (Governo do**
2739 **Estado - Rio de Janeiro)** – Bom, Presidente, um pouco mais calma agora, mas mais
2740 preocupado também, porém um pouco mais preocupado. Uma pauta que não foi falada
2741 aqui, que eu acho que vários setores estão se mobilizando em relação à reforma
2742 tributária. Hoje, lá no Rio de Janeiro, é um dia de comemoração. A gente, dos 92
2743 Municípios, 91 Municípios vão repartir R\$300 milhões para serem aplicados em meio
2744 ambiente através do ICMS ecológico. E a gente não está discutindo isso enquanto outros
2745 setores estão se movimentando, cada um garantindo a sua fatia nessa reforma. Desde

2746 2009, o Rio de Janeiro já distribuiu, Marçal, e aí eu corroboro com a fala do Presidente
2747 Marçal, a coisa acontece no Município. O impacto é no Município. Se o Município se
2748 estrutura, ele facilita o trabalho do Estado. Se o Estado se estrutura com os Municípios
2749 fortes, ele facilita o trabalho do Governo Federal. Então, a gente precisa ter essa noção.
2750 Desde 2009, os Municípios já receberam quase R\$3 bilhões. Muitos desses Municípios,
2751 o orçamento deles para o meio ambiente é somente o do ICMS Verde. Então, a gente
2752 acha que está dormindo no ponto, desculpe falar o termo assim, mas a gente precisa ser
2753 mais forte junto com o Ministério da Fazenda. O Rio de Janeiro montou um grupo de
2754 trabalho que é formado pela Secretaria de Estado, pelo INEA, pela Secretaria de
2755 Fazenda, pela Secretaria de Planejamento, pelo Centro de Pesquisas, para avaliar o
2756 impacto nos Municípios em relação a essa aprovação dessa reforma. Então, é um alerta
2757 que eu estou fazendo. O Rio de Janeiro já começou a briga dele. Se quem quiser depois
2758 me procurar ali para trocar informações, eu acho que a gente precisa fazer um grande
2759 movimento para não enfraquecer a principal ferramenta de fornecimento de orçamento
2760 para a proteção do meio ambiente municipal no Brasil. Obrigado.

2761 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2762 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado,
2763 **Conselheiro.**

2764 **O SR. PHILIPPE CAMPELLO COSTA BRONDI DA SILVA – TITULAR (Governo do**
2765 **Estado - Rio de Janeiro) –** Bom, Presidente, um pouco mais calmo agora

2766 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2767 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito.
2768 Só lembrando que nós apresentamos emenda na reforma tributária para garantir a
2769 permanência do ICMS Ecológico, ferramenta fundamental que você bem lembrou aqui.
2770 Foi votado ontem, eu até pedi para verificar no texto aprovado ontem na Comissão, no
2771 Senado, como ficou exatamente o texto do ICMS Ecológico. Não sei se alguém tem essa
2772 informação aqui ou não, mas ainda não recebi. Mas nós, em princípio... Em princípio,
2773 não. O relator havia incluído a garantia da continuidade do ICMS Ecológico e realmente
2774 iria desaparecer. Como iria desaparecer o ICMS, por consequência, iria desaparecer o
2775 ICMS Ecológico. Então, nós fizemos um ajuste. Então, manteve na reforma. Aí são os

2776 detalhes. Mas, pelo menos, entrou na reforma tributária. Precisa ver quais são os índices,
2777 mas foi garantido na votação no Senado, o que é muito importante. O Marcel acabou de
2778 informar aqui. Próximo, por favor.

2779 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
2780 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR)** – Boa tarde,
2781 novamente. Antônio Soler, representando as ONGs da região Sul do Centro de Estudos
2782 Ambientais e AMAR. Eu retornei à tribuna, senhor Presidente, porque nós temos, na
2783 verdade, um tempo disponível para ser aproveitado, para fazer conversas que talvez, em
2784 outros momentos, a gente não tenha essa mesma oportunidade. E também porque foram
2785 faladas algumas questões aqui relativas a esse tema da ausência, que eu acho que a
2786 gente tem que colocar alguns outros subsídios para reflexão, e também para fazer uma
2787 fala de exaltação, como foi feito aqui anteriormente, no sentido de que nós avançamos
2788 muito hoje. A fala aqui da cobrança da presença não é no sentido de desfazer aquela
2789 conquista na parte da manhã. Ao contrário, a conquista na parte da manhã deve ser
2790 exaltada por todos nós, pelo Governo, por todo o Conselho, por todos aqueles que
2791 querem realmente um Sistema Nacional do Meio Ambiente Fortalecido. Mas nós não
2792 podemos, em nome disso, deixar de olhar para os fatos que estão acontecendo e das
2793 falas que foram feitas. Evidentemente que nós vemos como estratégia, entre aspas, de
2794 processos de votação, a ausência de grupos, a retirada de grupos. Isso nós vemos. Mas
2795 isso não quer dizer que isso seja sempre legítimo. E nem para todos que o fazem. Uma
2796 coisa é membros da Sociedade Civil, e também é discutível, se ausentar de uma reunião
2797 dessa. Outra coisa são servidores públicos, sejam federais, estaduais e municipais, se
2798 ausentarem de uma reunião dessa. Porque, no dia de hoje, o compromisso desses
2799 servidores é aqui, não é em nenhum outro lugar. E o Conselho Nacional do Meio
2800 Ambiente, como já foi dito aqui, no momento inicial, na primeira reunião que retomou o
2801 CONAMA, quando o CONAMA voltou, ele tem que cumprir o Artigo 225 da Constituição
2802 Federal, assim como todos os demais Órgãos, todos os Poderes Públicos, Executivo,
2803 Legislativo e Judiciário, e assim como a Sociedade Civil, no sentido de defender o meio
2804 ambiente ecologicamente equilibrado. Então, não é possível este Conselho tomar
2805 decisões e nem atitudes que contrariam este princípio constitucional. E impedir a
2806 democracia, impedir um processo democrático de diálogo é atentar, sim, contra o Artigo

2807 225 da Constituição, e, portanto, a retirada do plenário notadamente para servidores
2808 públicos, na data de hoje, é um ato inconstitucional. Não deveria ser realizada
2809 especialmente por servidores públicos. Então, vamos separar as coisas. Nem todo
2810 mundo aqui, neste Conselho, está na mesma condição. A Sociedade Civil está aqui, mas
2811 está em uma condição fragilizada. Ela só está aqui presente hoje porque o Governo
2812 Federal, no seu papel de fazer o equilíbrio entre as forças da sociedade, tenta diminuir
2813 essa diferença. Porque se o Governo Federal não fizesse isso, a Sociedade Civil não
2814 estaria aqui hoje. Ou teria uma pequena parte dela. Estaria aqui, talvez, aqueles que se
2815 ausentaram, porque não teriam dificuldade de aprovar aquilo que muitas vezes é até uma
2816 autorregulamentação, e não uma regulamentação para todos, para a sociedade, em
2817 defesa do ambiente ecologicamente equilibrado. Então, vamos fazer essa diferença. Não
2818 dá para colocarmos todo mundo no mesmo grupo. Uma outra questão que eu queria falar
2819 é que nós podemos fazer o contrário, eu compreendo a sua preocupação de não fazer
2820 uma lista negativa, mas nós podemos fazer uma lista positiva. Podemos fazer uma lista
2821 dos presentes, que aí nós sabemos quem está aqui, até em respeito a quem está aqui.

2822 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2823 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) -** É o que
2824 estamos fazendo, a lista está correndo aqui.

2825 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
2826 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR) –** Isso. E depois,
2827 por favor, vamos dar publicidade à lista, porque tem muita gente que viaja de longe para
2828 estar aqui hoje. Tem muita gente que viaja durante toda a madrugada do dia anterior para
2829 estar aqui hoje. Então, também é um desrespeito a toda essa mobilização que a
2830 sociedade faz para estar aqui hoje e poder participar do debate no Conselho Nacional do
2831 Meio Ambiente. Uma outra coisa que eu queria dizer é que a gente tem muitas lutas locais
2832 e regionais que muitas vezes estão invisibilizadas aqui justamente pela ausência de
2833 possibilidade de fazer essa visibilidade. Então, eu queria chamar atenção para dois
2834 aspectos. Eu venho de uma região que é o encontro dos dois biomas mais degradados
2835 do Brasil, a região de Rio Grande e Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde a Mata Atlântica,
2836 que já tem 90% da sua área degradada, encontra o Pampa, que tem 60% da sua área

2837 degradada. Então nós estamos ali vivendo um ambiente de degradação único e com
2838 muitas lutas para avançar dentro da cidade e fora da cidade também. Uma das lutas que
2839 a gente tem feito, e gostaria, até já conversamos com a Ministra, é levar adiante aquela
2840 ideia da PEC do Pampa, para elevar o Pampa à condição de patrimônio nacional, assim
2841 como já são outros biomas, juntamente com o Cerrado e com a Caatinga, que também
2842 não são reconhecidos como patrimônio nacional. Então, queria mais uma vez reforçar
2843 essa importância de elevar o Pampa à categoria de patrimônio nacional na Constituição
2844 e contar com o apoio do Ministério do Meio Ambiente. E queria também registrar aqui
2845 uma luta importante nossa para tentar preservar uma parte da Mata Atlântica, lá em Rio
2846 Grande ainda, que é... até tem um adesivo aqui que eu quero registrar e mostrar para
2847 vocês, que é a criação do Parque das Caturritas, na cidade do Rio Grande, que é uma
2848 luta voltada para a qualidade de vida na cidade, que muitas vezes a gente esquece um
2849 pouco dessa questão da qualidade de vida na cidade, que tem a ver também com a
2850 qualidade do ar que foi tratada aqui hoje, e Rio Grande é uma cidade bem comprometida
2851 com relação à qualidade do ar. Já na década de 1970, ela chegou a receber o apelido de
2852 Cubatão do Sul, pela sua poluição atmosférica, que gerou muitos conflitos, processos
2853 judiciais, protestos, passeatas, e até tínhamos estações de monitoramento do ar lá, que
2854 não tem mais, infelizmente, e agora nós só temos uma estação de monitoramento do ar
2855 móvel, mas que ela não consegue medir como deve medir a qualidade do ar, porque ela
2856 fica na Universidade do Rio Grande, na FURG, que é um parque, a FURG está dentro de
2857 um parque, essa área é uma área verde maravilhosa, a FURG é uma universidade
2858 fantástica para a região, e, infelizmente, a gente precisa, eu já falei com o Secretário
2859 Mansur, para a gente trabalhar esse ponto lá em Rio Grande, na região. Adalberto Maluf,
2860 desculpe. Conheci ele hoje. Então, muito obrigado pelo espaço. Vão aproveitar o espaço
2861 para a gente discutir política ambiental, já que não pudemos discutir com aqueles que se
2862 ausentaram. Obrigado.

2863 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2864 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado,
2865 **Conselheiro. Por favor.**

2866 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu)**

2867 – Boa tarde, Capô. Me identificar rapidinho, é Tobias Vieira, sou Presidente do
2868 Movimento Verde, Sudeste, representante da Sociedade Civil. Bom, primeiro, Capô, é só
2869 trazer um informe para vocês, que a bacia hidrográfica do Rio Paracatu é o principal
2870 afluente do Rio São Francisco, na margem esquerda. Hoje, a gente contribui com
2871 aproximadamente 40% da vazão do Rio São Francisco. É uma bacia que, em geral, ela
2872 está extremamente degradada. Nós temos 20 áreas de conflito por uso de água. Das 30
2873 e poucas que tem em Minas Gerais, estão na bacia do Paracatu. Nós temos uma série
2874 de problemas. As duas maiores barragens de regime do Brasil, que são da América do
2875 Sul, estão em Paracatu também, na bacia hidrográfica. E enfrentamos diversos
2876 problemas. Esse ano, em específico, a bacia hidrográfica em questão está com a menor
2877 vazão dos últimos sete anos. Então, o Rio, novamente, estamos encontrando uma
2878 situação de seca, muito triste para o Rio, o Rio realmente morto, virou um córrego. E,
2879 pensando nisso, o Comitê do Paracatu, que hoje é presidido pelo Tonhão, que é do
2880 Movimento Verde, nós executamos um evento em Paracatu para entender quais eram os
2881 pontos de vista do Estado, o Órgão regulamentador é o IGAM, dos usos de água, e
2882 também com a participação da sociedade, de uma forma geral, e contando com a
2883 presença de vários usuários, vários produtores rurais, para entender como a gente pode
2884 resolver essa situação. Para não encontrarmos mais o Rio Paracatu, seco como está. A
2885 conclusão que a gente teve é que, no final das contas, a bacia está toda degradada. Nós
2886 temos 70% do cerrado que estava presente na bacia, já não existe mais. As áreas
2887 produtivas são operadas utilizando captações pelo Rio e captação subterrânea, o que
2888 traz um outro problema, que identificamos também que em alguns momentos, em alguns
2889 locais da bacia, devido à alta quantidade de pós-tubulares, muito provavelmente, a
2890 depender ainda de um resultado de um estudo que está sendo elaborado, o Rio está
2891 abastecendo um lençol freático, e não mais o lençol freático abastecendo o Rio. Então,
2892 com todos esses problemas identificados, o Comitê do Paracatu vai emitir uma nota, uma
2893 carta de Paracatu, e eu gostaria de contar com o apoio seu, que a gente vai encaminhar
2894 para o Ministério, talvez diretamente para o seu e-mail, para que vocês possam nos
2895 apoiar também, para que a gente possa contribuir com o São Francisco, com a vazão
2896 esperada, que a gente não encontre mais um Rio com problemas de vazão

2897 historicamente, e que a gente possa ter uma bacia cada vez mais recuperada. É muito
2898 triste que nós tivemos no passado a elaboração de um projeto de recuperação da bacia
2899 hidrográfica que acabou não dando em nada. Participamos ativamente, mas,
2900 infelizmente, não avançou. Mas esperamos, é uma esperança que a gente tem, que a
2901 gente consiga trabalhar com isso, e estaremos encaminhando essa carta o mais breve
2902 possível para o Ministério, está bom?

2903 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2904 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Excelente.
2905 E só para informar, você veio muito oportuno, ontem mesmo, nós tivemos uma reunião
2906 na presidência, e um dos temas foi a retomada do programa de revitalização do São
2907 Francisco. Isso é urgente, importante. Tem recurso para isso, está certo. Então, é
2908 necessário fazer. Excelente a sua iniciativa. Vamos trabalhar nisso.

2909 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
2910 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Marçal Fortes, Presidente da ANAMMA.
2911 A gente vai aqui... Deixa eu parar. Primeiro, justificar a ausência, agora à tarde, do
2912 Conselheiro Welison. Ele estava aqui e, quando disse que não ia ter quórum, ele disse:
2913 “Presidente, eu vou embora porque eu tenho um compromisso”. Então, justificando a
2914 Nordeste. E o Stroski da Amazônia não conseguiu voo porque choveu e foram
2915 cancelados 20 voos.

2916 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2917 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Graças a
2918 Deus que choveu.

2919 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
2920 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Foi melhor a falta dele.

2921 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
2922 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** É, a má notícia é que ele não veio, mas
2923 a boa notícia é que choveu.

2924 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2925 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** E um
2926 convite, avisando aqui aos nossos amigos, que amanhã, no MMA, vai haver um encontro
2927 de monitoramento do ar na Amazônia. Vai ser amanhã, no Ministério do Meio Ambiente,
2928 e nós vamos discutir a qualidade do ar no Ministério com os técnicos e com algumas
2929 pessoas. E o informe é para dizer, Capô, que a ANAMMA está muito preocupada com a
2930 questão do bioma Caatinga. Os outros biomas ainda estão na UTI. A Caatinga já está no
2931 estado terminal. Precisamos voltar à política pública para isso. Como no informe geral,
2932 eu não pedi, quando o Rodrigo estava aqui, a questão do TCFA para os Municípios,
2933 porque foi uma determinação da tripartite, e nós vamos encaminhar no decorrer disso.
2934 Então, só para deixar o registro, que foi um pedido meu e da Mauri, para que a gente
2935 possa efetivamente cuidar da questão do TCFA, tanto para os estados como para os
2936 Municípios.

2937 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2938 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito.
2939 Obrigado, Marçal. Por favor, Baca.

2940 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA -** Eu preciso registrar minha preocupação com
2941 esse degrau aqui. Então, por favor, na hora de sair, todos prestem atenção. Exatamente.

2942 **O SR. LAURO EDUARDO BACCA – TITULAR (Associação Catarinense de**
2943 **Preservação da Natureza – Acaprena) -** Bom, boa tarde novamente. Lauro Bacca,
2944 ONGs Região Sul. Em função do acontecido, eu estava ali pensando, vou lá falar, por
2945 que falar? Por que não falar? Lembrando aquele personagem da escolinha do professor
2946 Raimundo. Então, atendendo à sugestão do Soler, vamos aqui aproveitar para comunicar
2947 algo diferente. Em 1822, nasceu na Alemanha um rapaz, um menino chamado, que foi
2948 batizado de Johann Friedrich Theodor Müller, mais conhecido como Fritz Müller. Ele se
2949 formou em filosofia, medicina, não recebeu o diploma de médico, porque na hora do
2950 juramento, ele se negou a fazer o juramento que dizia, ele se tornou ateu, apesar de ser
2951 filho de pastor luterano, tradicionalíssima família de pastores luteranos, e ele se negou a
2952 fazer um juramento que dizia que assim me abençoe o Deus e o seu sacrossanto
2953 Evangelho, e não recebeu o diploma. Migrou para o Brasil com uma sólida formação em

2954 ciências naturais, instalou-se em Blumenau, minha cidade, começou trabalhando como
2955 simples colono, enxada, machado, derrubando árvores, nada ecológico, mas na época
2956 fez a sua roça, lecionou a convite do Presidente da província no liceu catarinense, e lá,
2957 enquanto ele morou em Desterro, então capital da província, ele tomou conhecimento da
2958 origem das espécies, o livro de Charles Darwin. Entusiasmado, passou a ver a biologia,
2959 a história natural com outros olhos, e começou a perceber que tudo se explicava melhor
2960 à luz da teoria da evolução. E começou a aplicar as teorias de Darwin nos seus estudos
2961 sobre crustáceos marinhos, desenvolvimento larval de crustáceos peneídeos, que deu
2962 origem a uma indústria que hoje movimenta bilhões no mundo todo, que é a
2963 carcinicultura, a criação não tanto de caranguejos, mas de camarões. Publicou o seu
2964 trabalho, Darwin soube desse trabalho, Darwin não lia em alemão, ele publicou em
2965 alemão, e Darwin providenciou, pagou do bolso dele a tradução desse livro para o inglês.
2966 E começou a se corresponder com Fritz Müller, tornaram-se muito amigos, apesar de
2967 nunca terem se visto, e trocaram dezenas e dezenas de cartas. E Darwin dizia que ele
2968 foi o maior contribuinte factual, com fatos observados na natureza sobre a teoria da
2969 evolução, e há quem diga que até o Fritz Müller, a evolução era uma teoria. A partir dessa
2970 obra de Fritz Müller, deixou de ser teoria e passou a ser fato científico. Mas o que eu
2971 quero trazer aqui é o seguinte. O Fritz Müller, já tentando finalizar, o Fritz Müller, ele
2972 gostava apenas de caminhar. Ele não andava a cavalo, às vezes de canoa. Olha a época,
2973 1852 até falecer em 1897. 1852, quando ele chegou aqui. Porque se ele via algo
2974 interessante, era só se abaixar e observar, não precisava descer de cavalo, nem saltar
2975 de carroça, nada. E, com isso, ele percorreu vastas extensões da província de Santa
2976 Catarina. Agora vem o aspecto ecológico que interessa a todos, além dos estudos deles,
2977 que são bem ecológicos. Caminhou por, talvez, 80% do que era conhecido na época
2978 como província de Santa Catarina. E, por sugestão do ex-Presidente da SBPC, Luciana
2979 está aí, o Ildeu de Castro Moreira, baseado, inspirado na implantação dos caminhos de
2980 Charles Darwin no Rio de Janeiro, o Ildeu sugeriu que se fizesse em Santa Catarina os
2981 caminhos de Fritz Müller. Então, aí entra, dentro do interesse ambiental e do Ministério
2982 do Meio Ambiente, a implantação desses caminhos, dessas trilhas de longo percurso no
2983 Brasil. Está sendo aberta a trilha, do Oiapoque ao Chu. Quem quiser fazer, comece a
2984 andar agora, senão não termina até morrer. E tantas e tantas outras trilhas de longo

2985 percurso. Então, os caminhos de Fritz Müller, que somam aproximadamente mil
2986 quilômetros só dentro do estado de Santa Catarina, podem estar inseridos nesse
2987 contexto. Há uma proposta de obtenção de projeto de isenção fiscal no governo estadual.
2988 Se isso for aprovado, vão ser feitos estudos. Estou envolvido nisso com muita paixão,
2989 com muito carinho. Então, aproveitando essa oportunidade, que não teve quórum, como
2990 disse antes, não iria falar, mas como houve essa oportunidade, deixo aqui essa
2991 comunicação, e esperando que, se algum de vocês souber ouvir falar desses caminhos
2992 de Fritz Müller, cada um na sua esfera de relacionamento, influência, etc., procure
2993 também divulgar e apoiar, fazendo com que o Brasil passe a ser finalmente um país com
2994 muitos milhares de trilhas de caminhada, a exemplo de países bem menores, que têm
2995 muito mais quilometragem de trilhas do que nós. A Alemanha, por exemplo, parece que
2996 tem uns 150, 200 mil quilômetros de trilhas. Muito obrigado.

2997 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
2998 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – César,**
2999 vamos caminhando para o final. César, por favor.

3000 **O SR. CÉSAR -** Boa tarde a todas e todos. Obrigado. Eu queria apenas lembrar e
3001 perguntar também para o Capobianco sobre a questão do programa de conversão de
3002 multas ambientais, que foi um programa aprovado há uns anos atrás e que foi paralisado
3003 no último governo, e neste atual governo, houve já alguns debates e algumas conversas
3004 aqui no Ibama, inclusive envolvendo o Presidente Agostinho. Só que essa questão está
3005 se prolongando e a gente vê esse recurso de conversão de multas como algo realmente
3006 representativo, porque só a Petrobras, com o que a gente tem de informação, existe um
3007 montante de cerca de R\$28 bilhões, em multas que podem ser convertidas em projetos
3008 na área de meio ambiente. E tiveram projetos importantes aprovados em 2018 e que
3009 simplesmente foram ignorados nos últimos quatro anos, nos quatro anos anteriores.
3010 Então, eu queria que se houver alguma possibilidade de tentar acelerar esse processo,
3011 nós vemos como algo muito importante. Até o Tobias falou aqui do programa de
3012 revitalização de São Francisco, as primeiras ações estariam voltadas para esse
3013 programa. Então, a gente está meio, um grupo grande, ansioso para ver se essa questão
3014 vai entrar na pauta. Muito obrigado.

3015 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
3016 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Nada, olha,
3017 esse assunto está na pauta. Aliás, foi um dos assuntos que eu tratei no almoço hoje com
3018 o Presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. Está trabalhando intensamente para retomar
3019 com muita força, realmente é um valor muito expressivo. É possível injetar recursos na
3020 conservação, recuperação, toda a parte de recuperação de bacias hidrográficas, que se
3021 falou aqui agora, de forma muito intensa. Rodrigo está muito mobilizado para isso.
3022 Estamos, inclusive, enfrentando um risco de um julgamento agora, de última hora no
3023 TCU, que arriscou colocar o recurso da compensação obrigatoriamente no Tesouro. E aí
3024 nós estamos discutindo isso para reverter essa tendência, porque seria um desastre
3025 completo, do ponto de vista da arrecadação dos recursos. Mas estamos trabalhando para
3026 isso, é uma prioridade, você tem toda a razão, é importantíssimo. Eu espero que a gente
3027 tenha boas notícias muito, muito em breve.

3028 **O SR. RAUL ZOCHÉ – SUPLENTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores na**
3029 **Agricultura - CONTAG)** – Boa tarde a todos, boa tarde à mesa. Me chamo Raul Zoche,
3030 sou assessor da Secretaria de Meio Ambiente da CONTAG, que representa a agricultura
3031 familiar no Brasil. E venho aqui, aproveitando esse espaço que a agenda permitiu, trazer
3032 uma preocupação que a CONTAG vem recebendo da base da agricultura familiar. E a
3033 gente esteve no dia 17 de julho, conversando com todas as federações que representam
3034 os estados da região nordeste, sobre o tema que o nosso colega trouxe pela manhã, que
3035 é a implantação de grandes empreendimentos de energia renovável, tanto na terra
3036 quanto no mar. A partir desse momento, a gente fez uma carta que encaminhamos aos
3037 Ministérios, com 14 elementos fundamentais para que a implantação desses parques,
3038 esses grandes empreendimentos, não causem mais impactos sociais. E aí, a partir desse
3039 momento e de outros desdobramentos, inclusive uma audiência pública que tivemos no
3040 Senado, em torno de um mês e meio, a gente tem questionado a competência do
3041 instrumento, que é muito válido e importante, o estudo de impacto ambiental, os estudos
3042 de impactos ambientais, para prevenir impactos sociais. A gente sabe, obviamente, que
3043 não é esse o foco, mas o Artigo 225 traz a preocupação com as pessoas. Então, eu trago
3044 aqui, para esse Conselho, eu trago aqui para o Ministério do Meio Ambiente, um desafio
3045 de pensar instrumentos que sejam capazes de prever esses impactos sociais que têm

3046 afetado as nossas comunidades, os nossos territórios, historicamente, muito antes de
3047 energia eólica nas usinas hidrelétricas. Enfim, é histórico isso no Brasil. Então, deixar
3048 esse desafio aqui a todos.

3049 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - SECRETÁRIO-EXECUTIVO (Secretário-**
3050 **Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito,
3051 muito apropriado. Muito obrigado. Bom, não temos mais nenhum inscrito, já passamos a
3052 lista de presença. Damos por encerrada a nossa 140ª Reunião Ordinária do CONAMA.
3053 Me desculpe? Sim, lembrando os procedimentos, até o dia 30 de novembro, nós
3054 aguardaremos o envio da redação alternativa aos tópicos, aos itens que foram
3055 destacados no documento da Agenda Ambiental do País. E a Diretoria Executiva, a
3056 diretoria do CONAMA vai receber esse material, vai organizar isso, encaminhar o CIPAM
3057 para as providências, a fim de trabalhar com esse documento para chegar na próxima
3058 reunião do plenário o mais negociado, o mais compatibilizado possível, o mais
3059 consensuado possível, para que a gente possa rapidamente, na próxima reunião do
3060 CONAMA, deliberar sobre isso, completando, portanto, o documento. E, lembrando mais
3061 uma vez, 6 de março do próximo ano, por favor, cravem na agenda a reunião do
3062 CONAMA de um dia inteiro. Muito obrigado a todos e até a próxima.